



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Kleber Oliveira dos Santos

**A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior
do Rio Grande do Norte**

São Gonçalo

2014

Kleber Oliveira dos Santos

A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Reznik

São Gonçalo

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS

S237 Santos, Kleber Oliveira dos.
A revolta comunista de 1935 : um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte / Kleber Oliveira dos Santos. – 2014.
118 f.

Orientador: Luís Reznik.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Brasil – História – Levante comunista, 1935 – Teses. 2. Comunismo – Brasil - História – Teses. I. Reznik, Luís. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 981”1935”

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kleber Oliveira dos Santos

A revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 27 de janeiro de 2014.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo –
UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo –
UERJ

Prof. Marcelo de Souza Magalhães
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha família e à Raquel, por todo o amor e apoio que tem me dado que meras palavras não poderiam exprimir ou retribuir.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento inicial e principal é a Deus, sem o qual nada existiria; por todas as graças que recebo em minha vida que por vezes não enxergo ou reconheço. Tenho especial dívida de gratidão com três professores que muito contribuíram com esta dissertação: em primeiro lugar com meu orientador Luís Reznik, que mais uma vez aceitou a tarefa de compartilhar comigo o seu tempo além de seus valiosos conselhos, orientando-me com muita boa vontade e paciência, e com membros de minha banca de qualificação, Gelsom Rozentino de Almeida e Marcelo de Souza Magalhães pelas críticas e sugestões apresentadas, assim como pela indicação de novos rumos para este trabalho.

Registro com reconhecimento os funcionários das instituições nas quais realizei minha pesquisa e especialmente o Arquivo Público do Rio Grande do Norte, nas pessoas de sua subcoordenadora Flávia Assaf e de sua estagiária Rosanya Marques de Goes Azevedo, pela gentileza e eficiência no atendimento aos meus pedidos de informação e no acesso às fontes.

Agradeço ao estagiário da UFF, Rômulo Natan pela ajuda na confecção dos mapas desta dissertação, e aos grandes amigos Jorge Custódio e Aline Borges pelo incentivo e pela ajuda que me deram para que eu retornasse à universidade após muitos anos de afastamento.

Por fim e não menos importante, os agradecimentos a minha família pelo apoio e carinho, e a minha esposa Raquel por todo seu amor e força, que me deram o ânimo para continuar nos momentos mais difíceis.

Obrigado a todos.

RESUMO

DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta comunista de 1935: um olhar sobre a atuação rebelde no interior do Rio Grande do Norte*. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

A presente dissertação tem como objetivo analisar a atuação revolucionária no interior do Rio Grande do Norte, ocorrida durante a Revolta comunista de 1935, tendo como foco principal as colunas rebeldes estabelecidas durante o evento. Os objetivos das colunas eram a tomada das cidades do interior potiguar, a captação de novos integrantes e recursos que pudessem ser utilizados na consolidação e ampliação do controle dos rebeldes estabelecido a partir da cidade de Natal. No presente estudo foram identificadas as causas da adesão popular à revolta comunista nas cidades ocupadas pelas colunas rebeldes. Baseado nas fontes pesquisadas, sobretudo nos processos dos indiciados julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, e à luz da bibliografia sobre o tema, buscou-se os possíveis fatores de ordem política, econômica, social ou ideológica que podem ter atuado na aproximação dos moradores situados no interior do Rio Grande do Norte com o discurso de modificação da ordem então vigente, proferido pelos rebeldes.

Palavras-chave: Revolta comunista. Rio Grande do Norte. Colunas rebeldes. Adesão popular.

ABSTRACT

DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *The Communist uprising 1935: a look at the rebel operations in the interior of Rio Grande do Norte*. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

This thesis aims to analyze the revolutionary activity inside the Rio Grande do Norte, which occurred during the 1935 Communist Uprising, focusing mainly on the rebel columns made during the event. The objectives of the columns were taken to the cities of potiguar interior, attracting new members and resources that could be used in the consolidation and extension of the control of the rebels established from the city of Natal. In the present study the causes of popular support to the Communist rebels have been identified in cities occupied by the rebel columns. Based on the researched sources, especially in cases of defendants tried by the Tribunal de Segurança Nacional, and in light of the literature on the subject, we sought the possible factors of political, economic, social or ideological order that may have operated in bringing the residents located in the interior of Rio Grande do Norte to the speech of the then current mod order, given by the rebels .

Keywords: Communist Uprising. Rio Grande do Norte. Rebels Columns. Popular.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1– Municípios ocupados X Número de habitantes	53
Figura 1 – Mapa com as possíveis rotas das colunas rebeldes	54
Figura 2 – Mapa com as áreas ocupadas pelas colunas	55
Tabela 2 – Municípios ocupados X Número de pessoas ligadas à defesa nacional e segurança pública.....	66
Tabela 3 – Profissão dos indiciados da Coluna Benildes Dantas X nº de indivíduos	76
Tabela 4 – Profissão dos indiciados da Coluna Oscar Rangel X nº de indivíduos.....	77
Tabela 5 – Profissão dos indiciados da Coluna Oscar Wanderley X nº de indivíduos	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 MUTAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: O CONTEXTO HISTÓRICO E OS LEVANTES COMUNISTAS DE 1935	13
1.1 Os atores internos e externos	13
1.2 As Insurreições de novembro e a Repressão	28
1.2.1 <u>A Revolta em Natal</u>	28
1.2.2 <u>A Revolta em Recife</u>	37
1.2.3 <u>A Revolta no Rio de Janeiro</u>	40
1.2.4 <u>A repressão</u>	45
2 A AÇÃO REBELDE NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE	52
2.1 A Coluna Benildes Dantas	56
2.2 A Coluna Oscar Wanderley	63
2.3 A Coluna Oscar Rangel	69
2.4 O fim da insurreição e a repressão aos envolvidos	73
3 RAZÕES PARA LUTAR: AS CAUSAS DA ADESÃO À REVOLTA COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE	83
3.1 Palavras iniciais	83
3.2 Verdades implícitas e temores declarados	83
CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS	113
ANEXO A – fontes pesquisadas	117
ANEXO B – Panfleto Revolucionário	118

INTRODUÇÃO

A Revolta Comunista de 1935, denominada pejorativamente de “Intentona Comunista”, mereceu ao longo dos anos uma série de estudos e abordagens de historiadores das mais variadas tendências, que buscaram reconstituir o contexto histórico no qual ocorreram os eventos, suas motivações e consequências para os setores progressistas de nossa sociedade.

A revolta foi fruto de um contexto político no qual a sociedade brasileira passava por um momento de confrontação de ideias e propostas, geradas pela expansão do horizonte de expectativas, após a Revolução de 1930. Mais do que um confronto entre liberais e conservadores, o Brasil vivenciava uma luta entre projetos extremamente distintos que propunham uma radical transformação interna. Num contexto mais específico, a Revolta de 1935 foi realizada pouco mais de um ano após a reconstitucionalização do estado brasileiro.

Na conjuntura internacional, o crescimento dos regimes fascistas provocou um redirecionamento político da Internacional Comunista (IC), entidade responsável por organizar a “revolução mundial”, cujas diretrizes permeavam o modo de operação dos partidos comunistas organizados em diversos países.

Naquele momento a busca pelo fortalecimento das bases políticas do comunismo contra a ascensão do fascismo, levou os teóricos e dirigentes da IC a formularem uma política de aproximação a grupos e partidos liberais. Abandonou-se desta forma a tática de confrontação que negava o apoio a movimentos não orientados ou dirigidos por comunistas.

A força dos condicionantes externos da IC ou do contexto interno brasileiro na forma como este foi analisado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), são as principais bases interpretativas aos que ao longo dos anos buscaram identificar as causas da eclosão de uma revolta comunista, em um momento em que o comunismo internacional abandonava a tática insurrecional e, internamente, não havia as condições políticas e logísticas necessárias para a realização de um levante armado.

Grosso modo podemos apontar três tendências historiográficas: a primeira e mais clássica que analisa a Insurreição como sendo motivada unicamente pela orientação externa da IC que teria fornecido os arcabouços ideológicos e logísticos para a execução do plano revolucionário formulado por seus assessores e teóricos; a segunda que defende a Revolta como fruto de um erro de avaliação dos comunistas brasileiros, em virtude do seu atrelamento aos padrões insurrecionais herdados da IC durante o 3º período; e por último a que busca

reconstruir a Insurreição em seus condicionantes internos, ressaltando neste contexto as tradições políticas e mentalidade dos diversos setores, grupos e classes que atuavam na sociedade brasileira na época, embora não desconhecendo a importância e influência da IC, sobretudo junto aos líderes do movimento.

Paulo Sérgio Pinheiro¹ e Willian Waack² são os principais defensores da segunda tendência explicativa. Em suas pesquisas sobre o tema, eles buscam explicar a Revolta comunista a partir da percepção equivocada da IC, gerada, em grande parte, pelos informes e dados imprecisos fornecidos por integrantes da cúpula do PCB. Neste sentido, um contexto revolucionário inexistente, era visto pelos analistas da IC como uma possibilidade concreta para a realização de um levante comunista. A IC atuaria como principal incentivadora, e ajudaria o movimento patrocinando parte dos custos empregados para a sua realização, e ainda enviando assessores cuja tarefa era planejar os passos da insurreição e fornecer conselhos a Luís Carlos Prestes para a criação de um governo popular baseado nos soviets russos.

Nesta análise, o PCB é visto como uma organização cujas ações eram dirigidas e orientadas pela IC, carecendo o partido de autonomia política e intelectual, pois sua visão sobre a realidade brasileira teria sido conformada através da importação mecanicista de modelos elaborados pelos analistas e teóricos da IC.

A terceira vertente de análise das causas da Revolta comunista, tem como destaque os trabalhos de Marly de Almeida Gomes Vianna³ e Homero de Oliveira Costa⁴. Para estes autores o contexto interno brasileiro teve um peso maior que as indicações da IC, sendo que nesta perspectiva, coube ao PCB a iniciativa de propor um plano de ação baseado em sua análise da conjuntura interna e das expectativas que possuía quanto ao sucesso de uma insurreição.

¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

² WAACK, William. *Camaradas*. Nos arquivos de Moscou: A história Secreta da Revolução Brasileira de 1935. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁴ COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

Não buscaremos solucionar esta polêmica, pois acreditamos que as duas vertentes explicativas possam ser úteis para a construção do quadro contextual da Revolta.

A proposta deste trabalho é entender, dentro do cenário dos acontecimentos de novembro de 1935, um dos assuntos menos estudados pela historiografia sobre o tema, que foi a atuação das colunas rebeldes nas cidades do interior do Rio Grande do Norte, bem como buscar refletir sobre as causas da adesão popular à Revolta naquelas localidades.

Dentro deste objetivo teremos que obrigatoriamente fornecer um pano de fundo para os acontecimentos do interior potiguar, através da reconstituição da conjuntura política, que precedeu e levou à insurreição. Devemos também identificar os principais atores que desempenharam papel de destaque nos acontecimentos de 1935.

O primeiro capítulo desta dissertação, teve como foco a construção deste contexto. Abordamos as principais ações realizadas pelos rebeldes nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro assim como as medidas repressivas produzidas ao final da revolta. No que tange à repressão, damos especial ênfase à criação Tribunal de Segurança Nacional (TSN), estabelecido como corte para o julgamento dos envolvidos na revolta, cujos processos relativos aos eventos do interior do Rio Grande do Norte constituem a base de documental mais importantes desta dissertação.

No segundo capítulo enfocamos a atuação das colunas rebeldes nas cidades do interior do Rio Grande do Norte. Nossa preocupação é identificar os seus objetivos e estratégias, assim como traçar um perfil para os seus participantes, identificando nelas possíveis pontos de similaridade ou diferenças, que possam ajudar no entendimento da ação rebelde no interior potiguar. Com base nos processos do TSN buscamos demonstrar as ideias e conceitos dos que participaram da Revolta bem como dos que foram responsáveis pela repressão ao movimento, nomeadamente funcionários do governo, na esfera civil e militar. Tentamos assim recriar a história da ocupação comunista em alguns municípios do interior do rio Grande do Norte, que seja pelos seus momentos dramáticos ou pelos tragicômicos, constitui-se num dos capítulos mais singulares da história das insurreições de novembro de 35.

O terceiro capítulo visa responder a pergunta que suscitamos sobre as causas da adesão popular à revolta nas cidades ocupadas pelas colunas rebeldes. Nossa análise da documentação pesquisada, tem como pressuposto uma frase lapidar do historiador Carlo

Ginzburg: "não há documento neutro"⁵. Esta afirmação é digna de registro, pois na reconstrução das motivações políticas e pessoais que geraram as adesões, esbarramos em diversas dificuldades causadas pela própria natureza da documentação pesquisada, ou seja, buscamos "certezas" em processos nos quais as pessoas envolvidas tinham como prerrogativa básica a garantia de sua própria segurança, mascarando sentimentos, ocultando fatos, ou no que se refere aos acusadores, atribuindo culpas, em diversos casos por motivações pessoais ou políticas.

Tentamos apesar destas limitações, produzir uma análise na qual as falas dos indiciados, das testemunhas e responsáveis pela repressão são confrontadas com os aspectos políticos, econômicos e sociais do Rio Grande do Norte, numa tentativa não de recriar as respostas em si, mas sim o contexto no qual elas foram produzidas.

⁵GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p.209.

1 MUTAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: O CONTEXTO HISTÓRICO E OS LEVANTES COMUNISTAS DE 1935

1.1 Os atores internos e externos

A Revolta Comunista de 1935 insere-se num período histórico marcado por intensas transformações políticas na sociedade brasileira, das quais será em parte, resultante. Antes de analisarmos os levantes de novembro como um todo, faz-se necessário um breve mapeamento de alguns dos atores políticos daquele período, bem como a reconstrução do contexto imediatamente anterior a sedição.

Em relação à situação interna do Brasil, os anos 30 foram indubitavelmente um momento de rearticulação da vida política e econômica do país, num processo que causou graves alterações estruturais. Um evento importante e gerador de diversas modificações em nossa sociedade foi a chamada Revolução de 1930, um movimento político-militar, liderado por Getúlio Vargas com apoio de políticos civis e militares ligados ao tenentismo.

Esta revolução causada em grande parte pelo desgaste interno do presidente Washington Luiz e do modelo de dominação política até então empregado, além das críticas realizadas quanto a condução da economia do país⁶, teve como origem a formação da Aliança Liberal⁷, criada como um partido de oposição ao candidato da situação Júlio Prestes, que foi confrontado nas urnas por Getúlio Vargas.

Após a derrota da Aliança Liberal, iniciou-se um processo de junção de forças políticas oriundas de diversos setores, que conseguiram através das armas a deposição do então presidente, levando ainda à substituição de algumas das velhas elites dirigentes da Primeira República pelas novas lideranças advindas do movimento revolucionário, bem como

⁶ FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*. História e historiografia. 12ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.128 e 129.

⁷ Na Aliança Liberal congregaram-se tanto pessoas que faziam oposição sistemática ao regime político vigente, como os tenentes, como outras que apenas discordavam do encaminhamento dado pelo presidente Washington Luís ao processo de sucessão eleitoral, cujo candidato oficial, Júlio Prestes, não teria privilegiado em sua plataforma eleitoral algumas demandas, como mudanças na política econômica do país. Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 30: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 46.

a busca pela mudança no perfil econômico, acenando-se com a perspectiva mais concreta de investimentos no setor industrial em médio prazo.

Os anos subsequentes a Revolução de 1930 caracterizaram-se por rearranjos internos, nos quais se buscavam novos modelos de participação política ante as reivindicações provenientes de diversos segmentos da sociedade como classes médias urbanas, operários, lideranças tenentistas e mesmo grupos políticos então aliados das estruturas políticas de poder. A soma destas demandas internas produziria a construção de diversos discursos nos quais elementos progressistas e conservadores tornar-se-iam porta-vozes de novas e antigas propostas de alterações sociais e políticas.

Dentro do contexto acima descrito, o PCB teria um papel de destaque como formulador de um projeto que propunha a completa substituição do regime político e econômico vigentes, a partir da realização de uma revolução proletária. O partido foi criado em 1922 refletindo em parte o esgotamento das propostas anarco-sindicalistas que até então tinham a primazia na direção do nascente movimento operário⁸. A criação do PCB em 1922 significou de certa forma, a vitória das concepções de organização política dos comunistas em detrimento das propostas anarquistas, que vinham norteando as lutas por modificações nas relações de trabalho, nas duas primeiras décadas do século XX.

A trajetória da implantação do movimento anarquista no Brasil coincidiu com o processo de imigração de trabalhadores europeus para o país, no momento em que se encaminhava a transição do escravismo para o sistema capitalista de produção. Entre estes imigrantes, sobretudo os oriundos da Espanha, Itália e Portugal, vieram alguns anarquistas que começaram a implantar no Brasil os primeiros núcleos do movimento.

As primeiras ações empreendidas por estes anarquistas, diziam respeito à organização do movimento sindical. Neste momento eles enfrentaram uma série de dificuldades, pois havia no país um baixo índice de sindicalização. A maioria dos trabalhadores nacionais não se sentia atraída pelas propostas dos sindicatos, e quando aderiam, o faziam mais pelo aspecto assistencialista das instituições, do que pela militância política⁹. A proposta dos anarquistas se

⁸PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*, Niterói: EdUFF, 1989, p. 70.

⁹GOMES, Ângela de. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 79.

afastava da visão tradicional dos sindicatos de prestação de serviço, bem como da inserção destes na política oficial¹⁰.

Podemos dizer que o auge da atuação do movimento anarquista, ocorreu durante o período de 1917 a 1919, quando foram realizadas uma série de greves e mobilizações de trabalhadores, que despertaram o temor das elites e dos governantes. Esse quadro começou a se inverter a partir de 1919¹¹, quando ocorreu um arrefecimento da onda grevista.

Dentre os fatores que poderíamos assinalar como causadores do declínio do número e eficiência das greves podemos destacar: a dificuldade de êxito das paralisações operárias num contexto de reajuste da economia nacional no período pós 1ª Guerra (diminuição do peso da indústria e volta à política agrário- exportadora), e a repressão à esquerda empreendida pelo governo, que resultou em uma série de violências contra os sindicalistas, bem como na expulsão de alguns dirigentes estrangeiros que vinham tendo atuação destacada naquele período.

O início de 1920 marcou o enfraquecimento do anarquismo dentro dos sindicatos e a ascensão cada vez maior das propostas comunistas como norte possível da atuação dos trabalhadores. A criação do PCB significou além de um redirecionamento das expectativas políticas de uma parcela da esquerda brasileira, uma tentativa concreta de promover uma revolução social no país.

O partido nasceu de seu primeiro congresso realizado entre 25 e 27 de março de 1922, nas reuniões realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói onde compareceram 9 delegados que representaram os grupos estaduais espalhados pelo país¹². Neste congresso foram discutidos assuntos burocráticos relativos a organização do Partido e feito um exame das 21 condições de admissão na Internacional Comunista (IC).

A primeira tentativa de admissão do PCB foi realizada em 1922 durante o IV Congresso da IC, quando foram enviados ao encontro dois delegados brasileiros: Bernardo Canellas e Mário Barrel. Esta primeira tentativa não foi bem sucedida devido aos problemas

¹⁰ GOMES, Ângela de. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 67.

¹¹ DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. p.91 et seq.

¹² Sobre os primeiros dias do PCB ver os trabalhos de: PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1979. p. 77-80; CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982. vol. I p. 2-9 e PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1984. p. 79 – 88

causados pelas informações imprecisas fornecidas por Canellas sobre a situação do comunismo no Brasil¹³. O partido somente viria a ser aceito dentro dos quadros da IC no V Congresso, realizado em 1924.

As primeiras tarefas do partido diziam respeito a divulgação das ideias comunistas sobretudo nos meios operários. A entidade, a princípio contava com uma página diária no jornal "O País" onde eram publicados seus artigos e documentos, a partir de 1924 este espaço foi retirado e o partido se viu obrigado a criar um órgão próprio de divulgação, o que foi realizado com a publicação do jornal "A Classe Operária", cujo primeiro número circulou em 1º de maio de 1925 com uma tiragem de 5.000 exemplares¹⁴.

O VI Congresso da IC realizado em 1928 teve uma grande influência nas diretrizes internas do PCB. Por decisão deste congresso houve uma radicalização do processo de bolchevização dos partidos comunistas. Em julho de 1929, o partido realizou um pleno no qual foram decididas as medidas que iriam bolchevizar a instituição. A principal consequência destas medidas foi a ocorrência de um processo de "proletarização" ou "obreirismo" no qual antigas lideranças e intelectuais, algumas vindas dos primórdios do partido, foram afastadas por acusação de "direitismo", sendo substituídas por líderes oriundos de classes sociais mais baixas que se denominavam "operários autênticos"¹⁵.

Este processo de obreirismo levou a direção do PCB lideranças escolhidas segundo os desígnios da IC, que estavam mais ligadas a classe operária, mas que inversamente tornaram o Partido mais fraco intelectualmente e suscetível às pressões dos órgãos externos¹⁶.

¹³Canellas afirmou no Congresso que no PCB possuía em seus quadros membros maçons, protestantes e católicos e defendeu as teses dos reformistas franceses e anarquistas. Cf. PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1984. p. 93.

¹⁴CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982.vol. I. p. 5.

¹⁵Os dirigentes do PCB Astrojildo Pereira e Otávio Brandão e os membros Paulo Lacerda Caetano Machado e Leôncio Basbaum foram afastados durante neste período. Ver: FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro, MAUAD, 2002. p.277 et seq. De acordo com o depoimento de Leôncio Basbaum, a proletarização teve, em seu início, para os comunistas brasileiros um sentido romântico que "significava segundo alguns, abandonar certos hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido...". Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro, Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 101.

¹⁶PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil: 1922 - 1935*. São Paulo: Cia da Letras, 1991. p. 191.

Em decorrência do VI Congresso da IC foi abandonada a teoria da frente única que vislumbrava a união dos comunistas a setores progressistas da burguesia nacional, sendo adotada a teoria da classe contra classe, que levou a um isolamento do PCB dentro da conjuntura brasileira, pois apenas eventuais colaborações com organizações de bases democráticas eram cogitadas neste período¹⁷.

Neste período a principal atuação do partido consistia na participação nos sindicatos, visando à conscientização dos trabalhadores para a busca de transformações sociais como a implantação de uma eficiente legislação trabalhista. O PCB se organizava em células, articuladas nos locais de trabalho (fábricas, lojas etc.) num modelo semelhante ao utilizado por outros partidos comunistas.

Em decorrência de sua clandestinidade, o PCB buscou participar do processo eleitoral através de sua agremiação de fachada, o Bloco Operário (BO), posteriormente denominado Bloco Operário Camponês (BOC), que conseguiu eleger um deputado federal e dois representantes para a o Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Contudo para determinados grupos pecebistas, a participação do partido no processo eleitoral, considerado ineficaz e corrompido, apenas gerava um distanciamento do projeto revolucionário, por este motivo o BOC foi perdendo importância até ser extinto em 1930¹⁸.

O partido aos poucos foi rompendo o seu isolamento político em decorrência do abandono da teoria da classe contra classe no VII Congresso realizado entre 25 de julho a 20 de agosto de 1935, com o conseqüente afrouxamento do radicalismo de esquerda; levando a uma aproximação dos comunistas a Luís Carlos Prestes e outros elementos ligados ao tenentismo e à participação na Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O tenentismo em termos genéricos pode ser definido como uma forma de atuação política do Exército brasileiro¹⁹, oriunda das contestações a política nacional durante a crise da Primeira República. Os tenentes eram fiéis às tradições intervencionistas do Exército que remetiam a proclamação da República e aos governos de Deodoro e Floriano Peixoto.

¹⁷CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982.vol. I. p.14, p. 102.

¹⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro, Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho, 1995. p. 87 e 88.

¹⁹DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277.

As propostas básicas do tenentismo englobavam o desejo de transformações democráticas, a melhoria das condições materiais de vida da população e a criação de uma nação política e economicamente independente²⁰. Seus membros se identificavam como responsáveis pela regeneração nacional e como guardiães da pureza nacional²¹, para eles cabia aos militares desempenharem um papel salvacionista da sociedade e das instituições entregues a políticos civis corruptos e ineptos, através da intervenção militar, a partir da qual cumpririam a missão de reformar a nação e levar ao pleno cumprimento das leis e da Constituição²².

De acordo com Boris Fausto, embora se declarassem simpáticos às classes populares, os membros do tenentismo de um modo geral viam o povo como despreparado para atuar conscientemente na transformação na sociedade brasileira. Alguns dos tenentes eram contrários à utilização do voto como elemento de representação dos anseios da sociedade enquanto não se realizassem reformas que aumentassem o grau de esclarecimento do povo. Eles defendiam que o sufrágio universal fosse então substituído pelo censo alto e eleições indiretas²³.

Esta ideologia de atuação política acabou sendo expressa num ciclo de revoltas e motins iniciada com a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, da qual a Revolta de novembro de 1935 será em parte herdeira²⁴. Com a Revolução de 1930, ocorreu uma cisão dentro do já heterogêneo grupo dos tenentes; uma parte acabou sendo cooptada pelo governo Vargas, atuando na burocracia estatal ou como interventores estaduais; outros retornaram a hierarquia militar acomodando-se a estabilidade da carreira devolvendo a alta oficialidade a função de agir politicamente em nome do Exército; um grupo descontente com os rumos da Revolução de 30, sonhava em regenerar a República retornando às ideias expressas pelo

²⁰VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 29.

²¹FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*. História e historiografia. 12ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 8.

²²Sobre a atuação e ideologia dos militares na República Velha ver o artigo de: CARVALHO, José Murilo. As forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. t. III, vol. 2.

²³FAUSTO, op. cit. nota 21 p. 90.

²⁴DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 267.

tenentismo na década de 20; parte destes elementos ingressou na ANL defendendo as antigas propostas tenentistas que agora poderiam se corporificar num partido político; outros elementos deste grupo preferiram se manter fiéis a tradição conspirativa e golpista do movimento, esperando apenas uma oportunidade para uma intervenção militar. De certa forma, Luís Carlos Prestes foi um dos maiores expoentes deste último grupo.

A aproximação do PCB a Luís Carlos Prestes e outros elementos tenentistas teve um caráter de confluência de interesses e propostas de atuação política na qual a figura de Prestes seria um fator de interseção. A Revolta de 1935 teve em comum com as insurreições tenentistas o fato de ter se originado nos quartéis com adesão de militares de baixa patente que participaram de levantes isolados que não conseguiram se articular²⁵. Houve na Revolta de novembro uma fusão entre a concepção de golpe de estado e intervenção saneadora desenvolvida pelos tenentes, com as concepções de insurreição armada remanescentes das diretrizes do VI Congresso.

A junção tenentes - comunistas tinha assim um caráter de uma simbiose bastante interessante. Embora gozassem de popularidade junto a população, os tenentes não possuíam efetivamente um programa de ação que valorizasse a atuação popular. Esta lacuna poderia ser preenchida pelos comunistas que dariam ao movimento um embasamento teórico - ideológico que as revoltas tenentistas não possuíam, recebendo em troca o apoio daquela parcela da população encantada com os feitos dos tenentes. A figura de Luís Carlos Prestes era essencial nesta equação.

Prestes era aclamado por grande parte da população como um herói nacional. Em 1930 havia sido alvo de uma frustrada tentativa de cooptação por parte de Getúlio Vargas e outras lideranças da Revolução, que o pretendiam como chefe militar do movimento. A opção feita pelo antigo líder tenentista foi a aproximação com o comunismo, ao qual Prestes buscou conhecer melhor através de seus estudos que o levaram inclusive a Moscou, Meca do comunismo mundial²⁶. Este fato levou a seu isolamento em relação às antigas lideranças do tenentismo que haviam se aliado a Vargas ou retornado a hierarquia militar.

²⁵ DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.267.

²⁶ Prestes teve contato com o PCB em dezembro de 1927, quando foi procurado durante seu exílio em Santa Cruz de la Sierra pelo secretário – geral e enviado do partido, Astrojildo Pereira. Além de apresentar propostas de adesão a entidade o secretário entregou ao líder tenentista livros da literatura marxista. Posteriormente ele foi

A ascensão de Luís Carlos Prestes dentro dos quadros da IC, demonstra que a organização apostava na figura do antigo líder tenentista como chave para uma possível revolta no Brasil. É interessante notar que Prestes tinha consciência deste fato e mantinha várias expectativas sobre o seu prestígio sobretudo na esfera militar. A poucos momentos da Revolta no Rio de Janeiro, Prestes escreveu várias cartas a antigos companheiros de corporação, exaltando o espírito tenentista em prol de uma nova revolta, sendo que, contudo não obteve adesões de última hora²⁷.

As concepções comunistas sobre a intervenção consciente das massas perderam espaço para as táticas militaristas dos tenentes; fazia-se neste momento uma escolha pela intervenção militar à organização dos trabalhadores e um estudo mais pormenorizado da realidade brasileira²⁸. Identificados como portadores de indissociáveis bravura e heroísmo, os militares haviam se transformado para o PCB do pós-30 em aliados naturais na luta contra as forças opressoras da sociedade, o partido passou a se intitular como representante não apenas do proletariado, mas também dos soldados e marinheiros revolucionários²⁹.

Na vertente conservadora da sociedade, os anos 30 assistiram a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB) fundada oficialmente em 1932, com o lançamento do "Manifesto de Outubro"; que se constituía numa organização inspirada nos regimes fascistas europeus, tendo como modelo principal o fascismo italiano de Benito Mussolini³⁰.

convido pela IC para um período de estudos em Moscou onde chegou em 7 de novembro de 1931, durante este período adotou de vez o comunismo e ingressou nos quadros da organização.

²⁷PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 230.

²⁸VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p 159 et. seq. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 28.

²⁹PANDOLFI, Dulce Chaves. *Comaradas e Companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro, Relume Dumara: Fundação Roberto marinho, 1995. p 110.

³⁰ Durante uma viagem a Europa em 1930, Plínio Salgado, líder dos integralistas, teve oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a literatura fascista, além ter se encontrado com Mussolini em julho daquele, ocasião que serviu para consolidar a sua admiração pelo Duce italiano. Ver: LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 137.

A AIB canalizava em seu discurso político, as expectativas dos simpatizantes do pensamento autoritário graças às críticas que realizava a democracia liberal (considerada decadente e pouco efetiva na promoção de mudanças substanciais) e ao comunismo³¹.

Declarando-se desvinculada da ideia de partido, representante dos interesses particularistas da sociedade, o seu próprio nome invocava os princípios que norteavam seus participantes, deste modo Ação enfatizaria o culto da mobilidade, da força inclusive da violência, Integralismo é a derivação de integral, conotando totalidade contra a democracia dos partidos, e Brasileiro sugeria a defesa dos interesses nacionais contra os particularismos regionais. O símbolo do Integralismo era a letra grega do sigma, representante da soma, deste modo sugeria que o movimento era a síntese de todas as ideologias, acima das diferenças.³²

Seus integrantes eram afeitos a rituais públicos, organizavam-se em células que ligava cada grupo local a uma autoridade superior, numa progressão hierarquizada em todos os níveis³³. Os integralistas costumavam participar de eventos públicos, como desfiles, trajando uniformes. A saudação dos integralistas era o braço direito levantado e esticado e o grito de "Anauê", originado do tupi que significava "você é meu parente"³⁴.

Defendendo como lema as palavras atribuídas ao presidente Afonso Pena no leito de sua morte: Deus, Pátria e Família³⁵, o Integralismo era pautado no culto à figura líder supremo. Em sua estrutura organizacional constavam a Câmara dos 40, um conselho consultivo de figuras proeminentes da instituição, além do Conselho Supremo composto por 10 membros, a Corte Sigma uma instância de poder logo abaixo do chefe nacional, além da Câmara dos 400 composta por militantes dos diversos Estados.

Os integralistas tinham dentre suas propostas além de uma profunda moralização da sociedade e da substituição do liberalismo político por um governo de tendência autoritária,

³¹ MAIO, Marcos Chor e CYTRINOWICZ. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47.

³²Ibid. p. 50.

³³LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 136.

³⁴ Plínio Salgado participara do Movimento Modernista na década de 1920, elaborando ensaios e críticas. De modo a aprofundar seu conhecimento sobre os temas ligados a cultura nacional, realizou estudos sobre o tupi. Ibid. p. 136.

³⁵Ibid. p. 130.

um forte nacionalismo econômico e cultural, que previa dentre outras medidas a renegociação dos contratos assinados pelo governo brasileiro com organismos internacionais, nacionalização das minas, da energia hidrelétrica e do petróleo, além da criação de um Ministério Nacional de Belas Artes que mobilizasse artistas em prol do desenvolvimento da cultura nacional³⁶. Estas propostas atraíram para as fileiras integralistas em seu auge entre 500 a 800 mil aderentes³⁷, o que gerou temores dentro de setores da sociedade quanto a implantação de um regime fascista em nosso país.

Na vertente progressista, A ANL foi criada com a proposta de congregar as classes sociais, sobretudo o proletariado e as camadas médias urbanas, em torno da defesa do liberalismo político e contra o crescente Integralismo. A agremiação era encarada pelo PCB como elemento representativo do amadurecimento ideológico da população; um sinal de que a movimentação política das massas, elemento crucial para o sucesso da insurreição vindoura, estava em vias de se concretizar.

A entidade foi oficialmente lançada em 30 de março de 1935, num grande comício realizado no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro. Na ocasião foi aceito o nome de Luís Carlos Prestes como presidente de honra da entidade. Entre os fundadores da ANL três eram identificados com o tenentismo (Hercolino Cascardo – presidente da entidade, Roberto Henrique Sissón e Amorety Osório – vice-presidente), os demais fundadores civis tinham sua origem nas classes médias (Benjamim Soares Cabello – jornalista, Manuel Venâncio Campos da Paz – médico e Francisco Mangabeira – advogado). A ANL apresentava cinco exigências básicas em sua reivindicação pela melhoria da situação nacional:

I – Suspensão definitiva das dívidas imperialistas do Brasil, por as considerarmos já pagas, e, aplicação da quantia assim retida, em benefício do povo explorado do Brasil.

II – Nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas por as considerarmos “arapucas”, para as quais os brasileiros trabalham feito cães,

III – Proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; entregadas terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que a cultivam, por considerarmos terem sido eles os que as valorizaram com o seu trabalho, portanto, são os seus únicos e legítimos proprietários.

³⁶ LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 130 e 131.

³⁷ MAIO, Marcos Chor e CYTRINOWICZ. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 42.

IV- Gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalham e são explorados como nós próprios. Estas liberdades foram conquistadas pelo povo que nunca as gozou, de fato, em toda sua plenitude. Hoje ele as reclama e é legítimo o direito que tem de ser satisfeito, custe o que custar.

V – Constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na medida da eficiência da sua colaboração³⁸.

Em torno destas propostas congregaram-se vários elementos progressistas da sociedade que deram a ANL um crescimento inicial bastante considerável. No período de março a maio de 1935, observou-se a criação de 1.600 sedes locais espalhadas por todo o país³⁹. Este fato gerou um temor por parte do governo em relação aos possíveis rumos que a entidade poderia tomar; seu fechamento passou a ser então frequentemente cogitado.

O ano de 1934 foi extremamente tenso para a política brasileira, pois se verificava naquele momento, constantes ameaças de golpes de militares contrários a democratização do país, bem como o crescimento do movimento operário e do Integralismo.

No âmbito dos trabalhos realizados pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC), as disputas dentro do plenário se davam entre o projeto defendido pelas antigas oligarquias favoráveis ao Federalismo e a maior autonomia entre o Estados, contra a proposta que dava ênfase a centralização e maior poder para o Executivo, defendida num momento em que as críticas ao modelo político liberal haviam levado a adoção de medidas de intervencionismo estatal no EUA, e a emergência dos Estados fascistas na Europa.

A ideia de reconstitucionalização do país estava presente na própria legislação do Governo Provisório, mas não faltavam grupos que criticassem a volta ao regime constitucional, embora estes, não conseguissem impedir o final dos trabalhos da ANC que ocorreu em 16 de julho de 1934. No dia seguinte Vargas foi eleito presidente com maioria dos votos dos congressistas.

Os choques constantes entre aliancistas *versus* integralistas produziram um clima de instabilidade e tensão, propício para que o governo adotasse medidas coercitivas, fato concretizado coma aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN) Lei n.º 38 de 4 de abril de 1935, que punha em cheque o retorno aos princípios democráticos ocorrido no ano anterior.

³⁸BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa- Ômega, 1975. Vol. 2, p. 72 –73.

³⁹SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41.

A LSN decretou um duro golpe contra a Constituição, que havia sido fruto da disputa de várias correntes ideológicas, e era em sua essência uma carta liberal que consagrava as leis sociais e impunha limitações ao poder executivo⁴⁰. Desta forma, as medidas de exceção da LSN, davam ao governo central os instrumentos necessários para uma “intervenção profilática” na sociedade. Faltava, contudo, um pretexto insofismável para o fechamento da ANL.

A ocasião para o alijameamento da entidade se apresentou com o discurso escrito por Luís Carlos Prestes e lido por Carlos Lacerda (então membro da Juventude Comunista), num comício realizado em 5 de julho (data comemorativa do primeiro levante tenentista). Num trecho do discurso, Prestes pregava abertamente uma ação revolucionária no Brasil, dizendo: “Abaixo o fascismo! Abaixo a ditadura odiosa de Vargas! Por um governo revolucionário! Todo poder a ANL.”⁴¹

O decreto de fechamento da entidade foi assinado em 11 de julho, imediatamente começaram a ocorrer várias prisões de membros aliancistas, além de intimidações físicas que acarretaram um refluxo no movimento liberal brasileiro. A ANL nunca teve um caráter partidário, e apesar de não propor uma estratégia formal para tomada do poder, tinha como principais forças políticas atuantes em sua estrutura, os tenentes e comunistas, que viam a luta armada como forma de se chegar ao poder.

Do fechamento da ANL em julho à eclosão dos levantes em novembro, transcorreram quatro meses nos quais as tendências dos antigos participantes da entidade foram sendo assim demarcadas: de um lado havia os que preferiram aguardar uma melhoria nas condições políticas do país para então retornarem às atividades oposicionistas, e do outro, aqueles que encaravam a insurreição armada como única alternativa para a construção de uma sociedade diferente.

⁴⁰GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização política: Partidos e a Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 37. Foram apresentadas perto de 4000 emendas ao texto constitucional. In: CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1935 – 1945*. Niterói: EdUFF, 1979. p. 27. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.270.

⁴¹ O discurso de Prestes está integralmente transcrito em CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1978. p. 430-440. De acordo com Willian Waack este discurso fora formulado com base nas premissas da IC sobre o encaminhamento da insurreição no Brasil. Ver: WAACK, William. *Camaradas*. Nos arquivos de Moscou: A história Secreta da Revolução Brasileira de 1935. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

Antes de nos determos na descrição dos levantes de 1935, devemos voltar nossos olhos para a IC, no sentido de obter uma melhor compreensão sobre as diretrizes propostas para o movimento comunista naquele período, que influenciaram de sobremaneira os acontecimentos de novembro de 1935.

A IC, órgão coordenador do comunismo mundial, foi criada por Lênin no inverno de 1918-19 com a proposta de se tornar o “Partido Mundial da Revolução”⁴², sua estrutura e funcionamento interno refletiam fielmente as características do Partido Comunista Russo ao qual esta encontrava-se em grande parte ligada⁴³. A função primordial da IC era formular e planejar estratégias em face de sua análise da situação mundial e atribuir a cada país membro suas tarefas dentro daquele contexto⁴⁴.

Inicialmente a IC preocupou-se, sobretudo em promover e encorajar a Revolução na Europa onde o proletariado já apresentaria um grau de amadurecimento político e revolucionário mais acentuado. As demais regiões do mundo eram pouco mencionadas, e a América Latina somente seria efetivamente “descoberta” no VI Congresso da IC realizado em 1928⁴⁵.

Os países desta região foram classificados nesta oportunidade com a categoria de “países dependentes”, cuja proposta de luta política englobava uma revolução agrária antifeudal e antiimperialista⁴⁶. O Brasil era encarado dentro deste contexto como uma área de influência do capital anglo-americano, os acontecimentos na vida política do país eram vistos como um prolongamento direto da concorrência entre estes dois imperialismos.

O momento histórico importante para entendermos as diretrizes da IC que influenciaram a Revolta de 1935, remete ao VI Congresso de 1928 e ao VII Congresso realizado em 1935. Em termos sintéticos podemos dizer, que segundo a periodização proposta

⁴²Z Aidan, Michel. *O Grande Tourant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928 – 1928)*, In. FILHO, Daniel Arão Reis (org.). *O Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 91.

⁴³ Ibid. p. 92.

⁴⁴PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 28.

⁴⁵VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 35.

⁴⁶CANALE, Danilo [et. al.]. *Novembro de 1935: Meio Século depois*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editoras Vozes LTDA, 1985. p. 104

pelos teóricos da IC, o movimento operário atravessava por ocasião do VI Congresso o seu terceiro período. O primeiro período havia se iniciado no pós 1ª Guerra Mundial até 1921 tendo sido marcado por uma crise aguda no capital, englobando situações revolucionárias como a Revolta Spartakista alemã em 1919; o segundo período se estendia de 1921 até 1928 sendo observada uma estabilização do capitalismo e um conseqüente refluxo no movimento revolucionário, sendo aquele um período defensivo do proletariado; o terceiro período iniciado em 1928 seria caracterizado por uma grave crise do capitalismo, onde as contradições internas deste sistema seriam exacerbadas criando assim a oportunidade de renovação da vaga revolucionária, sendo que os PCs do mundo inteiro teriam um papel de vanguarda naquele contexto⁴⁷.

O VI Congresso foi realizado em Moscou de 17 de julho a 1º de setembro de 1928. As diretrizes propostas neste encontro nortearam o movimento comunista mundial até meados de 1935, neste momento foi abandonada a teoria da frente única que aceitava a ligação dos comunistas a setores das burguesias nacionais, sendo adotada a teoria da “classe contra classe”, na qual este grupo deixa de ser considerado em sua totalidade como progressista, inviabilizando assim qualquer aliança sua aos PCs locais.

Com intuito de organizar as linhas do VI Congresso na América Latina, foi realizado o 1º Congresso do PCs latino-americanos. Nesta reunião foram apenas repetidas as teses da VI Congresso sem que fosse realizada uma análise mais crítica das resoluções. Os PCs latino-americanos passaram a analisar a região somente pela ótica europeia da IC, num processo que levou ao enfraquecimento teórico-analítico das seções locais. Outro fator negativo oriundo do VI Congresso foi a imposição de uma rígida centralização interna aos partidos locais que minou em grande parte sua autonomia política⁴⁸.

No VII Congresso realizado entre 25 de julho a 20 de agosto de 1935, foi oficializada a nova política das “frentes populares” que colocou por terra as diretrizes do VI Congresso. Esta nova proposta buscava reforçar a criação de frentes antifascistas e governos de caráter

⁴⁷Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 201 e COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.p. 20.

⁴⁸VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 45.

popular e revolucionário, a defesa da URSS tida como baluarte maior do comunismo também era preconizada.

A Revolta de novembro considerada tardia dentro das novas resoluções do VII Congresso⁴⁹ pode ser considerada como um movimento de transição entre a tática do terceiro período (recusa da aliança a setores não proletários – “classe contra classe”, e método insurrecional empregado) e o programa das frentes populares proposta em 1935⁵⁰, que foram assimiladas pelo PCB de acordo com o contexto histórico nacional daquele período.

Nos preparativos para a insurreição nacional que poria abaixo o governo de Getúlio Vargas, a IC enviou secretamente ao Brasil Luís Carlos Prestes e outros assessores que seriam responsáveis pela articulação do movimento. O quadro que estes elementos tinham da realidade brasileira, tinha as cores carregadas pelas ilusões e informações imprecisas fornecidas pelos comunistas brasileiros. Subestimava-se de maneira flagrante a força do governo Vargas e a organização da cúpula militar, enquanto realçava-se o amadurecimento revolucionário das massas e a influência de Luís Carlos Prestes na política brasileira⁵¹.

Os comunistas não levaram em consideração que Getúlio Vargas havia se fortalecido ao substituir a “Política dos governadores” por fortes interventorias que levaram a uma rígida centralização política que minou a força das lideranças locais; que a hierarquia militar estava parcialmente fortalecida após a Revolução de 30 que ocasionou a adesão ao governo de antigas lideranças tenentistas e, a Revolução Constitucionalista de 1932 que serviu como fator de aglutinação na esfera militar⁵²; e que Luís Carlos Prestes havia sido parcialmente abandonado pelas antigas lideranças tenentistas estando conseqüentemente seu prestígio político enfraquecido.⁵³

⁴⁹HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 77.

⁵⁰PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 291.

⁵¹WAACK, William. *Camaradas*. Nos arquivos de Moscou: A história Secreta da Revolução Brasileira de 1935. São Paulo, Cia das Letras, 1993. 214.

⁵²Esta análise da conjuntura política brasileira pode ser encontrada em: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 283.

⁵³Os comunistas tinham uma crença no caráter supostamente democrático e progressista do Exército brasileiro, este foi uma das ideias que os levaram a apostar nos militares como força propulsora da revolução no Brasil.

A Revolta comunista de 1935, teve seu primeiro ato encenado no Rio Grande do Norte, ao qual se sucederam as insurreições do Recife e Rio de Janeiro. No próximo item abordaremos estas três revoltas e repressão que se sucedeu ao seu fim.

1.2 As Insurreições de novembro e a Repressão

1.2.1 A Revolta em Natal

A Revolta comunista em Natal possui elementos de espontaneidade e precipitação, que há muitos anos tem intrigado os historiadores, que ao longo dos anos buscaram uma explicativa para a sua eclosão. As explicações variam desde a existência de elementos provocadores⁵⁴, que teriam incitado ao início da revolta antes do tempo previsto⁵⁵; passando pela circulação de um telegrama forjado pelo chefe de polícia Aluísio Moura, ao membro do PCB, “Santa” ou “Santana”⁵⁶. Segundo esta versão o chefe de polícia havia descoberto, através de seus contatos com o membro do PCB, que a revolta em Natal havia sido marcada para o início de 1936, e se iniciaria com a ordens de um telegrama vindo do Rio de Janeiro com uma senha própria da organização; Aluísio Moura teria descoberto a senha secreta e enviado um telegrama falso ordenando o início da revolta.

Ver:PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes e a ANL: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo, Brasiliense, 2008.p. 133.

⁵⁴SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 315.

⁵⁵Havia uma articulação em relação a revolta no Nordeste, que deveria ocorrer no início de 1936. Sobre este aspecto ver o trabalho de Homero de Oliveira Costa. *A Insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte, Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte: 1995.

⁵⁶BASABAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. Vol. 2. p. 81.

Acreditamos, contudo, com base nas mais recentes pesquisas historiográficas sobre a revolta em Natal⁵⁷ que esta se iniciou antes do previsto pela direção do PCB, em decorrência de motivações de ordem local, frutos da situação conflituosa política e militarmente, por que passava o Rio Grande do Norte naquele período.

Em 1933 Mário Câmara, oficial de gabinete e amigo de Vargas foi instituído como primeiro civil a ocupar o cargo de interventor naquele Estado, buscando uma reaproximação às antigas oligarquias locais. Inicialmente o novo interventor conseguiu estabelecer um diálogo com as elites políticas locais, em virtude do fato de ele ser um membro de uma tradicional família potiguar, no entanto, por conta de divergências quanto a ocupação de cargos políticos em cidades do interior do Estado, o compromisso foi rompido criando-se uma relação de ódio entre as duas partes⁵⁸.

Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte as oligarquias potiguares destituídas pela Revolução de 1930 se congregaram no Partido Popular, que contava basicamente com a mesma estrutura do antigo Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Em 1934 Mário Câmara fundou o Partido Social Democrático que contava com os prefeitos nomeados pelo interventor, para concorrer às eleições estaduais marcadas para outubro do mesmo ano.

No entanto, o interventor percebeu que isoladamente não poderia combater as forças políticas reunidas no Partido Popular. A união com Café Filho, político importante no Rio Grande do Norte se apresentou como possibilidade de conjugar forças para a disputa eleitoral. Os dois criaram então a Aliança Social, legenda que concorreu às eleições daquele ano.

A campanha eleitoral transcorreu num clima de violência e denúncias, que levaram o Tribunal Superior Eleitoral a enviar observadores para fiscalizar o pleito; tropas do Exército também foram enviadas para impedir os ataques políticos. Devido às fraudes verificadas na eleição, os observadores acataram o pedido da Aliança, e um novo pleito foi marcado para fevereiro de 1935.

⁵⁷Ver: COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. e VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁵⁸ A análise da gestão de Mário Câmara e de sua difícil relação com segmentos da política potiguar pode ser encontrada em: LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989.

Em 13 de fevereiro, quatro dias antes das eleições suplementares, foi assassinado no município de Acari, o engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-governador afastado pela Revolução de 30, Juvenal Lamartine, e um dos fundadores e dirigentes do Partido Popular, as acusações recaíram obviamente sobre o interventor, mas o processo não havia se encerrado na ocasião da Revolta de novembro.

O Partido Popular, cujo candidato ao governo do Rio Grande do Norte era o médico e comerciante Rafael Fernandes, obteve a vitória num processo eleitoral confuso e tenso, fato que serviu para acirrar ainda mais as rivalidades locais, criando um clima de instabilidade propício para uma revolta. Como veremos nos próximos capítulos, não faltaram elementos que atribuíssem ao ex-interventor e a seu grupo a autoria do levante de novembro, que teria o objetivo de reconduzir Mário Câmara ao poder.

A eleição de Rafael Fernandes significou a volta ao poder das antigas oligarquias, que haviam perdido espaço durante o tumultuado período das interventorias⁵⁹. Estes confrontos contaram com a participação de vários populares e podem ser considerados como um ensaio geral para os acontecimentos de novembro⁶⁰.

Em nível militar, Natal vivia uma época igualmente difícil. Além das precárias condições dos quartéis do nordeste (fato este comum à boa parte dos quartéis brasileiros da época), que por si só já criavam um quadro de instabilidade e rebeldia; somava-se a insatisfação quanto ao possível desengajamento de vários militares. Com base no regimento militar, os cabos e sargentos eram desligados após 8 anos de serviços prestados ou por limite de idade. A Revolução de 30 e o período do governo Provisório, haviam postergado estas medidas⁶¹. Contudo, assim que foi promulgada a Constituição de 1934, criou-se uma sensível pressão, sobretudo por parte do ministro da Guerra João Gomes, no sentido de que estas

⁵⁹O Rio Grande do Norte passou por um período bastante atribulado em termos políticos ente 1930 a 1933, o Estado apresentou a maior rotatividade de interventorias de todo o país. Ver sobre esse respeito: MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930 - 1934)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Centro Gráfico do Senado federal, 1984.

⁶⁰VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 179.

⁶¹Além da questão do desengajamento outra situação que causava discussão entre os militares era a revogação das promoções obtidas pelos militares que atuaram durante a Revolução de 1930. Nas palavras do sargento Giocondo Dias que participou da Revolta em Natal "Sargentos foram guindados ao posto de capitão e houve casos de capitães promovidos a general de brigada, como por exemplo, Juarez Távora(...)" Apud: OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p. 53.

fossem novamente cumpridas. Temia-se dentro do PCB que o desengajamento acarretasse a saída de militares previamente comprometidos com a insurreição.

Esta situação criou um clima grande insatisfação entre militares do 21º Batalhão de Caçadores (BC), que estava sediado em Natal, mas era originário do Recife onde havia tomado parte de uma revolta em 1931, sendo então punitivamente e por questões de segurança, “trocado” de sede com o 29º BC do Rio Grande do Norte. Somado a este quadro de instabilidade, ainda ocorreram em Natal três episódios que contribuíram para tornar a situação ainda mais tensa.

O primeiro episódio, foi a extinção da Guarda Civil (criada por Café Filho com fins de manutenção da ordem pública), por ordem do governador. Este fato significou a dispensa de mais de 400 homens⁶² com treinamento militar, e que não foram prontamente desarmados⁶³. Durante a revolta de novembro, vários destes elementos externaram sua insatisfação tomando parte nos acontecimentos.

Outro episódio que bem demonstra o quadro de instabilidade militar em Natal, foi a expulsão em 23/11 de praças do 21º BC que mascarados haviam assaltado o bonde que fazia a linha do Tirol, 4º distrito da capital no dia 18/11. Um dia após o delito, o tenente Santana, responsável pela prisão dos militares sofreu um grave atentado sendo seriamente ferido⁶⁴.

Por fim, aconteceu a greve da estrada de ferro *Great Western*, que causou grande impacto no nordeste, no início de novembro de 1935. Os comunistas do Rio Grande do Norte viram nesta greve um sintoma de amadurecimento revolucionário das massas⁶⁵. Foi a confluência destes acontecimentos, que ajuda a explicar o levante comunista de Natal.

O movimento começou na noite do dia 23/11 quando por volta das 19hs30min, ouviram-se tiros e seguidos toques de recolher provenientes da sede do 21º BC. Este era o sinal convencionado para o início da revolta. Os soldados da corporação, ao ouvirem os

⁶²A Guarda Civil em Natal era composta de 1 inspetor (ou comandante), 12 graduados e 408 guardas. Na época este era o 6º maior contingente das Guardas Civas do Brasil. Ver: COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935:Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p. 84.

⁶³VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 186.

⁶⁴Ibid. p. 189.

⁶⁵Ibid. p. 186.

repetidos toques de recolher, se dirigiram para o quartel. Ao entrarem eram orientados a fim de que pegassem armas e fardas, que haviam sido postas estrategicamente na entrada do quartel. Um grupo de civis incluindo, algumas mulheres, cientes da revolta, entrou no quartel igualmente se fardando e armando⁶⁶.

O quartel foi rapidamente tomado, tendo se destacado como líderes neste processo, o sargento músico Quintino Clemente e o também sargento Elisiel Henrique Diniz. Foram presos na operação o comandante da guarda, sargento José Faria de Almeida, e oficial do dia, o tenente Abel Cabral. Inutilmente os rebeldes tentaram que algum oficial assumisse o comando do levante, pois não houve adesões⁶⁷.

Os rebeldes se organizaram no sentido de tomar algumas posições estratégicas na cidade. Dividiram-se em grupos, conseguindo ocupar de forma rápida e eficiente o palácio do governo, residência do governador, a central telefônica e telegráfica, o aeroporto, a central da usina elétrica, a estação ferroviária, cartórios, além de providenciar o desligamento do farol que orientava os navios, localizado no Forte dos Reis Magos, esta medida tinha o objetivo de evitar uma possível aproximação de navios legalistas⁶⁸.

O governador e outras autoridades estavam naquele momento no Teatro Carlos Gomes, assistindo a formatura dos alunos do Colégio Santo Antônio, onde seria apresentado o drama “O Triunfo da Cruz” além de outras atrações⁶⁹. Ao saber da revolta, parte do grupo resolveu fugir para a casa do cônsul do Chile, permanecendo na residência até o fim da revolta; outra parte refugiou-se no navio da companhia *Latecoère* que fazia a ligação Natal – Dakar⁷⁰; um outro grupo composto pelo Prefeito Gentil Ferreira, seu oficial de gabinete Paulo Viveiros e Edgar Barbosa, diretor do jornal governista “A República”, teve

⁶⁶ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p.58.

⁶⁷ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano*. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 02.p. 88.

⁶⁸ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p.65.

⁶⁹ Ver: COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p. 84.

⁷⁰ SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 281.

menos sorte sendo presos numa residência particular, na segunda-feira dia 25/11 por praças sob o comando de Carlos Vander Lindel⁷¹.

Os revoltosos passaram então a prender os chefes militares de Natal e sufocar os últimos focos de resistência. Foram tomados o quartel da cavalaria da polícia, a cadeia pública e o quartel da PM, que sob o comando do major do 21º BC, Luís Lopes resistia com alguns soldados. O grupo resistiu até às 14h de domingo quando esgotou sua munição. A Escola de Aprendizes Marinheiros, situada no prédio da Capitania dos Portos, também foi atacada, sendo que seus ocupantes fugiram e conseguiram atingir um velho navio que estava encalhado na margem direita do rio Potengi, de lá chegaram aos navios estrangeiros ancorados no porto, onde permanecem até o fim da revolta.

Um grupo de rebeldes partiu em direção ao cais do porto, afim de impedir a entrada e saída de navios lá ancorados (os vapores estrangeiros *Harrison Linee Both S. S.CO*; uma esquadrilha mexicana de 6 navios e navio Santos, do Loyd Brasileiro). Algumas famílias da elite de Natal se refugiaram nos navios antes que os revoltosos cumprissem sua missão⁷².

Na manhã seguinte dia 24/11, um grupo comandado por João Francisco retornou ao navio Santos e determinou a paralisação da estação radiotelegráfica e apreensão de munição e armamentos que seriam utilizados na tomada de algumas cidades do interior; sendo ainda paralisadas as operações de carga e descarga de todos os navios.

A cidade havia caído completamente nas mãos dos rebeldes, até com certa facilidade. No domingo à noite, eles tomaram conhecimento da revolta no 29º BC de Recife, e aguardaram a eclosão de várias revoltas em todo o país e que da mesma forma como haviam derrubado o governador Rafael Fernandes, facilmente chegariam ao poder, decretando assim o fim do governo Vargas e o início de um novo período. Contudo, os rebeldes tiveram de atentar para um problema de caráter mais prático e menos subjetivo: após terem tomado a cidade, o que viriam a fazer?

Um das primeiras medidas empreendidas, foi a criação de um Comitê Revolucionário Popular, que ficou sediado na Vila Cincinato, na Praça Pedro Velho hoje Vila Potiguar. Os encargos ficaram assim distribuídos: Secretaria de Defesa - Quintino Clemente

⁷¹VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 191.

⁷²COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p. 94 e 95.

de Barros (36 anos), sargento músico do 21º BC; Secretaria do Interior e Justiça – Lauro Cortês Lago (36 anos), funcionário da polícia civil e diretor da Casa de Detenção; Secretaria de Finanças – José Macedo (33 anos), tesoureiro dos Correios e telégrafos; Secretaria de Viação – João Batista Galvão (33 anos), secretário do Liceu Ateneu; e Secretaria de Aproveitamento - José Praxedes de Andrade (35 anos), sapateiro⁷³. O comitê resolveu publicar um decreto que destituía o Governador e a Assembleia estadual. O decreto foi lido em praça pública e transmitido por telégrafo e rádio para todo o Brasil.

Decidiu-se pela criação de um jornal a fim de explicar à população as razões da revolta e suas dimensões. Um grupo de rebeldes tomou conta do jornal “A República”, sendo encarregado da edição o professor Raimundo Reginaldo da Rocha. O jornal “A Liberdade”, só teve o primeiro número editado, sendo rodados mais de mil exemplares que deveriam ser distribuídos à população. Trazia em suas páginas artigos antiintegralistas, notas sobre a revolução, o hino da ANL e na última página uma propaganda do “Sal de Frutas Eno”⁷⁴.

Outra medida tomada, desta vez para consolidar o domínio no estado, foi o envio de colunas compostas por civis e militares, às cidades do interior, com o intuito de estabelecer o controle sobre os municípios vizinhos.

Dada a facilidade com que eram realizadas as ações, talvez oriunda da surpresa da chegada das tropas, ou da pouca resistência das autoridades locais (verificaram-se apenas alguns casos de resistência empreendida por líderes políticos da região)⁷⁵, no dia 26/11 praticamente metade dos 41 municípios do Estado já havia sido ocupado pelos rebeldes.

Enquanto isso em Natal, o Comitê Revolucionário criava uma série de medidas de caráter popular, para conquistar simpatia ao movimento. Foi reaberto o serviço de bondes e

⁷³ De acordo com Praxedes todos os membros do Comitê faziam parte da direção do PC local. Ver: OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p.65. Sobre os integrantes do Comitê, Robert Levine apontou os seguintes detalhes: Praxedes era o único que possuía origem operária, Lauro Lago era um antigo oficial da polícia e ex-superintendente da cadeia pública, em ocasião de sua prisão argumentou que não poderia se tido como radical, pois descendia de família tradicional, Macedo chefiara os Correios nos governos de Mário Câmara e Rafael Fernandes, Galvão era membro de uma família ativa na indústria local e sua esposa era sobrinha do ex-governador Juvenal Lamartine e conseqüentemente parente (embora distante) de José Augusto do Partido Popular LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.p.166 e 167.

⁷⁴ LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.p.102.

⁷⁵ COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p. 107.

reduzidas as tarifas⁷⁶ (de 50 para 20 Réis) e o pão teve um decréscimo de 100 réis em seu preço. O secretário de abastecimento José Praxedes, assinou um boletim destinado aos comerciantes locais, no qual solicitava a abertura dos estabelecimentos. Em outro documento assinado pelo secretário das finanças, José Mendonça, foi adotado procedimento semelhante em relação aos bancos.

Foram feitas também várias requisições de carros, dinheiro, armas e mantimentos. Nestas ocasiões ocorreram alguns saques populares a estabelecimentos comerciais. A situação tornou-se bastante confusa, visto que o povo de Natal começou a externar naquele momento uma revolta há muito contida, contra as elites locais, utilizando os saques e depredações como meio de demonstrar sua insatisfação.

Excessos ocorriam por todas as partes, segundo as palavras de Hélio Silva, a revolta converteu-se num “carnaval exaltado”, muitos aproveitaram para se apropriar de bens que não podiam comprar e houve até alguns populares que pela primeira vez comeram presunto⁷⁷. Os rebeldes não tiveram condições de conter os excessos, e o movimento dava sinais de descontrole.

Com o objetivo de conseguir dinheiro para o Comitê, foi organizado um saque a Agência do Banco do Brasil. Na tarde do dia 25/11, o secretário de finanças dirigiu-se com um grupo à agência, e pediu as chaves do cofre ao gerente, que se recusou a entregá-las. Ante a impossibilidade de realizar o arrombamento, resolveram solicitar a ajuda profissional do serralheiro mecânico Manuel Severino (33 anos) que realizou a tarefa. Do banco foram retirados 2.944.873\$500 contos de réis. Foram arrombados ainda, com a ajuda de José Canela, membro do PCB e mecânico, os cofres da Recebedoria de Rendas (154.178\$140), e do Banco do Rio Grande do Norte (93.873\$800) perfazendo um total de 3.192.925\$400, uma quantia bastante vultosa na época. Este dinheiro foi enviado à sede do Comitê em caixas, latas e sacos.

Ao fim da revolta, somente 922 contos de réis foram restabelecidos a seus lugares de origem, o restante foi levado pelos rebeldes em sua fuga, entregue a parentes pelos mesmos, ou “confiscado” por policiais, que ao fim do movimento trataram de recolher o dinheiro

⁷⁶PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 299.

⁷⁷SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 228 e 229.

saqueado, que muitas vezes foi entregue espontaneamente por participantes da revolta, ou familiares destes com medo de uma possível punição⁷⁸.

Na noite de 26/11 começaram a circular boatos de um possível bombardeio de aviões legalistas da Paraíba, Ceará e Pernambuco, além do deslocamento de várias tropas para o Estado. Na mesma noite, chegou a notícia da derrota do levante realizado pelo 29º BC da Recife. A articulação rebelde no Nordeste que poderia levar a vitória do movimento estava abortada.

Chegaram ainda notícias alarmantes sobre a entrada no Estado de tropas do 22º BC da Paraíba, bem como da derrota de forças rebeldes na Serra do Doutor, entre os municípios de Santa Cruz e Currais Novos. O comando revolucionário que até então vinha demonstrando atitudes otimistas em relação a sorte do movimento, passou a especular sobre uma possível saída para aquela situação. Numa reunião entre os membros do Comitê revolucionário, decidiu-se pela fuga da cidade, sem organizar resistência as tropas do governo⁷⁹. Os presos legalistas encarcerados na cadeia pública foram enviados aos navios mexicanos, e os soldados do 21º BC receberam ordem de debandar.

A junta revolucionária também partiu em fuga. Nas primeiras horas do dia 27/11, saíram dois carros com os membros do Comitê. No interior, os rebeldes se dispersaram tendo sido atacados pelas forças de Dinarte Mariz, os que estavam no litoral, fugiram ante a aproximação das tropas do 22º BC. Com a notícia da fuga dos membros da Junta, os estivadores que estavam tomando conta do cais, depuseram as armas.

A cidade foi retomada pelas tropas legalistas praticamente sem a realização de um combate. O governador Rafael Fernandes reassumiu prontamente o poder e a população, que em alguns momentos, tão entusiasticamente havia tomado parte nos acontecimentos, retorna a sua rotina.

Logo começam a serem realizadas as primeiras prisões. Num primeiro momento, não foi feita distinção entre comunistas, camaristas, etc. Todos aqueles que de alguma forma eram

⁷⁸ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p.89 . De acordo com João Medeiros Filho, além do fato de que muitos participantes da insurreição conseguiram fugir com o dinheiro obtido, outros antes de serem presos conseguiram esconder as quantias que possuíam, esperando o momento da libertação para reavê-las. O povo potiguar os teria denominado de "achadores de dinheiro". Ver: em MEDEIROS FILHO, João. 82 horas de subversão. Senado Federal, Centro Gráfico, 1980. p. 28.

⁷⁹ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p.77 à 80.

contra o governador, foram tratados da mesma forma⁸⁰. Num segundo momento, após as revoltas no Recife e Rio de Janeiro, a repressão torna-se mais seletiva, pois era mais interessante naquele contexto, atuar somente contra os elementos do PCB e ANL, a fim de melhor caracterizar a revolta com um movimento extremista realizado sob a égide da IC⁸¹.

1.2.2 A Revolta em Recife

A revolta precipitada no Rio Grande do Norte pegou de surpresa os rebeldes do Recife, frustrando a articulação revolucionária que se fazia no Nordeste e à nível nacional.

As notícias da revolta em Natal chegaram a Recife na noite do sábado dia 23/11. Ante a surpresa dos acontecimentos, decidiu-se convocar uma reunião do secretariado comunista do Nordeste que tinha sua sede Recife, desde a realização do pleno do Comitê Central em julho de 1935. Deste secretariado faziam parte Silo Meireles, José Caetano Machado e Pascácio de Sousa Fonseca.

Na reunião foi deliberado que a revolta deveria ocorrer de imediato, em apoio ao Rio Grande do Norte ampliando o movimento que poderia estar se constituindo a nível nacional⁸², buscando também utilizar-se do elemento surpresa e realizando a operação antes que os quartéis fossem postos em prontidão. A fim de tornar o movimento mais amplo, decidiu-se que ele teria um caráter de protesto quanto a realização de um congresso integralista na cidade de Pesqueira, marcado para aqueles dias.

No entanto, existiam vários problemas de ordem prática que dificultavam os planos, como por exemplo, a pequena presença de soldados nos batalhões naquele dia, a falta de articulação com os núcleos comunistas civis e militares que desconheciam a proposta de

⁸⁰VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 202.

⁸¹VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. p. 203.

⁸²Ibid. p. 223.

início do levante, além da pouca vinculação popular em torno dos objetivos dos revoltosos, visto ter sido ineficiente a propaganda política entre a população do Recife⁸³.

Esses elementos por si só já teriam inviabilizado a eclosão de um movimento, mas ele foi posto em prática. Os planos foram rapidamente traçados, sendo o início da revolta marcado para as 9hs da manhã do dia 24/11. Rapidamente foram procurados os militares que deveriam dirigir a revolta e lhes passadas suas incumbências: Gregório Bezerra, sargento instrutor de tiro deveria rebelar o quartel general da 7ª Região militar, também sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva; os capitães Silo Meireles, Otacílio Lima e os tenentes Alberto Besouchete e Lamartine Coutinho, ficaram encarregados de sublevar o 29º BC. Ao fim da operação, deveriam ocupar o palácio do governo, a central telefônica, o aeroporto, o cais do porto, e outros pontos estratégicos como os acessos a cidade.

Naquele momento, vários oficiais estavam fora dos quartéis, pois estava sendo realizada no Recife a tradicional Festa do violão no Cassino da Boa Viagem. O próprio tenente Besouchete, nada sabia sobre os planos de sublevação do 29º BC e tranquilamente jogava damas no cassino dos oficiais⁸⁴.

Após terem se reunido, partiram para a realização de suas missões. O 29º foi sublevado com grande dificuldade pelos tenentes Lamartine e Besouchete, que contaram com a ajuda do sargento Manuel Elpídio da Silva, estes últimos foram feridos durante o combate e ficaram impossibilitados de continuarem na revolta. Os oficiais legalistas foram presos no Pavilhão de Comando, em seguida os rebeldes foram abrir o depósito de material bélico para armar a população. Um grupo permaneceu no quartel com intuito de consolidar a situação, enquanto outro liderado pelo tenente Lamartine partia para a cidade com o objetivo de tomar o centro de Recife.

No Largo da Paz instalaram metralhadoras nas torres da Igreja Nossa Senhora da Paz. Naquele momento havia aderido ao grupo outro oficial, o capitão Otacílio Alves de Lima, que ajudou Lamartine no controle do Largo, dividindo as tarefas da seguinte forma: O primeiro

⁸³SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 291. De acordo com Willian Waack os planos iniciais para insurreição propunham o início da insurreição no Nordeste com a posterior irradiação da mesma para as outras regiões do Brasil. Contudo os planos foram alterados e a nova proposta previa o início simultâneo da insurreição em todas as regiões. O Nordeste passou a ser visto pelo PCB com uma região que precisaria de um aprofundamento no trabalho com as massas. Ver: WAACK, William. *Camaradas*. Nos arquivos de Moscou: A história Secreta da Revolução Brasileira de 1935. São Paulo, Cia das Letras, 1993. *Passim*.

⁸⁴SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 292.

defenderia a Estrada dos Remédios, e o segundo manteria o controle sobre a Ponte dos Afogados. Os oficiais contavam com um contingente muito pequeno sob o seu comando, haja vista o fato de que muitos dos civis armados haviam resolvido debandar⁸⁵.

Naquele momento o sargento Gregório tentava tomar praticamente sozinho o quartel da 7ª RM. Na noite anterior contando com ajuda de alguns cabos e soldados aliancistas da 6ª Companhia que serviam no Forte das Cinco Pontas, conseguiu contatar outros militares e cooptá-los para o movimento. Contudo na manhã seguinte às 10h15min quando chegou ao quartel não encontrou ninguém.

Contando com praticamente nenhuma ajuda, Gregório conseguiu tomar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e maior parte do Quartel General, onde foi ferido na perna por um tiro⁸⁶. Posteriormente, após obter a ajuda de dois “gazeteiros”⁸⁷ ainda assaltou a delegacia de polícia na rua Aragão, tendo depois tomado um táxi em direção ao Largo da Paz onde se juntou ao Tenente Lamartine. Por causa do seu ferimento ficou impossibilitada a sua permanência com o grupo, recebendo, por conseguinte ordem de se dirigir ao pronto-socorro, onde foi preso pelas tropas governistas ao fim da revolta.

Em Olinda um grupo de civis conseguiu tomar algumas posições na cidade, como o Comissariado da Casa Amarela e a cadeia do Limoeiro. O prefeito, o delegado e outras autoridades foram feitos prisioneiros. Porém estas vitórias foram efêmeras e rapidamente as forças legalistas conseguiram retomar as posições, pois não se conseguiu estabelecer nenhuma ligação entre as forças de Olinda e as situadas no Centro de Recife.

Por um erro estratégico, os rebeldes haviam esquecido de interromper as ligações telefônicas no 29º, o que permitiu o contato dos oficiais presos com outras unidades legalistas que logo foram avisadas sobre o levante.

No Largo, o combate era intenso. As tropas do governo contavam com o apoio da Guarda Civil, da Inspetoria de trânsito. As ações eram comandadas pelo Secretário de Segurança Malvino Reis, e pelo subcomandante da Brigada Afonso de Albuquerque Lima.

⁸⁵VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.225.

⁸⁶VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 227.

⁸⁷Ibid. p. 228.

Da Paraíba vieram as tropas do 22º BC e uma bateria de artilharia (Bateria do Dorso da Paraíba), de Maceió foi enviado 20º BC, do interior de Pernambuco o 3º Batalhão da Brigada Militar, sendo empregada ainda uma esquadrilha encarregada de fazer o reconhecimento.

Os revoltosos ainda conseguiram reagir durante algumas horas, mas estavam sitiados e em grande desvantagem numérica. Optaram então pela fuga da cidade, sendo a maior parte do grupo presa durante a retirada. Estava assim melancolicamente encerrada a revolta no Recife.

1.2.3 A Revolta no Rio de Janeiro

As notícias sobre as revoltas em Natal e Recife pegaram de surpresa a direção do PCB, que passou então a deliberar sobre a atitude mais correta a ser tomada naquela situação imprevista.

Efetivamente nada havia sido preparado para o movimento⁸⁸. Além disso, o governo com base nas notícias vindas do Nordeste, tinha posto os quartéis do Rio de Janeiro em aviso como bem ilustra as palavras do General Eurico Gaspar Dutra, comandante das forças legalistas:

Desde a madrugada de 24 de novembro que as tropas da 1ª Região Militar estavam de rigorosa prontidão, mantendo efetiva vigilância em face de possíveis perturbações da ordem. Na tarde de 26 começaram a chegar a meu conhecimento que na noite deste dia rebentaria um movimento armado nesta Capital, mas não se positivava bem donde, de que corporação irradiaria este movimento⁸⁹.

Na noite do dia 25, o Senado havia aprovado o pedido do Presidente da República, a decretação de estado de sítio em todo o país, no mesmo dia líderes políticos progressistas, intelectuais, operários e militares foram presos. Tratava-se de uma conjuntura plenamente desfavorável à eclosão de um movimento armado. Na reunião entre a direção do PCB, os

⁸⁸VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 240.

⁸⁹ *Apud*. SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 365.

assessores enviados pela IC para auxiliar no planejamento da ação⁹⁰ e Luís Carlos Prestes, foram debatidas estas questões.

Na reunião, Luís Carlos Prestes propôs a ideia de se iniciar o movimento em apoio às rebeliões do Nordeste, que eram vistas segundo a sua lógica, como o início do movimento revolucionário nacional, que haveria de depor o Presidente. Esta proposta foi aceita pelo então secretário geral do PCB, Antônio Manuel Bonfim (Miranda), pelos assessores da IC Harry Berger e Rodolfo Ghioldi, e referendada pelo Birô Político e dirigentes militares ligados ao Partido.

Decidida a revolta, Prestes buscou entrar em contato com seus antigos companheiros militares, utilizando seu carisma de antigo líder tenentista buscado conseguir sem sucesso, adesões de última hora ao movimento. Simultaneamente, os comunistas buscaram contatar as unidades militares que deveriam tomar parte no movimento. As únicas unidades avisadas em tempo foram a Vila Militar, a Escola de Aviação Militar, Realengo e o 3º Regimento de Infantaria (RI).

Paralelo a estes contatos, buscavam ainda obter o apoio civil para a revolta, imprimindo durante toda a noite de 25 para 26 panfletos de chamada à revolução que deveriam ser distribuídos ao povo. Contudo somente conseguiram mobilizar alguns elementos ligados a sindicatos, à empresa Light e a Central do Brasil, sendo que nenhum destes grupos terá participação efetiva nos acontecimentos do dia 27.

As ordens para o levante do 3º RI foram entregues aos elementos ligados a revolta por um estafeta e continha os seguintes dizeres: “O 3º “Regimento Popular Revolucionário” deverá se levantar às duas horas da madrugada do dia 26 para 27 do corrente e, a partir das três horas iniciar a execução das missões constantes no plano anexo por mim Luís Carlos Prestes.”

O plano anexado ao bilhete era o seguinte:

Um batalhão deveria deslocar-se para as proximidades do Arsenal da Marinha e impedir o desembarque de tropas da Marinha; um outro batalhão deveria subdividir-se em dois destacamentos, indo um para as proximidades do Morro Sto. Antônio para impedir qualquer ação da Polícia Especial, cujo quartel localizava-se naquele morro, enquanto outro destacamento iria para as proximidades do quartel da Polícia

⁹⁰ Os assessores enviados ao Brasil eram: os casais Arthur Ewert (Harry Berger) e Elise Saborowsk, e Rodolfo Ghiold(diretor do Secretariado Sul-americano da IC) e Carmen AlfayaGhiold; Victor Barron, Leon Jules Vallee, Franz Paul Gruber, e Olga Benário.

Militar, na Rua São Clemente, para impedir qualquer ação repressiva desse batalhão da Polícia Militar que estava ali aquartelado. Finalmente, o terceiro batalhão deveria deslocar-se para as proximidades do Palácio do Catete⁹¹.

O quartel do 3º RI era composto de dois edifícios principais, um pavilhão central e um pavilhão interno. Naquela ocasião abrigava três batalhões, cada um deles com três companhias de infantaria e uma de metralhadoras. Os prédios situados entre dois penhascos, tinham sido construídos para sediar a Exposição Comercial de 1908 que comemorava o centenário da Abertura dos Portos. Seu contingente aproximado era de 1.700 homens, grande parte destes recrutas recém-incorporados, sendo que nem todos haviam recebido fardamento. A oficialidade legalista era contada em cerca de 200 homens, enquanto os comunistas contavam com efetivos de 43 militares sendo 2 oficiais aos quais se somava Agildo Barata, que não era oriundo da corporação, estando no 3º RI por questões disciplinares, sendo sua partida prevista para o dia 28/11.

Havia muitos fatores que dificultavam as ações revolucionárias no 3º RI. O primeiro era de natureza topográfica, pois o 3º RI ficava entre a montanha e o mar onde os rebeldes podiam facilmente ser encurralados, visto só existir uma saída possível, a Av. Pasteur, que poderia ser rapidamente fechada pelas tropas do governo. Por isso as ações deveriam ser realizadas no menor tempo possível, pois qualquer demora diminuiria em muito as possibilidades de sucesso do movimento. Outro problema era de caráter prático, tendo em vista que os revoltosos estavam em franca desvantagem numérica em relação às forças legalistas⁹²; neste contexto as ações deveriam ser muito bem articuladas com cada um realizando o mais rápido possível a sua tarefa.

Na noite de 26/11 a situação estava bastante tensa no 3º RI. Foram realizadas revistas regulares no quartel, corriam boatos sobre uma possível sedição naquela noite. Todo o batalhão estava em prontidão.

O levante teve início às 2h30min da madrugada, quando o tenente Leivas Otero levou seu pelotão para cima do baluarte e deu uma rajada em direção à Casa de Ordem, sendo este o sinal convencionado para o início da revolta. Em cada uma das companhias, os revoltosos prenderam os oficiais fiéis ao governo, assumindo o controle da tropa. A reação das forças

⁹¹BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978. p. 261.

⁹² Segundo depoimento de Agildo Barata, os rebeldes estavam em desproporção de 1/10 em relação as forças legalistas. Ver: BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978. p. 265

legalistas foi rápida e vários combates se processaram. A Companhia de Metralhadoras do 2º Batalhão e parte da Companhia de Metralhadoras do 1º Batalhão atacaram ferozmente os rebeldes. Graças a estas duas unidades, o regimento revoltoso ficou praticamente encurralado sem que pudesse descer a companhia dos fuzileiros e nem sair do seu alojamento por algum tempo, a companhia de metralhadoras⁹³. Isto frustrava a tática da tomada rápida do regimento saída dos revoltosos em direção a cidade.

Enquanto isso na Escola de Aviação Militar (EAM) no Campo dos Afonsos, a revolta se iniciava com 15 minutos de defasagem em relação ao 3º RI. Este fato fez com que chegassem notícias ao comando da unidade sobre a revolta no 3º RI, que prontamente colocou o a guarnição em prontidão, retirando assim o fator surpresa com que pensavam contar os revoltosos.

Os líderes da revolta na EAM eram os capitães Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva, e os tenentes Benedito de Carvalho e Ivã Ramos Ribeiro. Naquela ocasião o efetivo da corporação era de aproximadamente 1.200 homens. Os rebeldes contavam com um pequeno grupo de sargentos e cabos, que formavam o maior contingente da unidade, onde era realizado o curso para a formação de sargento-aviador⁹⁴.

A estratégia para a tomada da EAM, seria a entrada dos rebeldes em dois grupos: o primeiro comandado pelo tenente Ivã Ribeiro entraria pelo portão central; o segundo composto por Agliberto, Dinarco Reis, o aspirante Walter Benjamim da Silva e Sócrates, entrariam com o carro deste, o plano consistia na rápida sublevação da Companhia dos alunos e do Regimento de Aviação. Após a tomada da EAM, os aviões nela pousados deveriam levantar voo e partir em apoio às ações do 3º RI.

No momento convencionado, o carro entrou em grande velocidade no quartel, mas a reação das tropas legalistas foi muito rápida. O tenente-coronel Eduardo Gomes⁹⁵,

⁹³VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.255.

⁹⁴PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil: 1922 - 1935*. São Paulo: Cia da Letras, 1991. p. 302.

⁹⁵Eduardo Gomes é considerado o Patrono da Força Aérea Brasileira, atuou como ministro da Aeronáutica por duas vezes, no governo de Café Filho (24 de agosto de 1954 a 11 de novembro de 1955) e no governo de Castelo Branco (11 de janeiro de 1965 a 15 de março de 1967). Participou de dois importantes acontecimentos ligados ao tenentismo: a Revolta dos 18 do Forte quando foi gravemente ferido e da Revolta Paulista de 1924. Em 1945 concorreu às eleições presidenciais como candidato da União Democrática Nacional (UDN).

comandante da 1º RA mesmo ferido na mão, comandava a resistência da unidade. Quando os rebeldes conseguiram chegar aos aviões, descobriam que estes se encontravam sem combustível⁹⁶. Neste momento as forças legalistas da EAM já contavam com o auxílio da Vila Militar. Era impossível manter resistência, o movimento estava derrotado e a única opção era a fuga.

Sem saber da derrota na EAM, os revoltosos do 3º RI mantinham resistência dentro do quartel, aguardando o apoio da aviação e da Vila Militar. As tropas legalistas já eram em número muito superior, pois às 2h50min da madrugada o General Dutra havia sido avisado sobre os acontecimentos, tendo enviado prontamente para a localidade o Batalhão de Guardas e o 1º Batalhão de Obuses de São Cristóvão, ao mesmo tempo em que era providenciada a descida de várias tropas da Vila Militar que bloquearam os acessos a Av. Pasteur.

O combate era intenso. As tropas do governo utilizavam artilharia pesada, granadas e gases tóxicos⁹⁷. Cerca de uma hora depois de iniciado os combates, foi enviado pelo General Dutra um ultimato exigindo a rendição dos revoltosos, que contra argumentaram, pois ainda esperavam o apoio da Aviação e da Vila Militar.

Entre 11 da manhã e meio-dia, os aviões da EAM começam a bombardear o quartel. Não havia mais como manter a resistência. Somente participaram do movimento o 3º RI e a EAM, nas várias unidades que estavam comprometidas com o movimento como a Vila Militar, o Batalhão de Transmissão, o Batalhão de Engenharia, algumas unidades da Marinha e a Escola Militar, muito pouco ou nada foi feito.

Encerrava-se assim o capítulo da insurreição e inicia-se um tenebroso período de repressão.

⁹⁶VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.255.p. 257.

⁹⁷BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978. p.292.

1.2.4 A repressão

A repressão que se sucedeu aos acontecimentos de novembro, talvez se constitua num dos episódios mais nefastos de nossa história político-social.

Imediatamente após o fim das revoltas, foram realizadas várias prisões que superlotaram os presídios. Inicialmente os presos pelos acontecimentos do Rio de Janeiro eram levados a Casa de Detenção. Contudo, esta ficou tão cheia que optou-se pela utilização do navio Pedro I como solução para o problema. Este navio, tomado aos alemães na I Guerra, já havia sido utilizado como cárcere durante a Revolução Constitucionalista em 1932. Ele ficava ancorado no cais no bairro da Glória, com um destróier nas imediações para desencorajar possíveis tentativas de fuga. Em seu porão eram simplesmente amontoados os presos que chegavam, em condições simplesmente insuportáveis, tendo em vista o calor sufocante em seu interior que era exacerbado com a grande quantidade de pessoas que ali se encontravam. Um dos poucos camarotes bons foi dado ao presidente da ANL, Herculino Cascardo, oficial da Marinha, que sofria de claustrofobia. Por motivos de segurança, decidiu-se que o navio deveria ser levado ao fundo da Baía de Guanabara próximo a Ilha do Governador⁹⁸.

No final do mês de março de 1936, o chefe da Polícia do Distrito Federal Filinto Strubing Müller anunciava o número de detenções realizadas, que foram calculadas em pouco mais de 3.000 pessoas, incluindo 901 civis. Nos meses seguintes ocorreram sucessivas prisões que segundo as estatísticas oficiais, elevaram este número para 7.056 detidos em todo o país⁹⁹. Vários prisioneiros eram levados à Colônia Correccional de Dois Rios na Ilha Grande onde faziam trabalhos forçados. Foi criada nesta época ainda uma colônia agrícola na pedregosa Ilha de Fernando de Noronha em Pernambuco¹⁰⁰.

Além dos revoltosos de novembro, foram encarcerados médicos, estudantes, advogados, membros da classe média que compunham a ANL. Professores universitários de

⁹⁸ DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935 – 1945: repressão em meio ao Cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 14 e 15.

⁹⁹ HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record. 1986. p. 106.

¹⁰⁰ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978. p. 305.

renome como Gilberto Freyre, Edgard de Castro Rebelo, Leônidas Rezende, Hermes de Lima e Carpenter Ferreira, este último com 80 anos, foram colocados em celas comuns¹⁰¹.

Os assessores da IC e os dirigentes do PCB, igualmente foram detidos. Ficaram tristemente conhecidas as torturas praticadas contra Antônio Manuel Bonfim, o então estudante Carlos Maringuela, Harry Berger e sua esposa Elise, que junto com a esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário foi deportada para a Alemanha nazista. Elise veio a morrer em janeiro de 1939 na França ocupada, Olga morreria na Páscoa de 1942 no campo de concentração de Ravensbruck, na Alemanha, seis anos após gerado sua filha Anita, nascida nos cárceres nazistas três meses após expulsão do país. Por uma trágica ironia do destino, Anita nasceria no dia 27 de novembro de 1936, exatamente no aniversário de 1 ano da revolta no Rio de Janeiro.

O governo tratava de institucionalizar a repressão criando medidas para tornar a punição dos envolvidos e supostos simpatizantes dos comunistas mais eficiente¹⁰². Neste contexto, as revoltas de novembro haviam surgido como um excelente pretexto para tais medidas, pois tinham exacerbado o temor das elites em relação a ameaça vermelha, que não era um fato recente¹⁰³. A imprensa ajudava a criar um clima de histeria coletiva com notícias bombásticas e dramáticas sobre o movimento comunista no Brasil.

A repressão a revolta não era vista como um ato despropositado, mas sim como uma justa reação a uma tentativa real de tomada do poder e destituição das autoridades constituídas engendrada pelos comunistas e seus aliados. De todos os lados choviam críticas a Constituição, sobretudo por sua feição “excessivamente liberal”. Devemos lembrar, contudo, que em abril de 1935 a Câmara já havia aprovado a LSN em meio a uma série disputas e críticas dos deputados da oposição e setores liberais da sociedade. A LSN que servira de precedente legal ao fechamento da ANL em julho de 1935, havia criado os instrumentos complementares de controle social e político juntando-se ao estado de sítio previsto na Constituição de 1934.

¹⁰¹CAMARGO, Aspásia [et. al.]. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1989. p. 63.

¹⁰²SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p 43 e 44.

¹⁰³ Sobre o pensamento anticomunista no Brasil Ver: Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

A tão criticada Carta Constitucional, havia deixado de existir efetivamente com a aprovação da LSN¹⁰⁴, que foi um instrumento eficiente, utilizado pelo governo contra os opositores do regime, levando também à aniquilação do movimento sindical autônomo, sendo vários sindicatos postos sob intervenção e as lideranças independentes presas ou sumariamente afastadas¹⁰⁵.

Menos de 1 mês após as revoltas, a 18 de dezembro, o Senado aprovava uma emenda constitucional (que havia sido apresentada no dia 25/11 em plena revolta do Recife) que autorizava o Presidente a declarar o Estado de comoção interna, idêntico ao Estado de Guerra (art. 161, da Constituição de 1934)¹⁰⁶. Desta forma, as revoltas de novembro eram equiparadas a intervenção de uma potência estrangeira. Foram aprovadas ainda duas emendas que reforçavam a LSN: pela 1ª emenda o Executivo poderia por decreto cassar a patente de militares da ativa ou da reserva, de acordo com a 2ª emenda, poderia se proceder da mesma forma em relação aos funcionários civis, que perderiam seus postos.

Um dos primeiros atos do Governo de posse de tais armas, foi prender cinco parlamentares que vinham fazendo franca oposição às medidas de exceção. Foram presos o senador Abel Chermont (PA) e os deputados Abguar Bastos (PA), Domingos Velasco (GO), João Mangabeira (BA) e Otávio da Silveira (PR). O estado de guerra havia suspenso a imunidade parlamentar; a prisão destes congressistas acabou por enfraquecer ainda mais a oposição ao governo.

Nos meios militares a situação não era menos tensa. Os levantes de 35, embora em alguns aspectos menos violentos que as rebeliões militares de 1930, foram tratados com singular intolerância pela cúpula militar. Os inquéritos preliminares levaram a expulsão quase instantânea de 53 oficiais (incluindo Prestes¹⁰⁷, André Trifino Correia, Agildo Barata entre outros), e a reforma compulsória de outros doze, acusados de não resistirem a revolta. O

¹⁰⁴GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização política: Partidos e a Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 37.

¹⁰⁵Id. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994 2º ed. p. 161.

¹⁰⁶SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1988. p. 83.

¹⁰⁷Prestes encontrava-se na condição de desertor do Exército Brasileiro e havia para ele um mandato de prisão expedido pela justiça militar. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a ANL: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo, Brasiliense, 2008. p. 128.

número de expulsos chegou a pelo menos 107, centenas de cabos, sargentos e soldados foram também excluídos do Exército.

As rebeliões de 35 serviram ainda para a cúpula militar sedimentar de vez sua base, encerrando um processo que havia se iniciado após a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁰⁸. A derrota da rebelião e a repressão desencadeada pelo governo significaram ainda a liquidação do movimento tenentista, enquanto iniciativa autônoma da jovem oficialidade¹⁰⁹.

Foram criadas ainda duas comissões especiais para o combate às ideias subversivas: A Comissão Especial de Combate ao Extremismo (CECE) que agiria no âmbito militar, e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) que atuaria na esfera civil. A CNRC criada pelo Presidente Vargas a pedido do Ministro da Justiça Vicente Rao, empreendeu uma violenta campanha contra comunistas e liberais, sua função era investigar de forma sumária a participação de elementos da sociedade civil em atividades nocivas à nação. A comissão era constituída pelo Almirante Dario Leite de Castro, pelo General José Pessoa e o deputado Adalberto Corrêa, passando a funcionar no 2º andar do Ministério da Marinha. A pedido da comissão diversas pessoas foram presas por suspeita de propagação de ideias extremistas, entre elas o prefeito do Distrito Federal Pedro Ernesto.

Paralela a estas medidas, era empreendida uma vigorosa campanha ideológica do governo, no sentido de criar um clima negativo na sociedade em relação ao comunismo e à URSS. Foram mobilizados o Ministério da Educação, a secretaria de Educação da Prefeitura entre outros órgãos. Em março de 1936, o Ministro da Educação Gustavo Capanema inaugurou uma série de conferências públicas sobre o tema “As Grandes Diretrizes da Educação Nacional” e o primeiro conferencista Amoroso Lima, tratou sobre a “Educação e Comunismo.” Em abril do mesmo ano foi anunciada a criação de uma comissão especial com o objetivo de censurar a literatura infantil, eliminando as possíveis ideias subversivas¹¹⁰.

O governo soube utilizar o “espantinho comunista” como forma de aprimorar os mecanismos de controle social. Ele passava a contar com o estado de sítio equiparado ao estado de guerra, que foi progressivamente prorrogado a pedido do governo, passando o país a

¹⁰⁸DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: Intervenção militar e Conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 268.

¹⁰⁹Ibid. p. 269.

¹¹⁰HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record. 1986. p. 117.

viver sob estado de exceção até 1937 (o único intervalo dentro deste período ocorreu entre julho e setembro de 1937 quando pedido não foi aceito) e com a LSN reformada. Faltava ainda um instrumento legal que tornasse mais eficiente o julgamento e a punição dos implicados na revolta. Esta seria a função desempenhada pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

A ideia da criação do TSN frutificou entre os elementos do governo, por ocasião das revoltas de novembro. Segundo algumas opiniões era necessário existir um tribunal de exceção que julgasse os crimes previstos nas leis n.º38 e 136 de abril de 1935. Algumas pessoas como o general João Gomes, ainda lembravam que de acordo com a legislação vigente a pena máxima para os implicados na revolta seria de 6 anos de reclusão, considerada pequena ante a gravidade dos fatos ocorridos¹¹¹.

No dia 15 de julho de 1936, Getúlio Vargas enviava ao Congresso, uma mensagem pedindo a criação de órgão especial de justiça. A minoria parlamentar liderada pelo deputado João Neves da Fontoura, protestou energicamente contra a proposta que feria o artigo 113 parágrafo 25 da Constituição de 34, a partir do qual não poderia existir tribunal de exceção no país¹¹².

No entanto, a resistência não surtiu efeito. A lei número 244 que criava o TSN foi publicada no Diário Oficial de 12/09/36. O tribunal era instituído como órgão da Justiça Militar e funcionava exclusivamente no Distrito Federal, para onde deveriam remetidos todos os processos para julgamento. As decisões eram tomadas por maioria dos votos cabendo recurso no Supremo Tribunal Militar.

Os juízes escolhidos para os trabalhos foram os seguintes: Frederico de Barros Barreto, Presidente do Tribunal; Coronel Carlos da Costa Netto; Capitão de Mar e Guerra Alberto de Lemos Bastos; Dr. Antônio Pereira Braga; Dr. Raul Campelo Machado; e como Procurador Honorato Himalaya Virgulino, que foi acusado tempos depois de ter pedido dinheiro a Pedro Ernesto para relaxar sua prisão, e processado como escroque pela polícia

¹¹¹CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1935 – 1945*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1979. p. 33.

¹¹²Ibid. p. 35.

carioca, após o fim do Estado Novo¹¹³. Em novembro foi aprovado o Regimento Interno e o TSN ficou instalado na Av. Oswaldo Cruz n.º 94, onde funcionava a Escola Estadual Alberto Barth.

Várias arbitrariedades marcavam o estatuto do TSN. De acordo com o 4º artigo, todos os processos em andamento deveriam ser remetidos ao tribunal, o que tirava do acusado o benefício de ser julgado por leis mais liberais. Os acusados deveriam arcar com os pesados custos de defesa no Distrito Federal, mesmo os que fossem de outras regiões. O mesmo artigo no inciso n.º 4 estabelecia o número de testemunhas de defesa em 5 no máximo, quando a lei fixava este número em 8. Contudo a promotoria poderia arrolar quantas testemunhas quisesse. O inciso n.º 7 considerava o não comparecimento de uma testemunha como desistência do réu por seu depoimento; isso equivalia a proibir que uma pessoa se acidentasse, adoecesse ou mesmo fosse presa pela polícia no dia de seu depoimento.

Em outro inciso de n.º 16 do artigo 9, a lei definia que o prazo para oferecer defesa era de 3 três dias, enquanto a promotoria tinha cinco dias para provar a culpa do acusado. Este fato dificultava em muito o trabalho dos advogados de defesa, sobretudo nos processos mais volumosos e/ou com muitos réus. O inciso 15 do mesmo artigo considerava culpado o réu que fosse apanhado com armas na mão, dispensando assim a promotoria de provar sua culpa. Este fato invertia o princípio legal de que cabe ao Estado provar a culpa do acusado. Outro inciso de número 11 prescrevia que o processo poderia ser feito no presídio e que se o juiz quisesse poderia dispensar o comparecimento do réu, desta forma uma pessoa poderia ser julgada e condenada sem que nenhuma vez tivesse se defrontado com os juízes e acusadores.

O TSN estabelecia ainda o julgamento por “livre convicção”, segundo o qual o juiz poderia proferir seu julgamento desprezando as provas dos autos se assim quisesse. Não bastassem todas estas arbitrariedades, o TSN ainda mandava aplicar ao réu a legislação elaborada após a execução dos delitos. Este fato punha em terra o artigo 103 parágrafo 25 da Constituição de 1934, segundo o qual a lei só poderia retroagir em benefício do réu¹¹⁴.

¹¹³VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 255.p. 267.

¹¹⁴CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1935 – 1945*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1979. p. 40 et. seq.

O depoimento do escritor Graciliano, preso neste período e encarcerado na Ilha Grande, nos dá bem a ideia do quão nefastas se constituíram estas práticas legais, podemos citar como exemplo o seguinte trecho para corroborar nossas análises:

[...] O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns aos processos não apareciam. Nem uma palavra de acusação. Permanecíamos talvez assim. Com certeza havia motivos para nos segregarem, mas aquele silêncio nos espantava. Por que não figuramos em autos, não arranjam depoimentos, embora falsos, num simulacro de justiça? (...) Não davam mostras de querer submeter-nos a julgamento. E era possível que já nos tivessem julgado e cumpríssemos pena sem saber. [...]¹¹⁵

Muitas pessoas permaneceram presas, como o escritor, por mais de um ano sem nota culpa, até serem libertados pela “Macedada” em 1937¹¹⁶. No próximo capítulo abordaremos mais detalhadamente a composição e atuação das colunas rebeldes formadas durante a Revolta do Rio Grande do Norte.

¹¹⁵RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Círculo do livro s/d. p. 25 e 26.

¹¹⁶ Em maio de 1937, o ministro da Justiça Macedo Soares decretou a libertação dos presos que ainda estivessem sem culpa formada. Ver: VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 255.p. 343. Os réus que permaneceram presos por mais de dois anos e foram absolvidos ao final do processo, não receberam nenhum tipo de indenização por parte do governo. Ver: LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 200.

2 A AÇÃO REBELDE NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Na madrugada do dia 24 de novembro, Natal ainda se encontrava sob o controle dos revoltosos. As ações bem sucedidas no 21° BC e na tomada do poder político deram a possibilidade de que fosse melhor articulado o movimento rebelde.

Foi deliberada pela junta governativa a formação de colunas rebeldes compostas por militares e civis que teriam o objetivo de expandir o movimento pelas cidades do interior do Rio Grande do Norte, além de angariar novos membros e recursos.

Fato único entre as insurreições de 1935, a formação e o sucesso destas colunas somente foi possível devido à efetiva ocupação do poder pelos rebeldes algo que não viria a ocorrer em Recife e no Rio de Janeiro, onde os insurretos não conseguiram depor as autoridades constituídas e nem estabelecer um controle político e militar sobre aquelas cidades.

Foram constituídas três colunas, cujos líderes foram escolhidos pela junta governativa: uma liderada pelo civil Benildes Dantas, que seguiria rumo ao Norte, passando pelo litoral; outra liderada pelo sargento do 21° BC Oscar Wanderley, que seguiria pela Centro em direção à região do Seridó passando por Macaíba e Panelas, e a última liderada pelo tenente da polícia militar Oscar Mateus Rangel, que seguiria para o sul do Estado passando ao longo da Estrada de Ferro de Great Western, próximo da fronteira com a Paraíba.

Infelizmente não foi possível obter informações demográficas sobre a população potiguar à época da revolta, o anuário estatístico de 1936 apenas apresenta os números relativos ao Estado do Rio Grande do Norte que possuía uma população de 764.070 habitantes e à cidade de Natal, com 50.878 moradores¹¹⁷. Os dados apresentados na página seguinte são relativos ao censo realizado em 1940¹¹⁸, em que a população do Estado e a da capital passaram a ser respectivamente de 768.018 e 54.836.

¹¹⁷ *Anuário Estatístico Brasileiro de 1936*. p. 65.

¹¹⁸ Devido à Revolução de 1930 não foi realizado o censo geral correspondente aquele período, por uma questão de proximidade de datas optamos por usar como base o censo realizado em e 1940. *Recenseamento geral do Brasil*, parte VII Rio Grande do Norte, p.51.

Tabela 1– Municípios ocupados X Número de habitantes

Municípios ocupados	Número de habitantes
ANGICOS	19.957
AREZ	5.943
BAIXA VERDE	2.0375
CANGUARETAMA	1.0750
CEARÁ MIRIM	21.765
GOIANINHA	18.534
LAJES	12.854
MACAÍBA	25.014
NOVA CRUZ	29.240
PAPARI	6.511
PEDRO VELHO	13.442
SÃO GONÇALO	20.353
SÃO JOSÉ DO MIPIBU	25.673
TAIPU	12.066
TOUROS	16.671

Se somarmos a população dos municípios ocupados no interior e da capital do Estado teremos um total de 313.984 pessoas que estiveram sob o controle direto dos rebeldes durante a insurreição, um número em si é bastante expressivo, pois representa mais de um terço da população potiguar, cujas cidades foram tomadas em apenas dois dias de atuação das colunas.

Nos mapas nas páginas seguintes serão apresentados o possível percurso realizado pelas colunas¹¹⁹ assim como as áreas ocupadas pelos rebeldes¹²⁰. Por se tratar de um Estado territorialmente pequeno, o Rio Grande Norte permitia um rápido deslocamento dos rebeldes entre os municípios do interior, efetuado com carros e caminhões requisitados em vários

¹¹⁹ Esta trajetória foi construída com base nas rotas rodoviárias descritas no seguinte mapa: MILLER, Roberto. *Estado do Rio Grande do Norte*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Rio de Janeiro, 1928.

¹²⁰ A divisão das áreas ocupadas pelos rebeldes teve como base o seguinte mapa: IBGE. *Estado do Rio Grande do Norte*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1935.

momentos aos moradores das cidades ocupadas. Passaremos a detalhar a atuação destas colunas, identificando suas estratégias e pontos de confluência além de algumas diferenças.

Figura 1 – Mapa com as possíveis rotas das colunas rebeldes

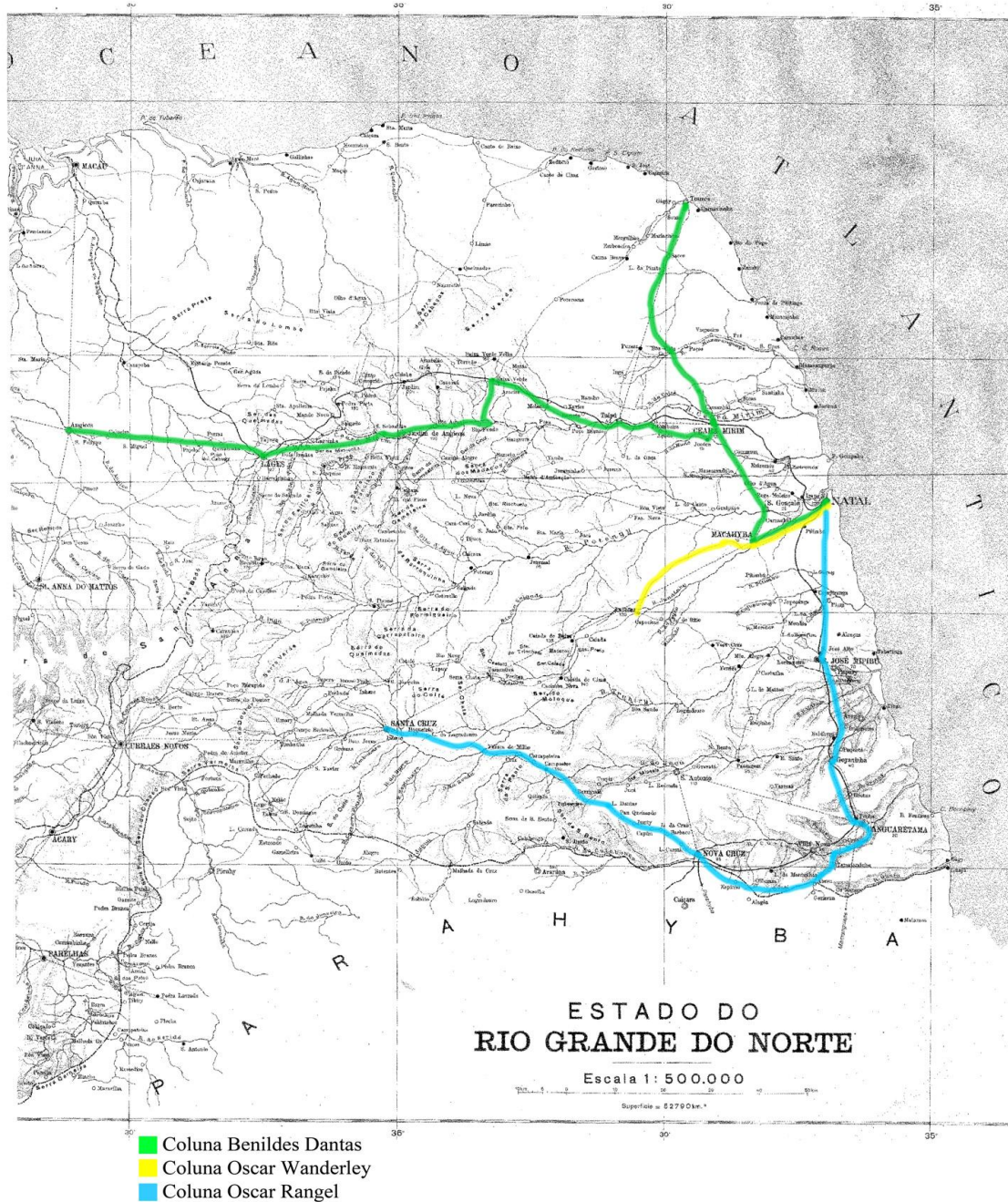
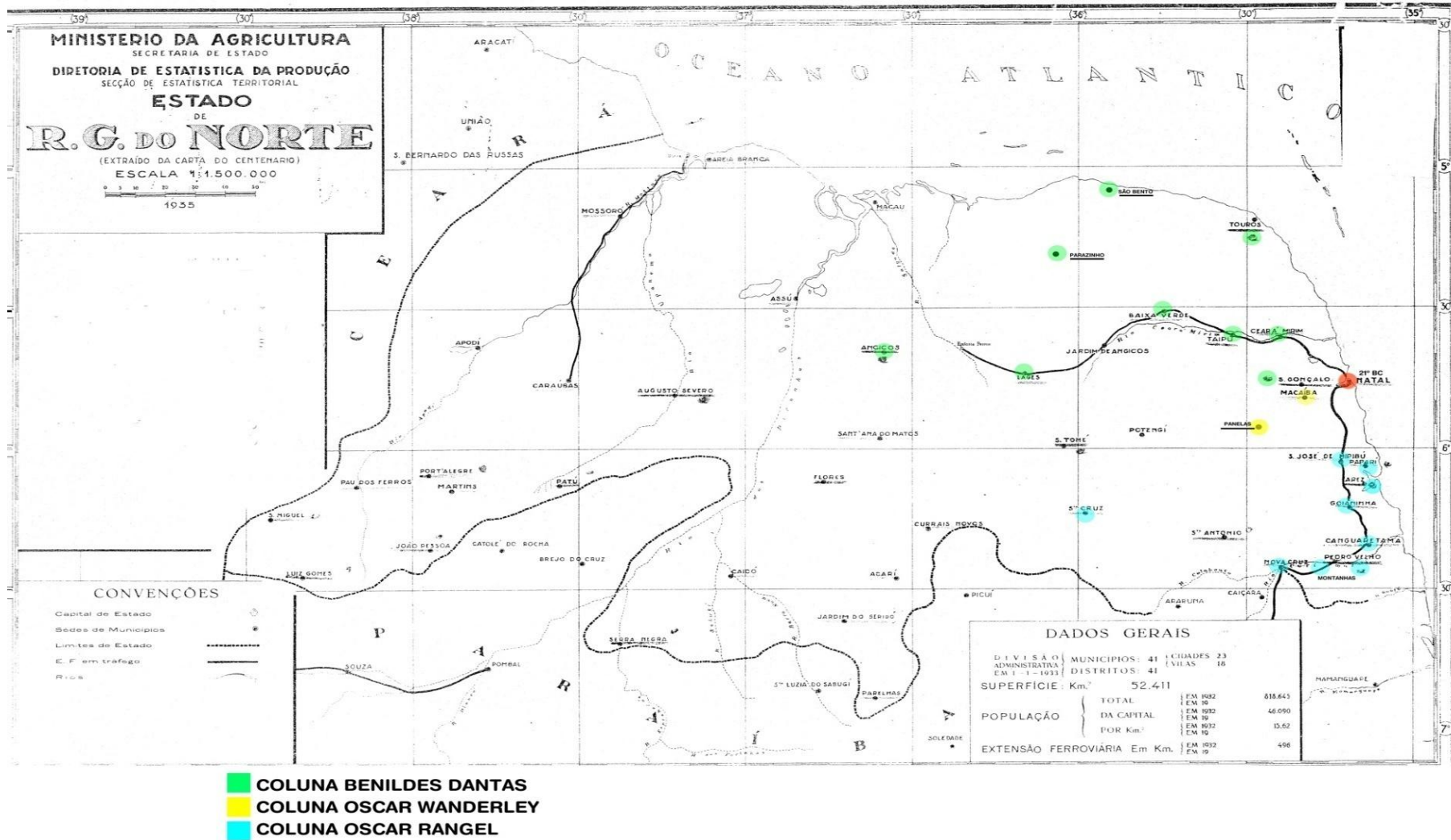


Figura 2 – Mapa com as áreas ocupadas pelas colunas



2.1 A Coluna Benildes Dantas

A Coluna Benildes Dantas¹²¹ saiu de Natal com a missão inicial de tomar a cidade de Ceará-Mirim. Os líderes deste destacamento, além de Dantas, eram o motorista e ex-guarda civil Sizenando Filgueira, e os militares do 21º BC cabo Antenor Cardoso dos Santos e sargentos Pedro Maurício, Elieser Diniz e João Rozendo. O processo não nos fornece dados sobre as atividades anteriores destes líderes antes da insurreição; somente são citados de forma circunstancial, Benildes Dantas e Sizenando Filgueira.

Dantas era poeta e estudante, natural da cidade de Ceará-Mirim, foi membro ativo da ANL no Rio Grande do Norte onde ajudou a fundar vários núcleos, inclusive na sua cidade natal; era militante do PCB, onde o conheciam pelo codinome “Rouxinol”. Descendia de uma família tradicional na política potiguar, um de seus parentes, Bertino Dutra, chegou a ocupar o cargo de interventor federal do Rio Grande do Norte. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 atuou como voluntário junto às tropas do governo federal. Sobre Sizenando, sabemos que era membro do PCB tendo participado do ataque ao quartel da Polícia Militar no início da revolta. Ele é citado no processo como “um dos mais audaciosos chefes da Intentona no Estado”¹²²; tendo se envolvido anteriormente em fatos criminosos como a invasão armada a um bordel em 1934, onde “cometeu as piores torpezas”¹²³.

A cidade de Ceará-Mirim, como iria se verificar nas demais que seriam atacadas pelos rebeldes, foi tomada com pouca ou nenhuma dificuldade. Devemos lembrar que por diversos motivos, a capital do Estado local em que se concentravam as melhores e mais bem equipadas forças de segurança e repressão foi conquistada rapidamente pelos rebeldes, sendo difícil imaginar um grau maior de dificuldade nas cidades do interior do Estado. Além disto, os rebeldes foram amplamente beneficiados pela falta de informações sobre os acontecimentos da capital e de sua incursão aos municípios do interior. Neste sentido uma das táticas

¹²¹ Sobre a atuação da coluna Benildes Dantas ver: DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta Comunistas de 1935: Análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

¹²² Tribunal de Segurança Nacional (TSN), Processo N.º 4, apelação 108,3 volumes Arquivo Nacional. A partir da próxima nota referenciaremos este documento como TSN processo 4.

¹²³ Ibid. p. 50.

utilizadas pelos mesmos foi a destruição de cabos telegráficos¹²⁴ e controle de estações de transmissão de rádio no 21° BC e em locais administrados pelo governo do Estado.

Pelos relatos coletados nos processos pudemos perceber que apenas as autoridades civis e militares das cidades do interior tinham informações mais precisas sobre os acontecimentos de Natal. Além destes, apenas uma pequena parte da elite local, que dispunha de meios próprios de comunicação como rádio – transmissores e telefones sabia realmente o que estava acontecendo. Este desconhecimento como dissemos anteriormente, beneficiou os planos de invasão dos rebeldes, mas gerou erros de avaliação e identificação entre os moradores das cidades ocupadas.

Após ocuparem a cidade de Ceará - Mirim, os integrantes da Coluna Dantas estabeleceram um procedimento que se repetiria nas outras colunas, qual seja, a prisão do delegado e de outras autoridades civis, como prefeitos, secretários e vereadores. Naquele município ao prefeito Mirabeu Mello, um praça do 21° BC declarou que eles combatiam “não pelo comunismo, mas em favor de uma ditadura popular”¹²⁵.

Nas ruas da localidade diversos grupos de rebeldes anunciavam que aquele era um movimento nacional e vitorioso, enquanto outros faziam requisições de armas e veículos particulares que seriam usados na invasão às outras cidades. Ao mesmo tempo em que estas requisições eram realizadas ocorreram diversos casos de saques às lojas de Ceará - Mirim, cujos produtos ficavam sob a guarda dos insurretos ou eram distribuídos à população local. Os estabelecimentos visados pelos saqueadores foram as firmas João Câmara e Irmãos, Pedro Gomes Baião, F. Corrêa e Paulista, além destas, pequenos bares e sapatarias também foram atacadas.

A relação de produtos que são listados nos autos de apreensão de mercadorias do processo é bastante variada e incluía gêneros alimentícios como farinha, açúcar, café, bebidas e feijão, bem como cimento, tecidos, sabão, enxadas, combustíveis, papéis além de uma grande quantidade de cigarros. Após o fim do movimento diversas pessoas que foram apanhadas com estes produtos alegaram em defesa própria que apenas os retiveram em suas casas pela ameaça feita pelos rebeldes; segundo elas a posse daquelas mercadorias seria uma

¹²⁴ TSN processo 4 p. 60.

¹²⁵ Ibid. p. 80.

prova de adesão e fidelidade ao movimento que naquele momento era vitorioso, neste sentido o medo e ignorância teriam motivado a participação nos saques e a guarda das mercadorias.

No entanto, esta situação de coerção se real ou forjada pelos indiciados, não se verificou em todos os casos; pequenas firmas comerciais e hotéis aproveitaram-se daquele momento para aumentar seus estoques de mercadorias conseguidas diretamente nos tumultos ou compradas por preços subfaturados aos populares, que receosos de serem apanhados com aqueles produtos, não mediam esforços para se desvencilhar daqueles atestados de crime.

Nestas situações os envolvidos forneciam diversas explicações, para a presença, em suas propriedades de mercadorias seguramente provenientes dos saques. Como exemplo, podemos citar testemunho de Sebastião Félix de Araújo, tabelião público da cidade e sócio de uma casa comercial. Enterradas no quintal sua casa foram encontradas grandes quantidades de produtos como tecidos, combustíveis e bebidas oriundas da firma João Câmara. Sebastião, que se definiu como um indivíduo digno e respeitador da moral, afirmou que estava no centro da cidade em um café público quando aconteceu a chegada da Coluna Dantas. Informados por elementos locais que o depoente era o tabelião local, os insurretos convocaram-no a comparecer à prefeitura que naquele momento era usada como base e quartel general dos revoltosos; seu cartório seria queimado caso se negasse a acompanhá-los. Sua incumbência seria fornecer dados sobre as famílias mais ilustres das cidades e qualquer outra informação que pudesse beneficiar taticamente os rebeldes. Quando conseguiu retornar a sua casa, Sebastião foi surpreendido ao encontrar uma grande quantidade de mercadorias saqueadas. Soube que sua empregada e o marido de nome João Joaquim da Silva haviam participado dos saques e como não tinham onde guardar as mercadorias resolveram levar tudo para a casa dele depoente. Sebastião deu ordens para o casal se livrar daqueles produtos, mas “não lembrava” de ter mandado os dois enterrarem as mercadorias no quintal, nem havia notado a movimentação deles, que segundo o auto de busca e apreensão esconderam os produtos numa “cratera enorme” nos fundos da residência do tabelião.¹²⁶

Com o estabelecimento do controle sobre Ceará-Mirim, os rebeldes continuaram o plano de expansão pelas cidades do interior. Foi assim constituída uma subcoluna encarregada de controlar o município vizinho de Baixa Verde. A liderança desta subcoluna ficou a cargo do soldado Manuel Alberto da Silva Filho, nomeado “Tenente Lins” pelas forças

¹²⁶ TSN processo 4 p. 145.

revolucionárias. Além deste, outros integrantes da coluna foram agraciados com a patente de tenente.

Devemos lembrar que a Revolta de Natal foi a única entre as insurreições de novembro que não contou com a participação de oficiais que se negaram a assumir a direção do movimento, permanecendo encarcerados nas instalações do 21º BC. Deste modo supomos que a nomeação de civis e militares de baixa patente como tenente pode ter sido um prêmio pela atuação daqueles indivíduos durante a Revolta ou uma tentativa de preencher o vazio no comando causado pela ausência dos oficiais. A designação de tenente também pode ter sido utilizada em razão de seu referencial simbólico, decorrente dos anos de lutas tenentistas, que haviam criado entre uma considerável parcela da população uma aura de idealismo, coragem e retidão na qual a figura do tenente era depositária das melhores aspirações políticas e sociais. Infelizmente os indiciados no processo, que receberam esta designação, não esclareceram as razões para este fato, ficando as explicações, portanto mais no campo da suposição.

As tropas comandadas pelo Tenente Lins chegaram a Baixa Verde na manhã do dia 26 de novembro. Durante o trajeto foram atacados por integrantes de uma milícia composta com elementos da polícia local e um pequeno grupo de voluntários comandados pelo delegado de polícia Francisco Germano Filho. Os defensores de Baixa Verde pretendiam se utilizar do elemento surpresa e, para tanto, ficaram entrincheirados na entrada da cidade à espera dos rebeldes.

Como mencionamos anteriormente, os rebeldes ao tomarem o controle de Natal efetuaram a paralisação da estação radiotelegráfica e destruíram cabos telegráficos ao longo da estrada, deste modo os representantes da segurança pública de Baixa Verde possuíam apenas informações truncadas que não lhes ofereciam uma noção exata do número de indivíduos que viriam atacar a cidade, e a surpresa da tomada de Ceará – Mirim não lhes davam tempo suficientes para preparação de um sistema de defesa mais eficiente.

Com a aproximação dos caminhões, os defensores abriram fogo, mas embora atacassem de surpresa, não conseguiram ferir ninguém. Os que vinham nos comboios eram em maior número e melhor armados, a resistência não durou muito tempo e com a rendição dos entrincheirados a cidade foi ocupada. O prefeito foi destituído de seu cargo, a cadeia pública, invadida, e os que estavam presos foram libertados, sendo encarcerados os responsáveis pela segurança do município.

Uma parte da tropa comandada por Sizenando se dirigiu à praia de Muriú, onde veraneavam algumas autoridades locais e o juiz de Direito da cidade João Maria Furtado. O

objetivo dos revoltosos era conseguir a colaboração de João Maria na constituição de uma junta governativa, pois o juiz exercia uma grande influência no município. Seu apoio daria respaldo a qualquer ação dos revoltosos dentro da cidade.

De volta a Baixa Verde, João Maria foi informado pelo Tenente Lins da queda de Rafael Fernandes, este lhe disse ainda que havia ordens expressas para o seu encarceramento, mas que preferia contar com a sua ajuda no governo da cidade. Como Furtado negasse a incumbência¹²⁷, Lins se declarou presidente do governo local. A junta ainda contava com a participação de Genésio Moreira, Pedro Paulo e Raimundo Antunes. A primeira medida tomada foi a requisição de oito sacos de açúcar bruto que foram distribuídos entre a população do campo¹²⁸.

O governo do Tenente Lins em Baixa Verde durou dois dias, neste período segundo relatado pelas autoridades locais e testemunhas, foram realizados saques em diversas lojas do município. Em princípio, apenas o grande comércio foi visado, posteriormente até os pequenos bares são atacados. A junta local havia expedido uma lei na qual todos os estabelecimentos comerciais deveriam permanecer abertos e serem solícitos às requisições de víveres. Contudo, por medo dos saques os comerciantes locais resolveram fechar as portas de seus estabelecimentos, que foram sumariamente arrombadas pelos saqueadores. Uma dessas comerciantes de nome Amélia da Costa e Silva relata em seus testemunhos os infortúnios que teve durante a estada dos rebeldes no município. Segundo ela “... uma malta de criminosos vindos de fora, acrescida de matutos e desordeiros locais atacaram seu comércio, onde beberam e fumaram sem pagar. A muito custo conseguiu fazê-los ir embora. Quando perguntou a quem haveria creditar seus prejuízos, ouviu de um dos saqueadores que deveria requisitar pagamento a junta governativa”¹²⁹.

Os cofres da Prefeitura e da Agência de Rendas do município também foram arrombados pelos rebeldes. Da Prefeitura foram retirados 4.000\$900. Este dinheiro foi prontamente enviado à junta governativa de Natal.

¹²⁷ Depoimento de João Maria Furtado. TSN processo 4 página pág. 369.

¹²⁸ DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta Comunistas de 1935: Análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. p. 68.

¹²⁹ TSN processo 4 p.549.

Utilizando dos relatos dos acontecimentos naquela cidade, os responsáveis pela apuração dos crimes cometidos pelos insurretos, preocuparam-se em criar uma imagem caótica e negativa do que foram os momentos de ocupação; em sua citação sobre os eventos na cidade o procurador do TSN afirma que: “O período de desordem em Baixa Verde, foi de dois dias, e neste curto espaço de tempo não foram somente infringidos os dispositivos da lei penal, mas desrespeitados os próprios sentimentos de humanidade”¹³⁰. Esta afirmação foi retirada de outro processo do TSN que visava apurar os crimes cometidos pela coluna Oscar Rangel. Observamos que era comum na apuração dos fatos relativos às colunas rebeldes a citação de eventos ocorridos e julgados em processos diferentes, acreditamos que este mecanismo foi usado pelos procuradores e responsáveis pela punição dos envolvidos, como uma forma de criar um quadro geral dos acontecimentos, estabelecendo uma linha única nas ações empreendidas pelos insurretos.

Com o intuito de impedir o contato da cidade com os municípios vizinhos, os rebeldes invadiram a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, onde cortaram os fios do telégrafo. Os povoados de Parazinho e São Bento também foram atacados. Nestas localidades foram realizados saques a estabelecimentos comerciais e requisições de dinheiro e carros a moradores locais.

Tendo estabelecido o controle sobre Baixa Verde, os rebeldes partiram rumo a outros municípios. Taipu foi a terceira cidade atacada, nela os rebeldes não encontraram nenhuma resistência por parte dos integrantes da segurança pública. O Prefeito Rozendo Leite, foi destituído de seu cargo, e assim como acontecera em Ceará – Mirim e Baixa Verde, a cadeia pública também fora atacada, alguns indivíduos encarcerados e os classificados como notórios comunistas foram libertados. Na cidade os rebeldes buscaram armamentos e adesões para o ataque a outras cidades. A permanência dos rebeldes em Taipu durou apenas um dia. Daquela cidade eles partiram para Touros próximo município a ser atacado.

Em Touros ocorreu um dos fatos mais curiosos registrados durante o período de atuação dos revoltosos no interior do Estado. Ao tomar conhecimento da Revolta em Natal e do deslocamento das tropas rebeldes em direção ao município, o delegado da polícia local resolveu fugir com seus subordinados abandonando a defesa da cidade. Na pressa com que

¹³⁰ TSN, Processo N.º 76, apelação 218, 3 volumes Arquivo Nacional. A partir da próxima nota referenciaremos este documento como TSN Processo número 76. Página 68.

debandaram, esqueceram muitas armas na cadeia, que naquele momento estava ocupada por apenas um preso de nome Manuel Paulino de Assis, que havia sido detido por bebedeira e desordem. Manuel Paulino não estava, contudo, encarcerado e sim na sala de interrogatórios, onde por ocasião da chegada das notícias sobre a aproximação dos revoltosos prestava depoimento sobre a baderna que havia causado.

Ao abandonarem a cidade, os responsáveis pela segurança pública não tiveram o cuidado de encarcerar Manuel Paulino, que se vendo sozinho na delegacia tomou posse das armas encontradas, passando a ameaçar a população local. Os habitantes de Touros deparavam-se então com dois problemas graves: o primeiro e mais urgente causado pela ação descontrolada de Paulino; e o segundo representado pela aproximação das forças rebeldes em direção à cidade que estava naquele momento completamente desprovida de defesas.

A solução encontrada pelos moradores foi recorrer a João Antunes Quirino de Mello, oficial reformado da Polícia Militar e delegado da cidade durante a interventoria de Mário Câmara, visto que ele era o único morador local com experiência militar. João Antunes conseguiu, com a ajuda de seu filho, invadir a delegacia e desarmar Manuel Paulino. As armas abandonadas pela polícia foram recolhidas e levadas para a casa do ex-militar, para que não fossem utilizadas pelos revoltosos.

Quando chegaram ao município, os rebeldes não encontraram resistência alguma, mas não puderam realizar o expediente que haviam adotado nas demais cidades, de aumentar seu poder de fogo com armas e munições tomadas da polícia local. Facilmente conseguiram estabelecer o controle, muito embora não tenham obtido grandes vantagens naquela localidade¹³¹. Foram realizadas algumas requisições de mercadorias e dinheiro a comerciantes e moradores mais abastados. A população local receosa de possíveis violências praticadas pelos insurretos permaneceu escondida em lojas e casas.

Em Lajes, o responsável pela segurança pública, capitão João Pedro de Albuquerque, recebeu notícias desencontradas sobre o ataque dos rebeldes a Touros. Naquela época, a cidade não contava com um efetivo policial muito grande, a solução encontrada foi requisitar voluntários e criar a maior dificuldade possível a chegada dos revoltosos a cidade.

Naquela ocasião passava pelo município o Major da Força Pública Militar Napoleão de Carvalho Agra, que estava em Mossoró quando recebeu ordens para combater os rebeldes

¹³¹ TSN processo 4 p. 576 a 578.

em Macaíba e Ceará – Mirim. A população de Lajes resolveu requisitar a colaboração do major, haja vista o fato de que a missão dele não tinha mais sentido, pois pelas notícias que tinham as cidades que ele iria ajudar a defender já haviam caído sob o domínio dos rebeldes¹³².

Auxiliados pelo major, a polícia e os voluntários de Lajes conseguiram construir um piquete na estrada da Pedra Preta para impedir uma rápida aproximação dos rebeldes. Mesmo enfrentando esta dificuldade inicial, a coluna vinda de Touros conseguiu ocupar a cidade. Com o término da Revolta, o Major Agra ainda auxiliou a polícia de Lajes na prisão de rebeldes assim como na apreensão de dinheiro e mercadorias saqueadas¹³³.

Quanto à atuação dos rebeldes na cidade de Angicos, não temos muitos dados. Sabemos apenas que foi uma ocupação rápida que coincidiu com as notícias sobre a derrota da Insurreição em Natal, a cidade permaneceu sob controle dos rebeldes por algumas horas apenas. Começavam a se espalhar as notícias sobre a derrota do movimento insurrecional e a chegada de forças legalistas vindas da capital e estados vizinhos. Tempos difíceis se pronunciavam...

2.2 A Coluna Oscar Wanderley

O sargento Oscar Alves Wanderley foi o líder da segunda coluna rebelde, cuja determinação era garantir o controle da região central do Rio Grande do Norte e posteriormente realizar uma junção com Coluna Dantas a partir da cidade de Mossoró, para

¹³² DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta Comunistas de 1935: Análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. p. 71.

¹³³ O major Agra foi indiciado nos inquéritos do TSN por não ter cumprido sua missão inicial, embora tenha prestado auxílio a população de Lajes. Agra que perdeu a patente e os vencimentos durante o período de investigação, conseguiu reunir vários testemunhos de moradores de Lajes que atestaram sua atuação na defesa da cidade, bem como os de antigos companheiros de corporação, que abonaram sua conduta moral e profissional. Em vista destes fatos e da absoluta falta de provas, o procurador acabou optando pela exclusão de Agra, que acabou sendo reformado aos 45 anos pelo comando da Polícia Militar. TSN, Proc. N.º 4 p.540.

dali subirem ao Estado do Ceará¹³⁴. As ações desta coluna aparecem em dois processos do TSN: o de número 2 onde são relatados a tomada do 21º BC e as ações empreendidas pela junta governativa, e processo de número 76 que visava apurar exclusivamente o envolvimento dos militares na insurreição. Dentre estes dois processos, o de número 76 é o que traz mais detalhes sobre a atuação da coluna Wanderley.

Observamos que no processo 76 não há uma descrição minuciosa das atividades da coluna Wanderley, os depoimentos remetem prioritariamente aos fatos ocorridos na capital; os eventos da cidade de Macaíba serviram como provas adicionais para gerar agravantes às penas imputadas aos indiciados. Devemos lembrar que este processo visava retratar a atuação dos militares do 21º BC envolvidos na revolta em fatos considerados mais graves quais sejam o levante do quartel, quebra de hierarquia, atentado à ordem pública, a tomada da cidade de Natal e todos os atos decorrentes desta. Outro fato que devemos destacar nesta coluna é a pequena participação popular em suas atividades quando comparada às lideradas por Dantas e Rangel, apenas na passagem de alguns de seus integrantes pela cidade de Santa Cruz é citada de forma breve a adesão de alguns civis que teriam ajudado a distribuir boletins informativos trazidos pelos rebeldes; e por último a própria atuação do líder do destacamento que como veremos levou a um desdobramento interessante em sua situação de indiciado. Pela falta de outros relatos mais detalhados, utilizaremos o depoimento de Wanderley como base a nossa descrição da coluna.

O sargento que foi citado numa carta do governador de Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti ao ministro do trabalho Agamenom Magalhães, como um dos militares que realizavam agitações nos quartéis e que deveria portanto ser afastado para garantir a tranquilidade política no Rio Grande do Norte¹³⁵, buscou ao longo de todo o seu depoimento demonstrar distanciamento ideológico e político em relação à revolta. Ele iniciou seu depoimento relatando que não estava no 21º BC no momento da insurreição. Ao ser perguntado se aderira ao movimento de modo espontâneo ou se fora “arrastado”¹³⁶ para os eventos, Wanderley defendeu-se alegando que sua participação ocorrera de modo não

¹³⁴ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985, p.73.

¹³⁵ COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995.p. 48.

¹³⁶TSN processo76 p. 179.

intencional. Assim como foi afirmado por outros indiciados em sua autodefesa, ele relatou que se dirigiu para o quartel apenas quando ouviu dois toques de reunir efetuados pelo soldado corneteiro Hildo Moura da Cruz. Ele teria entrado pelo quartel pelos fundos sendo neste momento obrigado por um recruta a aderir ao movimento sob a ameaça de ser baleado.

Wanderley descreveu os momentos posteriores à tomada do quartel como sendo de “anarquia reinante” o que teria motivado o seu objetivo de sair o quanto antes daquela situação. Foi neste intuito que viria a se oferecer como voluntário quando houve a formação do destacamento militar cuja missão inicial seria patrulhar a área chamada de Quintas, mas terminou por prolongar-se até a cidade de Macaíba¹³⁷.

A cidade de Macaíba foi facilmente ocupada pelas tropas de Wanderley que continha cerca de 30 integrantes, todos eles com treinamento militar e fortemente armados frente ao pequeno grupo de policiais da força pública daquela localidade.

Em relação ao quantitativo da força policial naquele período, temos as informações obtidas junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Norte, onde constam nos relatórios apresentados pelos interventores estaduais para o ano de 1932 um total de 366 homens, e em 1933 um total de 482. Infelizmente não conseguimos os dados relativos ao ano de 1935, que não constavam nos registros daquela instituição e na bibliografia pesquisada sobre o tema. Podemos todavia trabalhar com a ideia de que a força de segurança pública potiguar pudesse ter de 400 a 500 membros. Deste número estimado, a maior parte se concentrava na capital do Estado, onde se localizavam as principais autoridades e repartições públicas, além de ser a cidade mais populosa. Deste modo, é muito provável que houvesse uma dispersão dos membros da polícia que deveriam manter a ordem sobre os 41 municípios do Rio Grande do Norte. Nos dados do censo de 1940¹³⁸, foram listadas 1.851 pessoas realizando atividades relacionadas à segurança nacional e pública. Este número engloba militares das forças armadas e força pública local. Temos a seguinte divisão nos municípios ocupados:

¹³⁷TSN processo76 p. 180.

¹³⁸*Recenseamento geral do Brasil*, parte VII Rio Grande do Norte, p.59.

Tabela 2 – Municípios ocupados X Número de pessoas ligadas à defesa nacional e segurança pública

Municípios ocupados	Número de pessoas ligadas à defesa nacional e segurança pública
ANGICOS	16
AREZ	5
BAIXA VERDE	8
CANGUARETAMA	16
CEARÁ MIRIM	17
GOIANINHA	14
LAJES	9
MACAÍBA	25
NATAL	1270
NOVA CRUZ	16
PAPARI	10
PEDRO VELHO	10
SÃO GONÇALO	7
SÃO JOSÉ DO MIPIBU	16
TAIPU	6
TOUROS	8

Pelo levantamento do número de integrantes das colunas, temos um total de 130¹³⁹ pessoas incluindo os 46 pertencentes ao 21° BC, que teriam seguramente uma superioridade numérica frente aos destacamentos das polícias locais, além de em vários momentos terem sido beneficiados pelo desconhecimento quanto a sua chegada aos municípios alvos de suas ações.

Senhores da cidade, os rebeldes tiveram em Wanderley um líder controverso. Como dissemos anteriormente sua atuação não correspondeu ao padrão observado nos líderes das

¹³⁹ Este número foi obtido pela soma dos envolvidos nas colunas que foram identificados durante os inquéritos e julgados pelo TSN, mas seguramente foi maior, pois vários envolvidos conseguiram fugir após a revolta.

outras duas colunas, inicialmente encontrou-se com o prefeito local em uma reunião organizada por Paulo Teixeira, um amigo que tinha naquela cidade, ficando acertado que ficaria como “delegado militar” no período da ocupação. Por ordem de Wanderley o destacamento policial foi desarmado, as autoridades não foram depostas cabendo aos membros da sua coluna impedir “a entrada de outros rebeldes a não ser de passagem”¹⁴⁰.

Durante o dia 24, Paulo Teixeira comunicou a Wanderley que tropas legais se aproximavam do município pela estrada do Seridó. Diante desta notícia o sargento teria formulado o plano de se encontrar com aquelas tropas para “evitar qualquer violência na cidade”. Inesperadamente, no dia 25 o prefeito de Macaíba abandonou a localidade. Com a vacância do cargo, Wanderley ocupou a prefeitura mandando convocar as autoridades locais a quem foi explicada a nova situação. Ele mandou lacrar móveis que continham documentos e valores, inclusive o cofre cuja chave deixou sob a guarda de Paulo Teixeira. Os atos oficiais do prefeito- delegado militar- líder de coluna Oscar Wanderley, eram realizados em uma residência particular em que este se achava hospedado, neste local atendia as pessoas que o procuravam.

Este relato parece-nos à primeira vista incoerente e incompatível com a atuação de um líder rebelde, mas pela leitura dos três volumes do processo pudemos constatar que diferentemente da atuação das outras colunas, não aconteceram em Macaíba, graves atos de violência e saques ao comércio local; os autos de apreensão realizados referem-se exclusivamente a quantias em dinheiro obtidas pelos rebeldes principalmente no Banco do Brasil localizado na capital, cujo cofre fora aberto no início da insurreição. A atuação de Wanderley geraria desconfianças por parte da junta governativa de Natal que “teria o intuito de substituí-lo no cargo de líder”¹⁴¹.

Quando obteve a confirmação da chegada da tropa legal à Vila de Panelas, Wanderley resolveu escapar deixando o cabo Geraldo Magela no posto de comandante de Macaíba. Sua justificativa à coluna seria a realização de uma saída de reconhecimento junto a dois soldados. Durante o trajeto, Wanderley foi preso pelas tropas lideradas pelo “coronel” Dinarte Mariz e Enoch Garcia; a partir deste momento passou a informar aos legalistas a situação militar de Macaíba dando detalhes da ocupação da cidade.

¹⁴⁰ TSN processo76 p. 181.

¹⁴¹ Ibid. p. 182.

Seu último ato relatado no processo foi o envio de uma mensagem ao cabo Magela, solicitando armas que seriam usadas pelos legalistas na retomada de Panelas, contudo outras tropas rebeldes lideradas por Oscar Rangel haviam passado por Macaíba e venceram o grupo de Mariz naquela localidade. A mensagem de Wanderley foi interpretada neste momento como um aviso da aproximação dos legalistas o que teria motivado um quase fuzilamento impedido pela intervenção do irmão de Dinarte Mariz.

Wanderley foi transferido para Campina Grande na Paraíba e depois para Recife junto com outros rebeldes, a bordo do vapor Butiá. O sargento foi citado no processo por ter “tomado parte do movimento e fazer controle em Macaíba”. Alguns indiciados referem-se ao sargento como um dos que forçavam adesões de militares à coluna. O encarregado do inquérito militar, coronel Artur Sílio Portela, cita-o como um dos implicados que “francamente” tomaram parte do movimento sendo implicado nos artigos da Lei de Segurança de números um: “Tentar diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida” e quarenta e nove: “Reputam-se cabeças os que tiverem deliberado, excitado ou dirigido a prática de atos punidos nesta lei” com agravante no cinquenta da mesma lei: “É circunstância agravante, em qualquer, dos crimes definidos nesta lei, quando não for elementar do delito, a condição de funcionário civil ou militar”¹⁴².

Ainda que pesassem contra ele estas acusações baseadas em relatos de testemunhas e participantes da coluna, o sargento foi excluído do processo no segundo volume junto a mais 116 indiciados seguindo parecer do procurador e por unanimidade de votos dos juízes do TSN. O relato das testemunhas de defesa citadas por ele no processo devem ter pesado na decisão dos juízes, neste sentido suas relações pessoais teriam sido determinantes para sua absolvição.

Mesmo que não possam ser consideradas emblemáticas quanto à participação popular na insurreição, o relato das atividades da coluna Wanderley é importante, pois nos fornece uma dimensão do quanto foram distintos os interesses e práticas envolvidos na revolta, em diversos momentos solidariedades de grupo foram esquecidas e interesses pessoais emergiram em seu lugar...

¹⁴²Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 28 dez. 2012.

2.3 A Coluna Oscar Rangel

A coluna Rangel¹⁴³, era composta por civis e militares, que empreenderam um plano estratégico semelhante ao adotado pelas outras colunas: chegar de surpresa às cidades, tomar a prefeitura e a cadeia pública afim de libertar possíveis comunistas ou pessoas identificadas com ideias reformistas, e formar subcolunas compostas por elementos vindos de Natal ou recrutados nas localidades, para assim expandir o raio de ação da coluna inicial, atacando outros municípios vizinhos.

A citação inicial do processo 18, feita por Honorato Himalaya Virgolino, promotor de TSN do Rio de Janeiro, para onde todos os processos eram obrigatoriamente remetidos, revela uma indisfarçada condenação ao movimento, e uma velada crítica às autoridades do Rio Grande do Norte pela pouca combatividade ao levante naquele Estado:

No dia 23 de novembro, irrompeu na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, uma revolução comunista, orientada e financiada pela 3ª IC, com fim perspicuo de destruir toda a ordem política e social do Brasil estabelecida pela Constituição Federal e implantar a ditadura do proletariado, sob o regime soviético.

Irrompido o movimento, tendo o Governador abandonado o seu posto aos primeiros disparos dos revoltosos, estes, facilmente se assenhoraram daquela capital e fizeram dali seguir várias colunas para o interior do Estado, com o fim de apear as autoridades locais e empossar os adeptos da ANL e do credo vermelho.

Destas famigeradas colunas, uma que muito se destacou pelos atos de vandalismo que praticou, foi, sem dúvida comandada pelo ex-tenente Oscar Mateus Rangel (...)¹⁴⁴

Rangel era tenente da força pública e na ocasião da revolta encontrava-se preso pelo assassinato de Oscar Lamartine, engenheiro agrônomo e filho do ex- governador Juvenal Lamartine e um dos fundadores e dirigentes do Partido Popular na sua fazenda Ingá no município de Acari região do Seridó numa incursão realizada a pretexto de busca e apreensão de armas em 13 de fevereiro de 1935.

¹⁴³Sobre a atuação da coluna Oscar Mateus Rangel ver: DOS SANTOS, Kleber Oliveira .1935: Rebeldes no interior do Rio Grande do Norte.2002. 55 f.Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Brasil) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

¹⁴⁴ TSN, Processo n.º 18, Apelação149 Arquivo Nacional páginas 3 e 4. A partir da próxima nota referenciaremos este documento como TSN processo 18. Oscar Rangel ainda foi citado nos processos 11, 12, 36 por crimes correlatos.

A primeira cidade ocupada pela coluna Rangel foi São José do Mipibu no qual foi destituído o prefeito local. Nesta localidade o novo prefeito constituído pelos rebeldes foi orientado a requisitar uma soma em dinheiro aos cofres da prefeitura, ocorrendo ainda uma incursão ao cartório local onde alguns processos foram rasgados.

Na cidade de Arez, Oscar Rangel instituiu como comandante de uma subcoluna Pedro Hermógenes da Cunha¹⁴⁵, cuja incumbência era a manutenção do controle sobre aquela localidade. Hermógenes requisitou a colaboração de diversos moradores locais, instituindo uma força de ocupação para Arez, enquanto se dirigiu com outros comandados para promover a expansão em direção a outros municípios vizinhos.

No município de Papari as tropas lideradas pelo tenente Rangel chegaram de surpresa, não permitindo a menor reação da polícia local que foi rechaçada à bala pelos rebeldes. Os membros da força pública que não foram encarcerados, resolveram abandonar a cidade às pressas. Estabelecido o controle sobre a cidade, os insurretos buscaram prontamente localizar e prender as autoridades locais e elementos de expressão política que pudessem oferecer algum problema a atuação da coluna. Neste município o cidadão Hermeto de Carvalho teria sido obrigado a assumir o cargo de prefeito, e ao se negar a aceitar a incumbência foi trancado pelos rebeldes na Prefeitura, onde presenciou o ataque à sede da Ação Integralista Brasileira (AIB) na cidade, quando foram queimados documentos e destruídos quadros de Plínio Salgado¹⁴⁶.

A revolta serviria neste sentido, para o acerto de velhas contas entre comunistas e elementos da ANL em relação aos inimigos da AIB. A casa do agricultor Antônio Martins, chefe dos integralistas de Papari, foi invadida pelos rebeldes que além de fazerem ameaças ao agricultor e sua família, destruíram documentos e fotos da AIB encontradas na residência¹⁴⁷. Mesmo antigos líderes tenentistas, então identificados como aliados do governo Vargas foram alvo da fúria iconoclasta dos rebeldes; no mesmo município um retrato de Juarez Távora foi destruído sob a alegação de que “(...) ele era muito ruim”¹⁴⁸.

¹⁴⁵ TSN, Processo n.º 32, Apelação 216 Arquivo Nacional. A partir da próxima nota referenciaremos este documento como TSN processo 32.

¹⁴⁶ TSN processo 32 p. 25.

¹⁴⁷ TSN processo 32 p.29.

¹⁴⁸ Ibid. p. 31.

Assim como se verificou na Coluna Dantas¹⁴⁹, os rebeldes ao chegarem às cidades davam vivas a ANL e Luís Carlos Prestes, mas não explicavam o verdadeiro sentido da insurreição, qual seja a tomada do poder e criação de um governo popular com base nos preceitos comunistas, desta forma, enquanto alguns aguardavam a chegada triunfante do Cavaleiro da esperança às cidades ocupadas, outros esperavam a confirmação do nome do ex-interventor Mário Câmara como possível dirigente do movimento.

Esta confusão de objetivos e personagens seria uma das marcas encontradas nos relatos sobre a atuação das colunas no interior do Rio Grande do Norte, e de certa forma está relacionada com o contexto político local e à percepção que as populações daquelas cidades tinham sobre ele.

É interessante observarmos que o levante era de certa forma esperado pelos moradores locais, e por algumas autoridades. Nos municípios atacados, os rebeldes após destituírem as autoridades locais, buscaram convencer elementos ligados à Aliança Social (partido do ex-interventor) para ocuparem os cargos, que naquela conjuntura pertenciam aos elementos do Partido Popular, cristalizando desta forma aos olhos dos moradores o possível caráter político - partidário do movimento. Na cidade de Arez, por exemplo, o agricultor Moacyr Ferreira Furtado, que havia sido prefeito na gestão anterior, reassumiu o cargo, após o qual ordenou a prisão de elementos contrários aos interesses dos rebeldes e exonerou todos os funcionários da prefeitura. Em sua defesa ele alegou que teria sido coagido a praticar estes atos¹⁵⁰.

Um destacamento liderado pelo sargento Oscar Alves Maciel dirigiu-se para Canguaretama. Alcançando o município às 4 horas da manhã do dia 25 de novembro, rapidamente o grupo conseguiu tomar a cidade e apreender as armas do destacamento policial. A cadeia pública foi tomada e o único preso foi libertado. Oscar Rangel chegou àquela localidade por volta da tarde e realizou a deposição do prefeito local Abílio Xavier de Almeida, que foi substituído por Fernando Dias Abreu, também identificado com a Aliança Social, que foi forçado a requisitar dos cofres da prefeitura cerca de 500 mil réis e 400 mil réis da mesa de rendas. Mário Gouveia, morador da cidade, foi constituído tabelião pelo líder da coluna sendo requisitado a este que pusesse em ordem todos os documentos da repartição

¹⁴⁹DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta Comunistas de 1935: Análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. p. 60.

¹⁵⁰Ibid. p. 78

pública local¹⁵¹. Pernoitando naquela localidade, os membros da coluna montaram uma barreira na ponte sobre o rio Pituaçu, em frente à delegacia pública. Quase toda população procurou abrigo na zona rural ou em áreas florestais para se proteger de um eventual tiroteio.

Nas cidades ocupadas pelos rebeldes, sucederam-se uma série de requisições de dinheiro, armas e automóveis, além de saques a estabelecimentos locais onde foram retirados produtos que iam desde meias femininas à redes de dormir. Em diversas ocasiões os proprietários de estabelecimentos comerciais foram obrigados a “doarem” os produtos sob a ameaça de fuzilamento.

Assim como ocorreu durante a vigência da coluna Dantas¹⁵², havia sido expedida pelos rebeldes liderados por Rangel, uma lei pela qual todos os estabelecimentos comerciais deveriam permanecer abertos e serem solícitas as requisições de víveres. Contudo, o medo dos saques levava os comerciantes locais a fechar as portas de seus estabelecimentos. A testemunha Joaquim de Lima Galvão, comerciante de Montanha, foi convidada a comparecer a prefeitura, quartel general dos rebeldes, para explicar o motivo do fechamento de sua loja de tecidos. Nesta ocasião foi lhe requisitada a soma de 300 mil réis, bem como de várias peças de panos e lenços vermelhos que os insurretos amarraram no pescoço ou nos canos das armas¹⁵³.

Em alguns bares invadidos, os membros da coluna e moradores locais, beberam e comeram de graça, produzindo em certos casos depredações aos estabelecimentos, que tiveram portas, balcões ou copos quebrados. Uma testemunha afirmou que um dos rebeldes justificou os saques e vandalismo dizendo que “(...) tudo isso é nosso, não se paga mais impostos, tudo é da ANL, tudo é do comunismo.”¹⁵⁴

A atuação da coluna Rangel e da subcoluna Pedro Hermógenes, produziu reações negativas em uma parcela da população das cidades invadidas, pelos atos de violência

¹⁵¹ Em sua citação no processo o procurador do TSN reconheceu que a atuação dos empossados foi realizada sob coerção. Processo nº12, Apelação 72 Arquivo Nacional. p. 208. A partir da próxima nota referenciaremos este documento como TSN processo 12.

¹⁵² DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta Comunistas de 1935: Análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. p 68.

¹⁵³ Ibid. p 12.

¹⁵⁴ TSN processo 32 p. 19.

empreendidos pelos rebeldes contra alguns moradores; aconteceram casos de coerção pelo uso de armas, ameaças de morte, tiros disparados contra residências, bem como depredações à estabelecimentos públicos ou privados. Em algumas localidades, cartórios e repartições ligados a justiça eleitoral foram atacados, sendo destruídos ou apreendidos documentos e títulos eleitorais.

A coluna Rangel contou durante a sua vigência com a adesão espontânea ou forçada de vários moradores das cidades invadidas. Um fato que temos de observar, que assim como se verificou na Coluna Dantas, muitos dos implicados alegaram ter aderido a movimento por meio de coerção, não tendo desta forma nenhuma relação ideológica com a insurreição. Utilizando-se destes novos “soldados” e do expediente das subcolunas, o grupo de Oscar Rangel e Pedro Hermógenes conseguiu estabelecer o controle sobre as cidades de Arez, Goianinha, Pedro Velho, Montanha, Papari, Batalha e Nova Cruz.

Naquelas cidades, nas quais não havia um efetivo policial numeroso e bem armado, a vitória dos rebeldes foi relativamente fácil, desta maneira, ao contrário do que se verificou durante a vigência da Coluna Dantas não foram observados combates contundentes entre os rebeldes e os moradores das cidades atacadas o que criou esperanças quanto ao sucesso do movimento a nível nacional.

2.4 O fim da insurreição e a repressão aos envolvidos

A luta contra a insurreição potiguar envolveu a união de esforços de tropas do governo e de milícias compostas por elementos políticos locais. Na noite de 23 de novembro, Enoque Garcia, delgado de Natal conseguiu fugir da cidade e ao chegar em Currais Novos se comunicou com o Dinarte Mariz. Mariz, que tinha suas próprias armas e 150 fuzis e 20 mil cartuchos que guardara da Revolução de 1930, ocasião em que comandara um destacamento de provisórios. Logo ao saber do levante se comunicou com o governador da Paraíba Argemiro de Figueiredo a fim de obter reforços para a luta contra os insurretos¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Essa versão da ação de Dinarte Mariz na repressão encontra-se em MEDEIROS FILHO, João. *82 horas de subversão*. Senado Federal: Centro Gráfico, 1980 e no livro de memórias e discursos redigido pelo próprio

Na noite do dia 24 os legalistas combateram o grupo de Wanderley em Serra Caiada. No dia 25 conseguiram ocupar Pannels e Wanderley foi preso. O ataque de Rangel ao município, no entanto, obrigou-os a recuar até a Serra do Doutor de onde receberam reforços vindos da Paraíba. No dia seguinte, em nova luta os rebeldes foram derrotados e as tropas seguiram livremente para a capital aonde chegaram em 27 já encontrando a cidade ocupada pelas tropas da Paraíba.

A precipitação do levante em Natal levou a desarticulação do plano de uma insurreição nacional coordenada em todos os Estados. Assim, ao receberem a notícia da derrota do movimento no Recife, e da aproximação das tropas legalistas que iriam sufocar o movimento no Rio Grande do Norte, os rebeldes da capital resolveram depor armas e fugir sem organizar nenhuma resistência armada¹⁵⁶, o que também foi feito pelos integrantes das colunas Dantas, Wanderley e Rangel .

É interessante assinalarmos, que as três colunas rebeldes utilizaram as mesmas táticas de ocupação, o que nos leva a construção de duas hipóteses: a primeira de que os planos de atuação das colunas tivessem sido traçados ainda em Natal devendo os comandantes das colunas e subcolunas segui-los à risca a qualquer custo, e a segunda de que pelo fato de se tratarem de colunas organizadas com vários militares do 21º BC, procedimentos estratégicos assimilados durante a época de treinamento militar foram implementados de maneira lógica e natural.

Não encontramos nos processos analisados, a construção de um sólido sistema de defesa por parte dos rebeldes em nenhuma das cidades ocupadas; uma articulação entre as forças que colunas que atuavam no interior naquele período, que poderia resultar numa possibilidade de auxílio mútuo em caso de ataque das forças do governo ou coronéis locais, também não foi realizada.

A requisição de armas, e o recrutamento de moradores das cidades, a maioria dos quais sem formação ou experiência militar, parecem ter sido os únicos expedientes utilizados pelos elementos das colunas para aumentar o seu poderio. Portanto, se não existia uma estrutura defensiva sólida, e nem muitos elementos aptos a empreenderem uma resistência

político potiguar: MARIZ, Dinarte. *A vida de um revolucionário*. Brasília: Editora Centro Gráfico do Senado, Brasília, 1975. p. 61.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985, p.76.

eficiente às tropas do governo, a rendição ou a fuga acabavam sendo as alternativas mais sensatas a serem tomadas.

O depoimento do indiciado Belchior Sales, nos fornece uma pequena noção do clima de terror que se estabeleceu entre os revoltosos ao fim do movimento.

Belchior que residia em Ceará – Mirim, por ocasião da chegada dos revoltosos estava num pequeno mercado da cidade. Um grupo de indivíduos armados invadiu o estabelecimento e ele teria sido coagido a prestar serviço aos revoltosos atuando como vigia da cadeia pública. No dia em que as informações sobre a derrota do movimento chegaram a cidade, ele ainda exercia esta função. Repentinamente chegou ao povoado um carro com soldados do 21º BC dizendo para todos os que estavam participando do movimento fugirem, pois “a ordem estava estabelecida e chegaria à cidade uma esquadrilha e dois mil homens por terra para fuzilar quem tivesse pego em armas contra o governo”. Estabeleceu-se uma fuga e pânico generalizados entre os revoltosos ante tão alarmantes notícias. Belchior Sales foi interceptado durante sua retirada de Ceará – Mirim por um indivíduo a quem declarou não conhecer, que lhe deu um pequeno embrulho. Quando teve tempo para ver o conteúdo do pacote, percebeu que se tratava de 30 contos de réis. Belchior Sales foi preso no interior do Estado, sendo indiciado por tentativa de golpe e furto¹⁵⁷.

Os rebeldes tiveram de se utilizar de diversos expedientes para não serem presos pela polícia, alguns se aproveitando de sua posição nos municípios do interior tentaram fugir para outros estados ou municípios vizinhos; outros conseguiram se esconder e foram julgados a revelia, e houve ainda os que tentaram ludibriar as autoridades do governo, apresentando-se espontaneamente após o fim da insurreição para delatar os rebeldes que conheciam, estes, no entanto, não contavam que fossem reconhecidos e denunciados pelos moradores locais como integrantes das colunas.

Havia entre os participantes da revolta uma preocupação em ocultar ou destruir as provas de sua participação no movimento (produtos saqueados armas, fardas, ou lenços vermelhos). Aqueles que por terem conseguido escapar, ou não terem sido identificados pelos moradores, sobretudo durante os tumultuados saques, foram designados nos processos como

¹⁵⁷TSN processo 4, página 30.

João de tal, José de tal ou Maria de tal. Abaixo são representadas tabelas com a qualificação profissional dos integrantes das três colunas¹⁵⁸ analisadas:

Tabela 3 – Profissão dos indiciados da Coluna Benildes Dantas X nº de indivíduos

Profissão dos indiciados da Coluna Benildes Dantas	Número de indivíduos
Soldado do Exército	5
Cabo do Exército	5
Sargento do Exército	7
Cabo da Polícia Militar	1
Sargento da Polícia Militar	1
Oficial da Polícia Militar	1
Sapateiro	3
Marítimo	3
Estivador	1
Estudante	2
Funcionário público	5
Motorista	2
Agricultor	9
Funileiro	1
Jornaleiro	4
Comerciário	2
Músico	1
Comerciante	3
Invernizador	1
Enfermeiro	1
Barbeiro	1
Artista sem especificar a atividade	1
Sem Qualificação especificada	5

¹⁵⁸ Alguns indiciados não tiveram registrados os seus dados profissionais nas fichas de qualificação dos processos.

Tabela 4 – Profissão dos indiciados da Coluna Oscar Rangel X nº de indivíduos

Profissão dos indiciados da Coluna Oscar Rangel	Número de indivíduos
Soldado do Exército	5
Cabo do Exército	4
Sargento do Exército	3
Oficial da Polícia Militar	1
Guarda civil	1
Marítimo	3
Funcionário público	6
Motorista	2
Agricultor	7
Doméstica	1
Jornaleiro	4
Comerciante	5
Pescador	1
Dentista Prático	1
Operário	1
Auxiliar de comércio	1
Artista	1
Sem Qualificação específica	1

Tabela 5 – Profissão dos indiciados da Coluna Oscar Wanderley X nº de indivíduos

Profissão dos indiciados da Coluna Oscar Wanderley	Número de indivíduos¹⁵⁹
Soldado do Exército	14
Cabo do Exército	2
Sargento do Exército	1

¹⁵⁹ Em seu depoimento o sargento Oscar Wanderely afirmou que 30 homens estiveram sob seu comando durante a revolta e atuação da coluna em Macaíba e Panelas, mas apenas 16 foram identificados no processo, foi feita no mesmo a menção a foragidos o que pode explicar a diferença no número de indiciados.

Pela leitura dos autos do processo sabemos que os militares do Exército relacionados nos quadros acima eram oriundos do 21º BC. Os membros da PM que compuseram a Coluna Dantas, com exceção do major Napoleão Agra haviam se unido aos revoltosos na Capital partindo com estes para o ataque as cidades do interior, enquanto na Coluna Rangel, o tenente da Polícia Militar referido, era o próprio líder daquele destacamento. Os agricultores listados nos processos eram sem exceção moradores dos municípios ocupados.

Em relação aos funcionários públicos, temos pela leitura das folhas de qualificação a ideia que formavam um grupo bastante heterogêneo, que englobava desde funcionários do serviço da febre amarela a diretores de repartições públicas, que no entanto receberam a mesma denominação. Alguns destes trabalhavam nas prefeituras ou recebedorias de rendas atacadas e foram acusados de colaboração com a administração dos revoltosos.

Além destes grupos podemos constatar a presença de elementos ligados à profissões de baixa remuneração como sapateiros, jornaleiros etc., que bem demonstra o caráter popular do movimento. Os comerciantes relacionados nos processos foram incluídos não tanto pela participação na Revolta e sim pela apropriação indevida de produtos oriundos dos saques realizados pelos revoltosos, que foram escondidos em seus estabelecimentos comerciais ou em seus lares.

A onda repressiva que se estabeleceu no Rio Grande do Norte após a Revolta de 35 criou um clima de temor e insegurança, no qual o número de prisões realizadas¹⁶⁰ serviu para restabelecer na população o sentimento de controle e normalidade sociais extintos durante os conturbados dias de controle revolucionário sobre o Estado. Para o governador Rafael Fernandes a perseguição aos revoltosos tinha ainda um caráter especial, visto haver a consciência de que as causas do movimento estavam diretamente ligadas à conjuntura política local e a oposição ao seu governo¹⁶¹.

Aquele momento era ideal para Fernandes ratificar seu poder no Estado, utilizando a revolta e a repressão como fatores de aglutinação social e enfraquecimento da oposição. O perigo da subversão era real, a sociedade se via na obrigação de compactuar com o governador no restabelecimento da ordem e segurança no Estado.

¹⁶⁰ De acordo com historiadora Marly Vianna foram indiciadas nos 41 processos sobre a revolta no Rio Grande do Norte 1210 pessoas. Ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p 210.

¹⁶¹ Ibid. p.202.

O levante geraria ainda uma aproximação do governo potiguar ao modelo de centralização política proposto por Getúlio Vargas, na medida em que Fernandes que chegara ao poder como oposição ao presidente tornou-se peça importante na tarefa de repressão ao extremismo e deste modo teve sua autoridade fortalecida no Rio Grande do Norte. Em contrapartida o Partido Popular passou a ratificar todas as medidas de exceção propostas por Vargas¹⁶².

Num momento inicial houve a intenção do governador em envolver seus inimigos políticos, sobretudo os “camaristas” (partidários do ex-interventor Mário Câmara), no levante. A repressão aos envolvidos adquiria assim um caráter de “acerto de contas” político e em alguns momentos pessoal, que se refletiu no indiciamento de indivíduos baseado em depoimentos pouco substanciais.

O réu Raimundo Antunes foi indiciado como participante da Revolta num caso exemplar de perseguição motivada por razões pessoais e econômicas. Uma das testemunhas arroladas pela acusação, de nome Onofre Gomes, se declarou durante seu depoimento, inimigo pessoal de Raimundo, sendo que este fato não levou a sua exclusão do quadro de testemunhas. O advogado de defesa do réu conseguiu comprovar através do depoimento de antigos moradores de Ceará - Mirim que os dois nutriam divergências quanto a demarcação dos limites entre as suas terras, num típico caso de conflito rural. A condenação de Raimundo daria então a Onofre a possibilidade de pleitear junto ao governo a diminuição de tamanho da propriedade de seu rival¹⁶³.

O advogado dos réus José de Carvalho e Romário Calafange alegou em defesa de seus clientes que ambos foram vítimas de perseguição pessoal do delegado policial encarregado das investigações, Oswaldo Grillo, cuja "inimizade com os acusados era conhecida não apenas em Canguaretama, mas em todo o Rio Grande do Norte"¹⁶⁴.

É interessante assinalar que o próprio encarregado do processo, o procurador do TSN Honorato Himalaya Vergolino reconheceu que muitas prisões foram realizadas por motivos políticos, pois “era mister que fossem denunciados todos os adversários do governo

¹⁶²LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989.p.330.

¹⁶³ TSN processo 4 p. 728.

¹⁶⁴ TSN processo 12 p. 324. Os dois réus em questão foram absolvidos no final do processo.

estadual, cujos nomes aparecem no processo, mesmo por testemunhas de encomenda e de ouvida vaga.”¹⁶⁵

Em sua citação, o procurador enumera três casos de flagrante perseguição política a adversários de Rafael Fernandes, que, por este motivo, tiveram seus nomes retirados do rol de indiciados. Eram eles: o proprietário de engenho José Carrillo da Fonseca ligado ao partido de Mário Câmara, o juiz de Direito de Baixa – Verde João Maria Furtado, e o usineiro e ex-prefeito de Ceará - Mirim Luís Lopes Varella. Sobre Varella o procurador afirma que as razões de sua autuação no processo estavam ligadas a influência que este exercia no Estado e seu parentesco com o Procurador da República a quem os adversários políticos do ex-prefeito tentavam atingir com intuito que fosse nomeado um novo procurador para o Estado, coroando assim “o plano político – partidário”¹⁶⁶

As principais acusações que recaiam sobre Varella, diziam respeito ao fato de que este mesmo dispo de homens e armamentos, não havia tomado providências para defender Ceará – Mirim e por não ter sido preso pelos revoltosos quando esses se dirigiram para a sua residência. Como afirma o procurador do TSN, Varella não tinha a função de proteger a cidade, sendo que os rebeldes haviam ido a sua casa com intuito de convidá-lo a assumir o comando da Prefeitura.

A lógica que acabou permeando a sentença dos indiciados, foi pautada na preocupação em reprimir o extremismo num momento em que as rivalidades políticas locais cederam espaço a um objetivo maior que era impedir a expansão do comunismo barrando assim a possibilidade de eclosão de novas revoltas como a de novembro de 1935.

Dos sessenta e cinco indiciados na Coluna Dantas quarenta e um foram absolvidos por falta de provas; nenhum dos partidários do ex-interventor Mário Câmara foi condenado pela participação na Revolta, todos os que conseguiram comprovar uma tiveram participação involuntária no movimento foram inocentados. Os vinte e quatro condenados foram incurso no 1º artigo da Lei n.º 38 de 4 de abril de 1935 (Tentar diretamente e por fato, mudar por meios violentos a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por

¹⁶⁵ TSN processo 4 p.6.

¹⁶⁶ TSN processo 4 p. 8.

ela estabelecida)¹⁶⁷. Dez sentenciados tiveram de cumprir pena de 8 anos de reclusão imputada aos cabeças do movimento; quatorze foram condenados a pena de 5 anos de reclusão por terem sido enquadrados como co-autores da Revolta, sete destes indivíduos tiveram sua pena acrescida em 2 anos por ter sido combinada a esta o artigo 17 da mesma Lei n.º 38 (Incitar ou preparar atentado contra pessoas e bens, por motivos políticos ou religiosos)¹⁶⁸. Todos os condenados foram ainda enquadrados nos artigos 356, 357 e 358 da Consolidação da Leis Penais que versam sobre os crimes de roubo e danos a patrimônios particulares. Benildes Dantas foi preso pela polícia em 1936 sendo absolvido em setembro de 1938, enquanto Sizenando ficou encarcerado de novembro de 1935 até setembro de 1938 quando também foi inocentando pelo TSN.

Dos quarenta e oito réus da Coluna Rangel, apenas dezesseis foram condenados por atuação extremista. O líder da coluna rebelde original, que percorreu o interior do Rio Grande do Norte, Oscar Mateus Rangel, foi condenado a 8 anos de prisão celular, pois além das penalidades previstas no artigo 1º da Lei 38, ainda lhe foram atribuídas as do artigo 17 da mesma lei: “Incitar ou preparar atentado contra pessoa, ou bens por motivos doutrinários, políticos ou ideológicos”¹⁶⁹, Pedro Hermógenes teve de cumprir uma pena de 5 anos de reclusão. Alguns prisioneiros foram enviados para a Colônia Correccional de Dois Rios, enquanto outros foram presídios do Rio Grande do Norte e outros Estados do nordeste.

Em relação à Coluna Wanderley, temos um total de quatro condenados dentre os dezesseis citados pela participação nos eventos de Pannels e Macaíba¹⁷⁰. Estes militares condenados, assim como ocorreu com os demais integrantes das outras colunas foram excluídos do Exército e tiveram como agravante em suas penas a condição de membros das forças armadas, o que era previsto na LSN.

Antes de concluirmos este capítulo, é importante observarmos que os acontecimentos de 35 inseriram-se num quadro maior da repressão ao comunismo. Não havia mais espaços para eufemismos e retóricas, uma revolta inspiradas em preceitos comunistas e que contou

¹⁶⁷ Coleção das Leis Brasileiras. p. 36.

¹⁶⁸ Ibid. p. 37.

¹⁶⁹ Ibid. p. 97.

¹⁷⁰ Dos 17 citados inicialmente na denúncia do procurador, o comandante da coluna como vimos anteriormente, foi excluído do processo, enquanto outros 2 integrantes não tiveram o resultado de seus julgamentos registrados em suas respectivas fichas.

com participação de membros da Internacional Comunista (IC) ocorrera de fato. Além disto, não podemos esquecer que por mais que sejam diminuídos os efeitos desta revolta, um Estado da federação permanecera sobre controle efetivo dos insurretos por três dias.

O governo Vargas soube se utilizar da revolta para obter consideráveis ganhos políticos, consolidando seu poder de modo cada vez crescente numa espiral que conduziria o Brasil ao Estado Novo, um regime autoritário e ditatorial cuja decretação foi justificada pela existência de um suposto plano de golpe de Estado comunista, elaborado num período no qual as principais lideranças do PCB tinham sido alijadas.

A insurreição converteu-se num espantinho que seria erguido em momentos-chaves de disputa e tensão política, sua memória ficou gravada nas mentes dos setores mais conservadores como um recado e um perigo adormecido¹⁷¹. Devemos frisar este ponto para dar uma dimensão do que se sucedeu na esfera nacional após os acontecimentos de novembro; o reflexo destes temores penetrou na sociedade e estiveram presentes na punição dos indiciados.

Ao analisarmos as razões da participação popular na revolta, devermos pensar que contexto foram realizados os inquéritos e julgamentos, e como a sociedade esperava uma resposta efetiva do governo aos fatos. As colunas descritas neste capítulo criaram uma situação ímpar neste contexto, pois ofereceram a oportunidade de aplicação de padrões gerais de repressão, instituídos e internalizados na estrutura do governo Vargas e num nível local permitiram que emergissem disputas, ódios e rancores adormecidos, cujas consequências indubitavelmente marcariam àquelas cidades por vários anos.

Finalmente devemos lembrar que o exercício do historiador em sua busca pela reconstrução dos fatos, tem suas limitações inerentes e incontornáveis. Nas próximas páginas não conseguiremos reproduzir as expressões frias e inquisitoriais dos juízes e promotores do TSN, nem mesmo as pausas e apreensões dos indiciados, mas nos parece um exercício possível de reflexão pensar no clima extremamente hostil e perigoso em que foram realizados os julgamentos em cujas perguntas e respostas buscaremos encontrar a explicação as nossas indagações.

¹⁷¹ CARVALHO, General Fernandino de. *Lembra-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

3 RAZÕES PARA LUTAR:AS CAUSAS DA ADESÃO À REVOLTA COMUNISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

3.1 Palavras iniciais

Buscar os motivos da adesão de moradores das cidades ocupadas pelas colunas rebeldes, ao movimento insurrecional, é antes de tudo mergulhar num universo de dúvidas e temores. A leitura dos processos fornece-nos uma variedade de afirmações e hesitações, em discursos marcados por um contexto de medo e repressão que se seguiu ao fim da revolta.

Os depoimentos dos indiciados e testemunhas foram tomados num período de efervescência, quando não existiam a serenidade e a isenção. Velhas rivalidades políticas e pessoais afloraram e os convocados, ao se pronunciarem diante das autoridades do TSN, tinham consciência deste fato, e deveriam medir com bastante cuidado as suas palavras.

Neste contexto uma pergunta se faz necessária antes de iniciarmos a análise dos depoimentos: como poderemos extrair o real significado das ações dos envolvidos através de seus relatos parciais e temerosos, retirados dos processos do TSN?

Antes de tudo devemos lembrar que o propósito maior do TSN era produzir culpados e saciar a necessidade do governo Vargas de restabelecer a ordem, extraindo da sociedade os elementos potencialmente perigosos; deste modo a utilização de seus processos como fonte para a obtenção de indícios ou certezas configura-se num caminho perigoso, em que eventualmente poderemos esbarrar em dificuldades causadas pela interpretação dos discursos dos inquiridos ou elementos do governo, durante as tensas sessões do Tribunal.

Este preâmbulo fez-se necessário para podermos dimensionar as respostas encontradas, fornecendo um contexto minimamente inteligível para os fatos que buscaremos explicar.

3.2 Verdades implícitas e temores declarados

Pela leitura dos autos dos processos, percebemos que a maioria dos indiciados justificou a sua participação na revolta pelas seguintes causas: coerção realizada pelos

insurretos, desconhecimento dos reais objetivos do movimento e ainda por uma percepção de que esta relacionava-se a fatores políticos ou econômicos, distantes de quaisquer ligação com a ideologia comunista. Essas explicações são coerentes com o que se esperaria ouvir dos denunciados, pois a confirmação da participação espontânea e consciente, naquele momento, consistiria num ato de extremo destemor ou de absoluta falta de um sentido de autopreservação. Devemos agora, avaliar a validade destas justificativas antes de prosseguirmos.

A versão da participação forçada tem em nosso entendimento um fundamento de veracidade. Como dissemos no capítulo anterior, adesões às colunas foram obtidas através de intimidações e ameaças de fuzilamento. O depoimento do agricultor Moacyr Ferreira Furtado, empossado prefeito na cidade de Arez pela subcoluna liderada por Pedro Hermógenes, é ilustrativo para representarmos a tensão que envolvia estes momentos:

Hão de dizer que eram apenas ameaças, que eles rebeldes não queriam senão intimidar, sem nenhuma consequência. Que fosse. Mas a posição de quem se encontra cercado de homens embriagados, armados, está longe de ser a de quem permanece a conjecturar com um cachimbo no canto da boca.¹⁷²

A absolvição ao final dos julgamentos de vários indiciados pode ser um forte sinal que de fato estas intimidações ocorreram, ou caso queiramos pensar de outro modo, de que estes possuíam bons advogados ou conseguiram a colaboração de testemunhas convincentes. Todavia, descobrir e estabelecer uma proporção entre estas duas possibilidades de absolvição tornar-se-ia uma tarefa extremamente árdua com riscos de inviabilidade, pois nos levaria a penetrar nas minúcias dos diversos relatos, que não obstante, deveriam ser cruzados a outros elementos materiais (renda) e imateriais como grau de inclusão e prestígio social, que certamente pesaram nos casos julgados.

Sobre o desconhecimento sobre as causas da revolta, esta versão defendida por vários indiciados como afirmamos era uma opção lógica aos que buscavam a absolvição. Alguns depoimentos, quer por seu caráter pitoresco ou tragicômico, merecem ser citados até mesmo para dar uma pequena ideia das alegações de autodefesa proferidas nas salas de interrogatório do TSN. Relataremos apenas dois para não nos alongarmos excessivamente.

¹⁷² TSN processo 32 p.214.

Um dos indiciados de nome José Fernandes, vulgo “Joca Cabeceira” residente em Ceará – Mirim declarou que por ocasião da chegada dos revoltosos a cidade, estava num bar acompanhado de alguns amigos. Estranhando a movimentação exagerada de pessoas e o ruído de veículos, resolveu ir ao centro da cidade ver do que se tratava. Ao avistar os rebeldes fardados como soldados do 21º pensou tratar-se de uma parada militar, ao se aproximar para “apreciar”, foi convidado a tomar parte nos acontecimentos. Providenciaram-lhe então armas e farda, mesmo ele declarando não saber atirar e vestir um número de roupa menor que o do fardamento que lhe deram. Após algumas intrusões iniciais que não compreendeu bem, foi enviado para algumas diligências, como o ataque a agência telegráfica, o piquete para impedir a passagem de carros entre os municípios de São Gonçalo e Macaíba e a distribuição de abacaxis requisitados a fazenda “Jacoca” de propriedade de Cícero Marinho, a população local. Por sua participação nas operações recebeu uma quantia em dinheiro que repartiu com outros indivíduos de seu grupamento. Quando voltou a cidade perguntando a pessoas mais bem informadas sobre a razão do que ocorrera, soube ter participado de um movimento contrário a ordem estabelecida. Resolveu então fugir para a Usina Elétrica, onde permaneceu escondido até ser preso três dias após o fim da revolta¹⁷³.

Outro depoimento interessante foi proferido pelo indiciado Antenor dos Santos, ex-cabo do 21º BC. Solteiro e recém- incorporado ao batalhão de Natal, havia resolvido passear na companhia de outros colegas do quartel para melhor conhecer sua nova cidade. Em suas andanças acabou parando num frequentado bordel, onde a noite ouviu diversos toques de recolher que vinham do 21º BC. Rapidamente voltou para sua unidade, onde viu diversos populares, incluindo algumas mulheres, entrando e recebendo armas e farda. Pensou tratar-se de um ataque ao batalhão. Quando procurou um oficial para receber instruções, não encontrou nenhum, pois todos haviam sido presos pelos rebeldes. Um sargento a quem inquiriu sobre os fatos, afirmou estarem os militares do quartel se preparando para lutar pela nação e pela dignidade. O chefe militar da Revolta em Natal, sargento Quintino Clementino de Barros, lhe deu ordens para ingressar na coluna Benildes Dantas rumo a Ceará – Mirim. Durante o trajeto ia o grupo proclamando ser aquele um movimento nacional e vitorioso. Quando enfim notou a

¹⁷³ TSN processo 4 p.50.

real dimensão dos fatos, resolveu desertar da coluna. Ao fim da insurreição, apresentou-se voluntariamente aos militares do 22º BC sendo preso por colaboração com os revoltosos¹⁷⁴.

Quais suposições devemos fazer sobre a terceira justificativa? Antes de buscarmos uma explicação dos fatos, devemos primeiramente identificar os motivos que estiveram presentes na revolta no Rio Grande do Norte, para num esforço posterior relacioná-los aos relatos dos indiciados.

A insurreição fora motivada por uma conjugação de situações que operaram na esfera militar e civil. Na primeira esfera, tínhamos a situação dos soldados, cabos e sargentos do 21º BC que viviam a eminência da desincorporação¹⁷⁵ além da situação precária do próprio quartel. A possibilidade de desarticulação de indivíduos previamente comprometidos com a insurreição é uma das explicações usuais para a precipitação do movimento em Natal, a este fato somavam-se ainda as queixas dos militares quantos a dificuldade materiais e estruturais do quartel¹⁷⁶.

Na esfera civil temos nas referências e obras sobre o tema¹⁷⁷, a informação de que o movimento insurrecional era articulado entre elementos ligados ao PCB, ANL e sindicatos locais, estes aguardavam a deliberação do comitê central sediado no Rio de Janeiro para o iniciarem a revolta de modo coordenado com os outros Estados. Além destes elementos, tínhamos ainda no Rio Grande do Norte um momento político extremamente conturbado, quando o então governador Rafael Fernandes buscava consolidar seu poder frente aos opositores ligados ao ex-interventor Mário Câmara.

Acreditamos que a junção dos fatores acima mencionados foi determinante para a construção das percepções sobre o movimento insurrecional e para justificar as adesões ao

¹⁷⁴TSN processo 4 p.134.

¹⁷⁵ O governo Vargas estava realizando mudanças no Exército, dentre as quais a redução dos seus quadros com a dispensa de um grande número de cabos e sargentos. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 185.

¹⁷⁶ No relatório do general Manuel Rebelo, comandante da 7ª Região Militar, a precariedade do 21º BC é contrastada com a situação de outros quartéis e poderia ser listada como uma das razões da revolta. Segundo ele, o 22º BC (Paraíba) encontrava-se “confortavelmente instalado” e o 29 BCº (Recife) “luxuosamente instalado”, enquanto o 21º BC “jazia num pardieiro velho, sem higiene nem conforto”. TSN Processo número 2, Apelação 162 p. 30.

¹⁷⁷ Sobre os preparativos da insurreição ver: COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995 e VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

mesmo nas cidades ocupadas pelas colunas rebeldes. Entretanto, não podemos limitar nossa análise apenas aos aspectos políticos e militares; devemos buscar na fala dos indiciados e testemunhas, outros elementos relativos ao contexto social e econômico do Rio Grande do Norte de então e à possível disseminação de ideologias sociais de esquerda nas cidades do interior do Estado. Como forma de análise e ilustração achamos válida a transcrição de alguns depoimentos.

João Marinho César declarou que a revolta “(...) talvez tivesse sido liderada pelo partido que perdeu as últimas eleições.(...)”¹⁷⁸ Segundo Américo de Carvalho, o movimento “...parecia ter o duplo aspecto de comunismo e política ao mesmo tempo, por que enquanto pregava a doutrina rubra de extremismo procuravam se entender de preferência com os elementos derrotados nas últimas eleições.”¹⁷⁹ José Américo afirmou que “o movimento extremista era esperado no Estado logo depois da posse de Rafael Fernandes, pois o doutor Mário Câmara quando deixou o governo já ficou tudo preparado para rebentar no dia 5 ou 10 de dezembro ...” e que “...os partidários de Mário Câmara diziam que só com a revolta ficaria resolvida a política, e que os *aliancistas*, adversários do governo sabiam perfeitamente e esperavam o levante comunista.”¹⁸⁰

Além dos testemunhos acima transcritos, poderíamos elencar outros na qual o cerne do argumento era a vinculação da revolta comunista à derrota de Mário Câmara nas eleições de 1935¹⁸¹, causando uma grande perseguição aos *aliancistas*, considerados como os principais responsáveis e conseqüentemente beneficiários da revolta.

Parece-nos claro que, sobretudo no princípio da apuração das culpas dos envolvidos, houve uma tentativa por parte dos membros do Partido Popular em alijar ou partidários da Aliança Social da cena política do Estado, imputando-lhes a organização e participação na

¹⁷⁸TSN, processo n° 18 página 84.

¹⁷⁹Ibid. p. 53.

¹⁸⁰TSN, proc. n.º 32 p. 27.

¹⁸¹ Devido a carência de dados precisos torna-se difícil uma análise eleitoral mais precisa que indique os locais de influência dos partidos políticos potiguares e onde estes obtiveram maioria nas eleições. Sabe-se apenas que por ser um partido de base coronelista, o Partido Popular teria mais força no interior do Estado. Ver: MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930 - 1934)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Centro Gráfico do Senado federal, 1984. p. 130.

revolta. Esta foi percebida inclusive por membros do TSN responsáveis pelos inquéritos¹⁸². Com o passar do tempo, com o intuito de relacionar a revolta ao "extremismo", esta vinculação foi deixada de lado e a preocupação maior tornou-se a perseguição aos identificados como comunistas, sindicalistas e defensores de ideologias de esquerda.

Acreditamos, porém que a vinculação inicial da revolta, sobretudo nas cidades do interior, a derrota do ex-interventor nas eleições estaduais, possa estar ligada a fatores políticos específicos que podem ter contribuído com esta situação. Primeiramente devemos lembrar que a eleição para o governo do Rio Grande do Norte foi marcada por diversos atos de violência e intimidação¹⁸³. Após a divulgação do resultado final do pleito, ocorrida apenas em outubro de 1935, seguiram-se dois episódios que ajudaram a construir a relação entre a derrota eleitoral de Mário Câmara e revolta de novembro.

O primeiro episódio ocorreu após a posse de Rafael Fernandes em 29 de outubro de 1935, quando o "coronel" Baltazar Meirelles, membro da Aliança Social, apoiado por vários homens armados promoveu a ocupação de algumas cidades do interior do Estado num movimento que tinha como objetivo a deposição do governador eleito. Esta tentativa de golpe fora articulada a partir da expectativa de apoio federal a tomada de poder pelo partido do ex-interventor, fato que não foi concretizado. O movimento foi debelado pela força policial local apoiada por homens do "coronel" Dinarte Mariz e tropas enviadas pelo governador da Paraíba, Argemiro Figueiredo¹⁸⁴.

O segundo caso ocorreu no dia em que Mário Câmara deixou o Estado embarcando para o Rio de Janeiro onde assumiria o cargo de Delegado do Tesouro Brasileiro no exterior, indo posteriormente servir em Londres. No momento do embarque no cais Tavares de Lira, situado no bairro da Ribeira, havia a presença de diversos partidários do ex-interventor que se

¹⁸² O procurador do TSN Honorato Himalaya Vergolino, afirmou que se podia notar em alguns casos "um preconcebido propósito em apurar menos a responsabilidade dos que no Estado pertenciam a ANL, sob cuja bandeira se fizera a Insurreição, do que o de, sob a égide da reação ao comunismo, eliminar os vultos de maior valor no município, em oposição ao partido dominante no Estado e solidários ao Governo federal." TSN, proc. N.º 4 página 6, na denúncia do mesmo processo foi registrado pelas autoridades do TSN que "Houve rancor e interesse político partidário nas investigações policiais".

¹⁸³ Na campanha eleitoral ocorreram ataques a caravanas e comícios em algumas das cidades que seriam posteriormente ocupadas pelas colunas rebeldes como Baixa Verde, Ceará- Mirim, Macaíba, Goianinha e Santa Cruz. Sobre a campanha eleitoral ver: LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989.

¹⁸⁴ Ibid. p. 325.

dirigiram ao local para se despedir. O bairro era uma área de importante comércio, onde também se localizavam os melhores hotéis da cidade em que se hospedariam os convidados para a posse de Rafael Fernandes. Com a grande presença de rivais políticos no mesmo espaço, começaram a acontecer discussões e trocas de ofensas que culminaram em um conflito no Café Cova da Onça, conhecido reduto dos membros do Partido Popular¹⁸⁵, causando a morte de duas pessoas.

Estes dois casos de violência, ocasionados no período subsequente à definição das eleições no Rio Grande do Norte produziram, a convicção de que a revolta comunista era apenas mias um episódio relacionado às disputas políticas locais. Nas cidades ocupadas pelas colunas no interior do Estado, esta percepção foi potencializada pelo fato de que os rebeldes, em diversos momentos, buscaram contato com membros de destaque da Aliança Social, destituídos de suas funções por ocasião da posse de Rafael Fernandes. O posicionamento ao lado dos rebeldes, vistos nestes momentos como aliados de Mário Câmara, remeteria em diversas pessoas antigas fidelidades político-partidárias¹⁸⁶.

Quais seriam então os benefícios que poderiam advir do retorno de Mário Câmara ao poder? E como esta percepção pode ter motivado adesões às colunas rebeldes no interior do Estado?

O depoimento de sapateiro Paulo de Medeiros, vulgo Paulo do Ó, que se dizia simpatizante da ANL e integrou a Coluna Benildes Dantas, pode ser ilustrativo para esclarecermos as questões acima suscitadas. Em seu pronunciamento ele afirmou que:

Disseram-lhe que o movimento era muito bom! Luiz Varella, proprietário da Usina São Francisco, tomara conta da cidade, como operário não poderia deixar de participar. Era *aliancista*, por que Manuel Teixeira, chefe da aliança, prometera-lhe que quando a aliança vencesse ele deixaria de ser empregado para ser dono de oficina. A aliança tiraria dos ricos para dar aos pobres e o governo sustentaria quem não pudesse trabalhar¹⁸⁷.

¹⁸⁵LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p. 329.

¹⁸⁶ O réu Sebastião Félix de Araújo afirmou que somente participou da revolta por acreditar que era um movimento para recolocar Mário Câmara no poder. TSN, processo 4 página 487.

¹⁸⁷ Luiz Varella ocupou o cargo de prefeito da cidade de Baixa Verde durante a interventoria de Mário Câmara. TSN, processo 4 página

No depoimento de Paulo Medeiro, transparece em primeiro lugar uma confusão muito comum entre a Aliança Social e a ANL em virtude da oposição que ambas faziam ao governo do Estado¹⁸⁸, mas nele igualmente podemos verificar a expectativa de que o retorno ao poder de pessoas ligadas a Mário Câmara significaria uma mudança no quadro político local.

Como observamos anteriormente, a força política do Partido Popular residia no interior do Estado, onde prevaleciam as imposições das dominações de base coronelistas. Nas percepções daquelas comunidades a "política" representava sobretudo a dinâmica partidária estadual, estando ausentes as questões ligadas ao cenário nacional; neste sentido a vitória eleitoral de Rafael Fernandes seria o retorno das antigas oligarquias potiguares¹⁸⁹ que durante décadas perpetuaram-se no poder sem produzirem mudanças significativas para as populações locais.

O ex-interventor possuía duas características que poderiam ser benéficas na aproximação às populações do interior do Estado: o fato de ser oriundo de uma família tradicional do Rio Grande do Norte e ter sua base política em uma cidade interiorana¹⁹⁰, além de sua ligação partidária ao Partido Social Nacionalista (PSN), agremiação liderada por João Café Filho¹⁹¹.

A Aliança Social nascida da junção Partido Social-Democrático (PSD) de Mário Câmara com o PSN cafeísta, se intitulava uma agremiação popular aproximada aos sindicatos. O seu discurso procurava atingir o operariado e a baixa burguesia através da formulação de uma pauta mais sensível às reivindicações das classes trabalhadoras. Na outra ponta da disputa eleitoral, o Partido Popular fazia questão de se identificar com a elite econômica e social do Rio Grande do Norte, sua visão do povo enquadrava-se em modelos

¹⁸⁸VIANNA, Marly de Almeida *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.277.

¹⁸⁹ Sobre a evolução política e a atuação das oligarquias no Rio Grande do Norte ver: LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó; O Rio Grande do Norte na Velha República*. Natal: CCHLA, 1992.

¹⁹⁰ O pai do ex-interventor, Augusto Leopoldo de Câmara foi um político ligado à República oligárquica, quando exerceu os cargos de deputado federal pelo Rio Grande do Norte e vice-governador do Estado. A família de Mario Câmara tinha bases eleitorais na zona açucareira do município de Baixa Verde. LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p. 232.

¹⁹¹ Café Filho ajudou a organizar diversos sindicatos no Rio Grande do Norte e possuiu durante um período de divulgação de suas propostas denominado "O Jornal".

ruralistas e tradicionais de controle baseados na figura dos chefes-fazendeiros locais, sendo marcada por uma completa desvinculação aos anseios dos operários e trabalhadores urbanos¹⁹².

Estes fatores não foram suficientes para romper a dominação coronelista exercida pelo Partido Popular nas cidades do interior por ocasião das eleições estaduais, mas num momento de turbulência política e excepcionalidade, causados pela insurreição de novembro, podem ter permitido a alguns moradores a ousadia de romper com a dominação tradicionalmente exercida pelos coronéis, acreditando aqueles que o retorno do ex-interventor poderia produzir uma mudança concreta, além de impedir o retorno de uma política indesejada por muitos.

Deste modo a revolta de 1935 seria para muitos apenas outro episódio ligado ao contexto político local¹⁹³. Entretanto não podemos subestimar o fato de que a vinculação da revolta à política potiguar foi usada como estratégia de defesa por muitos indiciados, pois indubitavelmente era mais seguro se declarar membro ou simpatizante de um partido político local, ligado a um interventor nomeado pelo presidente da república e conseqüentemente defensor da ordem estabelecida, do que se apresentar com simpatizante do comunismo considerado como ideologia exógena e contrária à ordem vigente.

Além do elemento político-partidário, verificamos em alguns depoimentos a percepção da revolta como um possível mecanismo de ruptura da estrutura social estabelecida, possibilitando deste modo uma ascensão de seus participantes. Em determinados casos os que aderiam a revolta tiveram a preocupação de obter informações sobre a viabilidade e continuação do domínio rebelde¹⁹⁴ antes de tomarem parte na

¹⁹² Esta caracterização dos partidos políticos pode encontra-se LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p.284 e 285.

¹⁹³ Segundo o advogado de defesa Manuel Varela d' Albuquerque: "As populações das cidades do interior ignoravam a natureza da revolução. Pensava-se a princípio que se trata de um movimento puramente político, sem objetivos comunistas." TSN processo 4 p.729. A testemunha Francisco Justino de Sousa afirmou que "Houve neste movimento certa confusão, e que os que tomaram parte julgavam que se tratava de uma mudança política estadual e o fizeram por espírito político-partidário. TSN processo 4 p. 481.

¹⁹⁴ O réu Severino Carneiro de Mesquita afirmou que somente participou do movimento após ser convencido de que 14 Estados do país já se encontravam sob o controle dos revoltosos e que Luís Carlos Prestes e Hercolino Cascardo haviam assumido a chefia do governo central. TSN processo 4 p.153.

insurreição, o principal atrativo para estas pessoas eram as nomeações realizadas pelos rebeldes. O réu Joaquim Lins de Oliveira teria seguido para Natal para ingressar na revolta e depois retornar com "o braço cheio de galão"¹⁹⁵; José de Assis Bezerra, testemunha nos inquéritos, disse ter tido a consciência de que durante a vigência das colunas rebeldes, "... ocorreram nomeações que iam desde procurador da república à porteiro"¹⁹⁶. No município de Arez, Laura Lindalva de 19 anos, descrita no processo como uma moça pobre, foi nomeada por Pedro Hérmógenes como tesoureira da cidade¹⁹⁷.

A fidelidade ao movimento causada por esta perspectiva de ascensão, se oportunista ou sincera, traz em si a verificação de um quadro econômico local de precariedade, no qual as populações mais humildes eram sujeitas a diversas provações e dificuldades, muitos envolvidos justificaram a sua participação na insurreição por questões econômicas.

O desenvolvimento do Rio Grande do Norte era limitado pela baixa produtividade agrícola originada das graves secas¹⁹⁸, pelos métodos primitivos de produção, assim como pela insuficiência de créditos agrícolas, deficiência dos transportes, ausência de investimentos na área portuária e carência no ensino técnico-profissional.¹⁹⁹

O Estado apresentava altas taxas de mortalidade causadas pelo impaludismo, disenteria e tuberculose²⁰⁰. No censo realizado em 1940 foi verificado que das 180.171 moradias do Estado, apenas 31% eram de alvenaria, 7.513 possuíam iluminação elétrica, 3.021 água encanada e 1.277 instalações sanitárias²⁰¹. Outro dado social importante, a educação era igualmente vítima da falta de investimento e apresentava índices críticos. Pelos

¹⁹⁵ TSN processo 32 p. 34.

¹⁹⁶ Ibid.p. 34.

¹⁹⁷ Ibid.p. 97.

¹⁹⁸ A localização do Rio Grande do Norte no conhecido polígono das secas, trazia diversas dificuldades como diminuição demográfica e retardamento do desenvolvimento do Estado, mas por outro lado permitia a realização da atividade salineira na região da foz do Rio Mossoró até Touros onde se produz o sal regional de maior quantidade e qualidade. Ver: MARIZ, Marlene da Silva & SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2005. p. 212.

¹⁹⁹ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p.237.

²⁰⁰ Ibid. p. 239.

²⁰¹ *Recenseamento geral do Brasil*, parte VII Rio Grande do Norte p. 162.

dados estatísticos de 1940 na população com 5 anos de idade ou mais que perfazia um total de 642.374 apenas 174.083 sabiam ler e escrever²⁰².

Em termos econômicos, a década de 1930 foi marcada por uma conjuntura de recuperação do Rio Grande do Norte. Entre os anos de 1931 à 1941, o tesouro potiguar acumulou um grande déficit, causado por diversos fatores como a seca, a conjuntura conturbada na política nacional e local, além da êxodo de trabalhadores para outros Estados²⁰³.

A estagnação na agroindústria açucareira ocorrida no final do século XIX e início do XX havia gerado uma diversificação na economia potiguar que passou a investir na produção do sal, carnaúba, algodão e criação de gado²⁰⁴. Dentre itens o algodão viria a se constituir na principal fonte de rendas do Estado, e em decorrência deste fato houve um deslocamento do eixo do poder político para a região do Seridó, principal área produtora e base do Partido Popular, em detrimento do antigo centro de poder ligado à produção de açúcar nas cidades de Penha, Arez, Goianinha, São José do Mipibu e Ceará-Mirim que vivenciaram a diminuição de seu peso político e econômico²⁰⁵.

Em sua interventoria Mário Câmara buscou sanear a economia do Rio Grande do Norte²⁰⁶, neste intuito daria ênfase na cotonicultura, com o investimento na pesquisa em sementes, concessão de créditos aos produtores, implementando ainda a divisão da produção em cinco zonas onde cada variedade de algodão se desenvolveria melhor²⁰⁷.

As medidas implementadas pelo interventor somadas ao aumento da demanda externa por algodão, de países como a Inglaterra e Alemanha que vivenciavam um momento de

²⁰² *Recenseamento geral do Brasil*, parte VII Rio Grande do Norte. p. 55.

²⁰³ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro, Achime, 1982. p. 427 e 429. De acordo com Robert Levine das terras potiguares, apenas 19% podiam ser consideradas férteis. Ver: LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.75.

²⁰⁴ TAKEYA, Denise Monteiro e LIMA, Hermano Machado Ferreira. *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte (1982-1930)*. Natal: Editora Universitária, 1987.p. 14.

²⁰⁵ TAKEYA, Denise Monteiro e LIMA, Hermano Machado Ferreira. *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte (1982-1930)*. Natal: Editora Universitária, 1987.p. 19.

²⁰⁶ CASCUDO, op.cit., nota 203 p. 427 e 429.

²⁰⁷ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p.244.

recuperação econômica; produziram um crescimento na produção do algodão, mas este foi alcançado, sobretudo através do incremento na área produtiva, sem que fossem realizados avanços nas técnicas de produção²⁰⁸.

A recuperação econômica realizada na interventoria de Mário Câmara, serviu para diminuir as dificuldades orçamentárias do Estado, mas não produziram uma melhoria significativa na condição social dos moradores mais pobres do Rio Grande do Norte²⁰⁹.

Pela leitura dos processos verificamos que vários indiciados receberam ou tiveram a promessa de receber quantias em dinheiro pela sua atuação. Naquelas comunidades agrárias, estas promessas devem ter motivado muitas adesões. O réu Aluísio Torquato Gomes, jornaleiro da cidade de Arez, afirmou ter cooperado com os rebeldes em troca de um salário de 10 mil réis por dia, por se achar em dificuldades financeiras²¹⁰. O réu Teófilo Nicácio da Silva afirmou que aderiu a revolta em razão do boato que se espalhou em Ceará-mirim, de que os que participassem do movimento receberiam dinheiro do Comitê Revolucionário; o indiciado declarou que necessitava do dinheiro para sustentar a família²¹¹.

Estas alegações justificadas por questões econômicas podem trazer em seu bojo aspirações mais amplas de uma mudança ou equidade social, ou terem sido causadas por interesses momentâneos e oportunistas. Neste sentido a realização dos saques em dinheiro ou em mercadorias insere-se nas motivações que podem ser extraídas da esfera econômica.

Em nossa análise a pergunta que se faz necessária é até que ponto a participação nos saques envolveria apenas uma egoística intenção de se apoderar do alheio, ou seria causada por uma expectativa de alguma forma de distribuição de riquezas deveria ser realizada em prol dos menos favorecidos.

Os saques foram realizados inicialmente como forma de prover o movimento insurrecional de recursos que este necessitava para a sua manutenção. O ataque a agências

²⁰⁸ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p. 250.

²⁰⁹ A precariedade das condições de algumas comunidades ocupadas pelos rebeldes foi reconhecida inclusive por elementos ligados à repressão ao movimento. Um procurador do TSN afirmou “É de se lamentar a situação de penúria desta gente.” TSN proc. n°18 p. 101.

²¹⁰ TSN processo n° 32 p. 45.

²¹¹ TSN processo n° 4 p. 575.

bancárias, recebedorias públicas e prefeituras, dotou os rebeldes de capital que poderia ser usado na obtenção de materiais, utilizados na consolidação do poder dos insurretos e na expansão do movimento. Do mesmo modo, a requisição de automóveis e caminhões, insere-se numa estratégia de irradiação da revolta, que fora realizada através das estradas do Rio Grande do Norte. Mas o que teria motivado a requisição dos outros produtos?

Durante a atuação do Tenente Uns em Baixa Verde, sacos de açúcar bruto foram distribuídos à população local, nesta mesma cidade houve ainda a distribuição ao povo, de abacaxis requisitados em uma fazenda local²¹².

A distribuição de gêneros alimentícios pode ter sido motivada, pela tentativa dos rebeldes de conquistar a simpatia das parcelas mais humildes das cidades ocupadas, em relação ao movimento. Pode ainda estar implícita nesta prática uma perspectiva maior de distribuição de riquezas, sentimento gerado certamente pelo entendimento das dificuldades econômicas daqueles moradores. Neste sentido a atuação deles aproximar-se-ia do modelo de práticas que se esperaria em movimento pautado em ideais de justiça social.

Contudo, em diversos momentos os saques e requisições saíram do controle dos rebeldes, em bares e padarias muitos se aproveitaram da ocupação para comer e beber sem pagar. Uma testemunha afirmou que um dos saqueadores justificou os saques dizendo que "(...) tudo isso é nosso, não se paga mais impostos, tudo é da ANL, tudo é do comunismo"²¹³. Haveria alguma forma de coibir estas ações? Até que ponto estes atos foram tolerados pelos insurretos?

Não podemos afirmar que os insurretos incentivaram estes atos, sabemos apenas que foram emitidas ordens para que os comerciantes mantivessem seus estabelecimentos abertos, e atendessem a população, evitando escassez de víveres e outras dificuldades, aqueles que se negaram a cumprir estas diretrizes foram convocados a prestar esclarecimentos aos líderes das colunas. O medo do saque e depredações em alguns casos prevaleceu sobre estas ordens, algumas lojas que permaneceram trancadas foram arrombadas e tiveram seus produtos subtraídos.

Em diversos momentos, utensílios e materiais como redes de dormir, varas de pescar e sacos de cimento foram requisitados pelos insurretos e distribuídos às populações. Estes gêneros que podem ser considerados utilitários seriam facilmente explicáveis no contexto de uma revolta

²¹²TSN processo n° 4 p. 50.

²¹³ TSN processo 32 p. 19.

de cunho social, entretanto aparecem nas listas dos autos de apreensão de mercadorias realizados pelas polícias locais, outros produtos como chapéus, meias femininas de seda, gravatas, sabonetes e tecidos finos. O que motivaria a aquisição destes produtos?

A explicação mais imediata seria a de que estes teriam sido retidos pelos populares por motivações puramente materialistas, mas, podemos ainda pensar que a sua posse pode significar uma ideia de "direito" subjetivo a que aquelas populações mais humildes poderiam recorrer, um entendimento talvez intemalizado de que artigos mais sofisticados não deveriam estar restritos apenas aos indivíduos mais abastados das comunidades locais.

Um exercício interessante de análise e abstração seria imaginarmos o efeito da posse daqueles produtos entre diversos elementos das populações das localidades ocupadas pelos rebeldes. Como afirmamos em alguns momentos, aquelas comunidades eram marcadas pela presença de indivíduos que seguramente atravessavam dificuldades financeiras e salvo alguma eventualidade positiva, jamais teriam acesso a itens que no imaginário coletivo estariam associados a sinais de distinção e prestígio. Poderíamos negligenciar este sentimento na explicação dos motivos da adesão ao movimento insurrecional?

A aproximação dos populares que se conjugaram aos insurretos na realização dos saques possibilita uma série de outras reflexões. Um destes teria afirmado que "(...) tinha chegado o seu momento de ser feliz."²¹⁴ Neste contexto, nos perguntaremos qual seria o sentido desta felicidade; ela poderia estar relacionada a um ideal de consumo sem custos e sacio de necessidades materiais imediatas como alimentação, vestuário, trabalho e moradia, ou mesmo, o acesso a outras formas de realização aproximadas a um gosto ou hábitos elitistas.

O consumo deve então ser entendido como algo mais do que um simples exercício de gastos, um fator que pode gerar bem-estar, relacionando-se ainda a busca pela distinção²¹⁵. Deste modo além de satisfazer as necessidades materiais, o consumo e a posse de artigos sofisticados articula-se a uma visão mais completa sobre inserção social do indivíduo e a forma como ele enxergava a sua própria realidade.

No final da revolta, muitos do que participaram dos saques ou tinham a posse de dinheiro fornecido pelos rebeldes, preferiram entregar voluntariamente os produtos ou quantias às forças

²¹⁴TSN processo 18 página 73.

²¹⁵ CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p.60 e 63.

policiais²¹⁶, tentando desta maneira angariar a simpatia das autoridades responsáveis pela repressão, descaracterizando qualquer tipo de ligação ideológica ao movimento. Era preferível naquele contexto ser acusado de saqueador do que de comunista ou extremista.

A mesma dificuldade social que aparecia como causa da adesão à revolta passou a ser utilizada como argumento de defesa pelos indiciados. O agricultor Antônio Sabino de Oliveira alegou que apenas estava com os rebeldes porque precisava de carona para seguir até Natal, e quando estes lhe perguntaram se teria coragem para pegar em armas, teria respondido que "... tinha coragem de trabalhar para sustentar os filhos...", quando arguido pelas autoridades a respeito do lenço vermelho encontrado consigo no momento em que foi preso, alegou que este foi encontrado na estrada²¹⁷.

Os argumentos utilizados pela defesa de Pedro Hermógenes são ilustrativos para observarmos esta tática de desvinculação ideológica dos participantes que alegavam enfrentar dificuldades sociais. Segundo seu advogado:

Pedro Hermógenes da Cunha, acusado de ter chefiado o movimento neste município, pelas testemunhas arroladas nestas diligências, que tudo adiantaram de ouvir dizer, não passa de um infeliz obreiro que trabalha de sol a sol, conhecendo apenas o cabo da enxada com a qual ganha o insuficiente para se manter e a uma prole rota e esfarrapada dormindo quase ao relento. Esse infeliz jornalista não conhece o que seja o comunismo, não sabia ao menos do que se tratava, portanto como podia ter assumido a chefia da Revolução em Arez? Se isso tivesse acontecido ninguém lho teria obedecido em virtude de seu estado de analfabeto, sem nenhuma personalidade, ou força moral para representar uma autoridade.²¹⁸

Outro advogado de defesa afirmou que aqueles que participaram dos saques eram "...homens rústicos, afeitos ao amanho da terra, matutos ignorantes, receosos dos perigos que os ameaçavam e que não podiam proceder diferentemente em face da situação em que foram colocados naquele momento."²¹⁹

O baixo grau de escolaridade e a condição de inserção na sociedade na condição de trabalhadores braçais seriam deste modo impeditivos a participação consciente na revolta, consolidava-se desta forma a visão do comunista como defensor de ideologias exóticas/ exógenas

²¹⁶VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p 269.

²¹⁷TSN processo 32 p. 38.

²¹⁸Ibid. 213.

²¹⁹TSN processo 4 p. 488.

contrárias aos valores sociais como o trabalho²²⁰.

1.1.1 Motivações ideológicas

Um dos objetivos expressos neste trabalho é a tentativa de buscar nas localidades ocupadas pelos rebeldes alguma identificação de caráter ideológico que aproximasse os insurretos aos habitantes locais.

A revolta do Rio Grande do Norte foi marcada pela confluência de diversos fatores que agiram como forças catalisadoras ou que geraram distanciamento e críticas ao movimento. Uniram-se na revolta as propostas e anseios dos militares do 21º BC, membros do PCB, elementos ligados a ANL e sindicatos locais e moradores das cidades ocupadas durante o movimento. O amálgama de tão diversos interesses e aspirações, não teria sido uma obra fácil e se de fato chegou a ocorrer, foi dificultada por dois fatores, quais sejam a curta duração do movimento insurrecional, que em algumas cidades estendeu-se por poucas horas, e o distanciamento do Rio Grande do Norte dos debates políticos realizados nos grandes centros brasileiros daquele período. Como observamos anteriormente; para as populações do interior do Estado, a política era sobretudo a dinâmica partidária local, deste modo acreditamos que a divulgação das propostas da ANL e do PCB foram dificultadas por este distanciamento e pelo baixo nível de escolaridade da população.

Nos relatos que verificamos, emergem uma série de informações que tanto apontam para um desconhecimento/confusão das motivações da revolta, quanto em alguns momentos aproximam-se das propostas do movimento de mudança política e equidade social.

O estivador Amaro Nascimento da Silva declarou que "... entrara na para ajudar a Marinha e caso soubesse que o ministro não apoiava não teria participado."²²¹ Paulo de Medeiros teria garantido aos populares que o governo Vargas estava apoiando a revolução.²²² Segundo a testemunha Antônio Justino de Souza um dos rebeldes teria informado que "...o movimento era

²²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. *Passim*.

²²¹ TSN processo 4p. 302.

²²² TSN processo 4p. 278.

chefiado por Luís Carlos Prestes para implantar a bandeira encarnada e que ora em diante os operários trabalhariam nas propriedades dos ricos independentemente de comprarem arrendamento."²²³

Em relação à ligação da revolta ao governo Vargas ou a uma participação institucional das forças armadas uma questão inicial importante é que a revolta parecia para muitos um movimento articulado para promover a volta ao poder de Mário Câmara, representante do presidente da república no Rio Grande do Norte. Outro ponto a ser destacado é que a insurreição iniciou-se no 21º BC e teve grande participação de seus membros; os elementos civis que posteriormente aderiam ao movimento, receberam fardamento atendendo a uma determinação do Comitê Revolucionário²²⁴. A presença de soldados e civis armados provavelmente favoreceu a identificação da revolta com um possível apoio de Vargas.

Devemos dimensionar neste momento qual seria a inserção das propostas do PCB e da ANL, assim como o entendimento que poderia existir da importância política de Luís Carlos Prestes, no interior do Rio Grande do Norte.

A reconstrução da história do PCB no território potiguar é uma tarefa difícil de ser realizada, devido à falta de dados e documentos que registrem os primeiros dias do partido naquele Estado. O PCB foi fundado no Rio Grande do Norte, em 1926, a partir da atuação de um grupo de sapateiros liderados por José Praxedes que assumiria na revolta de 35 o cargo de secretário de abastecimento no Comitê Revolucionário.

A divulgação das ideias do partido era limitada por alguns fatores como a pouca disponibilidade de livros que pudessem auxiliar na formação intelectual e ideológica de seus quadros²²⁵, a repressão policial que impunha diversas restrições aos membros do partido, além do reduzido número de fábricas e conseqüentemente de operários no território potiguar. A principal inserção do PCB naquele período era nos sindicatos potiguares destacando-se os dois maiores do Estado, localizados em Natal (estivadores) e Mossoró (salineiros).

A partir da década de 1930, o PCB potiguar estreitou laços com o diretório central do partido sediado no Rio de Janeiro. Esta aproximação tinha por objetivo criar um plano único para uma possível revolta nacional. Neste intuito uma das determinações foi o recrutamento de

²²³TSN processo 4p. 149.

²²⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 253.

²²⁵ MARIZ, Marlene da Silva & SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2005. p.298.

novos membros dentre os militares do 21º BC, tarefa realizada pelos capitães do 29ºBC Silas Meireles e Otacílio Lima que estiveram nem Natal no ano de 1935 quando obtiveram a adesão de soldados e oficiais subalternos²²⁶.

A atuação do partido não era restrita apenas aos sindicatos e ao 21º BC, no interior do Estado, era desenvolvida um trabalho de conscientização sendo criados grupos como o sindicato camponês na Várzea do Açú, que defendia a reforma agrária²²⁷. Por ocasião das estiagens, esta atuação suscitou apreensão nas autoridades que temiam que os efeitos sociais e econômicos da seca pudessem aumentar o raio de ação dos comunistas²²⁸.

Nas eleições de 1935 o PCB potiguar encontrava-se na ilegalidade, mas concorreu às eleições estaduais por uma agremiação partidária de fachada de nome Partido União Operária e Camponesa do Brasil²²⁹ que obteve inexpressiva votação. Neste mesmo ano o partido envolveu-se em dois episódios locais de grande repercussão no país: a greve da Great Western e guerrilha na Várzea do Açú.

A greve dos funcionários da Great Western paralisou a ferrovia de Alagoas ao Rio Grande do Norte. Em território norte-rio-grandense o movimento grevista foi comandado pelo motorista Epifânio Guilhermino que era membro do PCB, sendo procedida de outras paralisações nos sindicatos dos salineiros de Mossoró e Natal. A direção do partido considerou aquele momento de movimentação sindical como um sintoma do amadurecimento ideológico do povo.²³⁰

A guerrilha do Açú (1935-1936)²³¹, decidida numa reunião convocada pela direção pecebista em Mossoró, irrompeu logo após o final da greve da Great Western e teve irradiação em algumas localidades do interior do Estado. O grupo de guerrilheiros liderado pelo comunista Manuel Torquato era considerado pelo partido como parte dos preparativos para o levante

²²⁶ COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p.63.

²²⁷ LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.163.

²²⁸ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989. p. 77.

²²⁹ Ibid. p. 285.

²³⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p 247.

²³¹ A Várzea do Açú localiza-se no Oeste do Rio Grande do Norte, a atuação dos guerrilheiros desenvolveu-se nas localidades de Açú, Mossoró, Angicos, Santana dos Matos e Macau.

nacional.²³² Dentre seus diversos atos, os guerrilheiros invadiram fazendas onde além de buscarem víveres e recursos, tentavam arregimentar novos integrantes dentre os trabalhadores rurais; realizaram também comícios não somente nas fazendas ocupadas, onde solicitavam dinheiro para a aquisição de material bélico²³³.

Acreditamos que apesar das dificuldades estruturais e da falta de recursos, o PCB do Rio Grande do Norte conseguia atuar no Estado, realizando atos que seguramente tiveram repercussão nos municípios do interior. Mas teriam sido estas ações suficientes para que a bandeira comunista promovesse adesões à revolta naquelas localidades?

Um dado importante que deve ser analisado é o quantitativo de membros do PCB dentro os que foram indiciados pela participação nas colunas rebeldes. Ao final do levante os órgãos de repressão realizaram uma busca nos arquivos do partido, foram então catalogadas 283 fichas²³⁴ com informações sobre os pecebistas. Estas fichas foram confeccionadas com materiais obtidos nas sedes do partido localizadas nas cidades de Natal, Macau e Macaíba, e nelas temos uma composição profissional variada, onde a maior parte dos listados exerciam atividades de baixa escolaridade como pescadores, salineiros, pedreiros, sapateiros etc.

A maioria dos fichados possuía residência em Natal e nas cidades de Macau e Areia Branca, estas duas últimas seriam, conforme afirmou José Praxedes, pontos onde o PCB possuía núcleos organizados nas atividades extrativas nos carnaubais²³⁵.

Dentre os fichados, sete eram integrantes das colunas rebeldes e destes apenas um era morador de São José do Mipibu, uma das cidades ocupadas durante a revolta. Quanto aos demais, sua adesão às colunas ocorreu em Natal de onde partiram com os grupos que realizaram ações nos municípios ocupados. Nas fichas temos ainda a presença de cinco pessoas que embora não tivessem participado das colunas eram moradores do interior, residindo nas cidades de Macaíba, São José do Mipibu e Ceará - Mirim.

Em princípio, este reduzido número de membros do PCB nas cidades do interior poderia ser indicativo de que não houvesse uma divulgação de ideias comunistas naquela região, mas acreditamos que seria no mínimo arriscado descartar a presença partido nas áreas interioranas

²³² COSTA, op. cit., nota 226 p. 71.

²³³ COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p.72.

²³⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte.

²³⁵ OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, 1985, Editora Alfa-Ômega. p.73

com base apenas no número dos efetivamente participaram da revolta. Devemos ressaltar ainda o fato de que uma das sedes do PCB localizava em Macaíba cidade que como observamos no capítulo anterior, foi ocupada pela coluna Wanderley durante a insurreição.

A atividade do partido na formação de sindicatos rurais e sua atuação na guerrilha do Açu podem ser ainda indicativas de que havia um grau de penetração da ideologia comunista no interior. Torna-se entanto difícil de averiguar o nível desta inserção, devido à falta de registros consistentes sobre as cidades do interior potiguar tanto na documentação analisada, quanto na bibliografia acerca do tema.

Em relação à ANL pairam as mesmas dificuldades de verificação de dados, em razão da ausência de documentos ou trabalhos sobre a entidade no Rio Grande do Norte. De acordo com Robert Levine, a ANL²³⁶ potiguar foi fundada em abril de 1935, funcionando numa loja comercial em Natal. Em sua curta existência não conseguiu obter o crescimento verificado em outras capitais do país atraindo a atenção de poucas dezenas de pessoas.²³⁷

Organizada como um partido de oposição, a ANL atacava as duas facções políticas em luta (Aliança Social e Partido Popular)²³⁸ posicionando-se como uma alternativa ao conservadorismo político dos grupos majoritários. Dentro do 21° BC a célula da ANL era composta por 27 membros em geral soldados, cabos e sargentos²³⁹, que tiveram forte presença entre os indiciados pela atuação nas colunas rebeldes.

O Partido foi posto na ilegalidade em 11 de julho de 1935, e seus núcleos que continuaram a atuar eram ligados ao PCB e 21°BC. O nome da organização esteve presente em diversos panfletos distribuídos às populações do interior durante a insurreição de novembro, e em prol do partido muitos alegaram que fora realizado movimento.²⁴⁰

Acreditamos que mesmo tendo uma existência breve e oficialmente ter conseguido um número reduzido de adeptos, a ANL possa ser considerada um vetor de atração ao movimento

²³⁶Um fato interessante a ser observado é que o presidente nacional da ANL era comandante Herculino Cascardo, que atuou durante anos de julho de 1931 a fevereiro de 1932 como interventor estadual no Rio Grande do Norte. Sua interventoria foi marcada pela realização de obras e projetos que agradaram a muitos moradores daquele Estado.

²³⁷ LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p 163.

²³⁸COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p. 66.

²³⁹ LEVINE, op. cit., nota 237, p. 163.

²⁴⁰ COSTA, op. cit., nota 238, p. 66.

insurrecional, mesmo nas cidades do interior do Estado, a atuação da entidade não pode ser considerada desprezível no contexto potiguar, pois as suas bandeiras de mudanças sociais e, sobretudo a defesa da reforma agrária nas áreas rurais do Estado, certamente produziram pontos de ligação com os objetivos das populações locais

Outro vetor simbólico importante como destacamos, foi a utilização do nome do ex-capitão e líder comunista Luís Carlos Prestes como comandante da revolta. Prestes fora líder de um importante episódio da história política brasileira, quando atuou junto a Miguel Costa a frente de uma coluna, que percorreu algumas regiões do país lutando e vencendo as tropas do governo antes de seus integrantes partirem para o exílio em países da América do Sul. Esta coluna estava conectada ao movimento tenentista em cujos participantes uma parcela da população depositava as mais altas expectativas por considerá-los defensores de projetos reformistas e moralizadores, que poderiam reconstruir a república brasileira, vista em diversos momentos como uma instituição marcada pela corrupção e mandonismo.

Em Prestes estariam presentes a aura de heroísmo da Coluna e ideais reformistas dos tenentes, somadas a uma faceta nova obtida após a “conversão” do ex-militar ao comunismo, que seria a da busca pela igualdade social. A soma de todos estes fatores tornaram-no uma importante peça simbólica no jogo da busca de adesões e de estabelecimento de uma coesão interna no movimento insurrecional de 35.

A explicação para a aproximação simbólica entre os vetores de informação (PCB, ANL e Luís Carlos Prestes) com as populações do interior podem ser buscados nos conceitos de representação e identidades na perspectiva proposta pela cultura política²⁴¹. Temos alguns sentimentos e ideias que agem como construtores de afinidades, sendo igualmente importantes os eventos e ações que se cristalizam no imaginário, produzindo uma conexão com o passado.

No aspecto imagético, acreditamos que determinados símbolos, podem ter contribuído no estabelecimento de uma ligação sentimental, entre os insurretos e as populações locais.

²⁴¹ O conceito de cultura política desenvolvido na década de 1950 pelos pesquisadores americanos Gabriel A. Almond e Sidney Verba pode ser considerada uma ferramenta analítica importante para o entendimento de fenômenos e ações políticas e sociais. Berstein um dos expoentes desta teoria, propõe o que seja mapeados os comportamentos políticos a partir da utilização dos conceitos de representação onde se conjugariam tradições, ideologias construindo uma visão plural dos acontecimentos, e identidades que seriam fundamentadas em conjuntos de referências e valores, baseados em pontos em comum (símbolos, acontecimentos etc.) . BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editoria Estampa, 1998.

Um exemplo deste simbolismo foi a atitude de alguns ingressos nas colunas de utilizarem panos vermelhos amarrados aos braços ou às armas que portavam, demonstrando uma forma de adesão ao movimento insurrecional.

Não advogamos aqueles que efetuaram o gesto acima mencionado, uma plena concepção dos ideais comunistas, mas também não acreditamos que este se dera por uma simples mimetização de atitudes observadas pelos rebeldes nos membros originais das colunas rebeldes. Em nosso entendimento a utilização dos tecidos encarnados, pode ser uma forma até mesmo subliminar de demonstrar que dentre aqueles que aderiram voluntariamente à revolta, alguns a tenham realizado por uma ligação que teriam estabelecido com o vermelho (comunismo) no momento em que buscavam motivos para se engajarem na luta.

Um aspecto que devemos destacar no aspecto das identidades seria a concepção de Berstein de que estas assim como a própria cultura política são igualmente construídas através de uma leitura em comum do passado com uma projeção para o futuro.

Acreditamos que não seria prudente afirmarmos que houve, a partir da junção de indivíduos provenientes de realidades distintas, uma rápida e instantânea conjugação de interesses, o que daria ao aspecto visão do passado um caráter homogêneo, mas parece-nos possível pensar que o baixo escalonamento social poderia ter ajudado a estabelecer laços de solidariedade, que poderiam ser buscados num passado em comum de exploração e exclusão.

No que concerne ao nosso trabalho, o segundo aspecto, a projeção para o futuro talvez seja o mais promissor quanto às possibilidades de análise. Da mesma forma que o “aspecto” passado, o futuro ou a sua projeção não teriam um caráter único e envolveria percepções distintas (pessoais ou de grupo) entre os participantes das colunas rebeldes.

Um ponto em comum nessa projeção do futuro seria indubitavelmente o aspecto igualitário, ou dentro das possibilidades que se apresentavam, de menos exploração. Deste modo, um fator de aglutinação era a ideia de que o movimento insurrecional teria a capacidade de produzir uma sociedade mais justa na qual aqueles que eram acostumados a humilhações e a viverem sob o julgo de coronéis e elites locais, poderiam ter expressados seus desejos e sentimentos. Não acreditamos que sejam desprezíveis estes aspectos nas explicações da adesão popular ao movimento insurrecional, mas cumpre-nos estabelecer uma forma pela qual esta projeção possa ter se estruturado.

Dentro da perspectiva de criação de identidade, outro fator que merece destaque, foi a divulgação dos objetivos do movimento insurrecional através de vulgatas divulgadas às populações das cidades atacadas, que funcionariam como uma “carta de intenção” atraindo novos simpatizantes às colunas. Ora, à parte a dificuldade prática desta forma de

comunicação, devido, sobretudo ao baixo grau de escolaridade da população do Rio Grande do Norte, acreditamos que em determinados casos ela possa ter logrado êxito e atraído a atenção de indivíduos que identificaram, naquelas vulgatas distribuídas, pontos de conexão com suas próprias ideias e objetivos.

Dentro desta propaganda, a forma mais eficiente de buscar a atenção através do apontamento de questões que pudessem estar relacionadas ao contexto econômico e social potiguar. Neste aspecto um elemento que chama atenção nos dados estatísticos sobre o Rio Grande do Norte é a importância das atividades relacionadas à terra sobre a economia local. Nos dados verificados no censo demográfico de 1940, constatamos que a maioria da população economicamente ativa exercia como ofício e tinha como base do sustento, a agricultura, a pecuária e silvicultura num total de 212.084 pessoas²⁴². Deste quantitativo apenas 5.856 declaram-se empregadores, enquanto somente 156 tinham uma contribuição para a previdência²⁴³.

Deste modo tínhamos uma grande parcela da população potiguar dependendo diretamente das vicissitudes da natureza para obterem o seu sustento. Verificamos nos mesmos dados demográficos que em todas as cidades ocupadas pelas colunas rebeldes, atividades econômicas mencionadas eram as mais exercidas pelas populações locais. Neste sentido, a fala dos rebeldes através de seus discursos e panfletos buscava apresentar uma resposta para a questão da distribuição da terra.

Num dos panfletos distribuídos às populações do interior, intitulado "Ao povo", constam os seguintes dizeres:

Pão, Terra e Liberdade é nosso lema. É o nosso lema. É a vitória do socialismo sobre a decantada liberal-democracia, é a vitória da Aliança Nacional Libertadora, é a vitória de Carlos Prestes, é a vitória do mais fraco, que nunca teve direito! Direito ao que é seu, usurpado pelo mais forte, direito ao Pão com suficiência, direito às Terras, direito à Liberdade.

As propostas identificadas neste panfleto, distribuído e lido pelos rebeldes nas cidades do interior, estabelecem uma clara proposta de equidade social. Uma conclamação a que não fossem realizadas práticas distributivas e paternalistas, mas ao entendimento de que a terra, o

²⁴² *Recenseamento geral do Brasil*, parte VII Rio Grande do Norte, p 36.

²⁴³ *Ibid.* p. 6.

pão e a liberdade não deveriam ser vistos como uma concessão do Estado ou dos poderosos locais, mas sim como direitos usurpados os quais os rebeldes declaravam-se como portadores, propondo assim uma nova configuração da realidade social.

As bandeiras levantadas pelos diferentes grupos atraíram olhares distintos, que estabeleceram seu foco de acordo com objetivos e pontos de vista pessoais. O uso de um forte simbolismo talvez tenha sido o ponto de partida para um projeto inacabado de consolidação da revolta.

No tocante ao campo simbólico, como afirmamos anteriormente determinados elementos identificados como comunismo e utilizados pelos rebeldes, poderiam sem enquadrados nesta categoria; na mesma linha de possibilidades estariam outros dois símbolos de forte conotação política: a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e Luís Carlos Prestes.

Na aceção da cultura política a maturação produzida pela atuação do tempo seria um elemento que solidificaria as impressões sobre os fatos²⁴⁴. Neste contexto, podemos delimitar que entre o fim da coluna Prestes e do tenentismo na década de 20 e a eclosão das insurreições de 35, passaram-se poucos anos, que poderiam ser insuficientes para cimentar determinados conceitos e ideias. Mas pensando num sentido inverso, este pequeno lapso temporal entre os eventos citados poderia ter atuado de maneira favorável aos rebeldes, pois ainda estariam presentes nas memórias de muitos, determinados fatos capazes de produzirem afinidades e laços de solidariedade com a revolta.

Devemos ter em mente que na concepção de Berstein, uma cultura política deve ter em sua constituição e divulgação, os chamados vetores ou canais de integração, que seriam os mesmos utilizados na socialização política tradicional (família, escola, universidades, exército etc.). Relativo ao Rio Grande do Norte, devido a já mencionada questão da escolaridade da população local, acreditamos que os principais vetores tenham sido aqueles que agiriam sobre o aspecto emocional, enquadrando-se nesta categoria as solidariedades construídas entre os militares do 21º BC, assim como entre elementos dos sindicatos potiguares.

No campo ideológico uma conjugação das propostas da insurreição com os objetivos dos moradores do interior potiguar, provavelmente pode ser encontrada nas propostas do

²⁴⁴De acordo com o autor o transcurso de duas gerações seria o tempo mínimo para que algumas concepções fossem assimiladas. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.p.356.

movimento de partilha da terra e igualdade social. Haveria assim uma sensação latente naquelas pessoas de que eram vítimas de uma forte injustiça social.

Contudo a apreensão deste sentimento de injustiça somente pode ser realizada se retornarmos nosso olhar ao contexto específico daquelas comunidades. Os dados sociais levantados apontam na direção da existência de uma grande número de indivíduos que viviam em situação de dificuldade econômica, sujeitos às vicissitudes do clima e distantes de quaisquer políticas de inclusão e benefício social.

A aproximação ideológica que procuramos teria sido menos passível de ocorrer se atentarmos apenas a fatores educacionais ou políticos. Deste modo acreditamos que os aspectos econômico e social sejam os que mais chances tiveram de terem conseguido efetivar uma conexão de objetivos.

Em um contexto social de exclusão, mesmo ausentes aspectos mais formais e sofisticados de apreensão da realidade, as pessoas mais humildes possuem mecanismos próprios para entenderem os abusos e privações aos quais estão sujeitas. Um sentimento internalizado de injustiça pode manifestar-se em relação a diversos aspectos de uma sociedade, mas em nosso entendimento os que mais se enquadram no contexto potiguar seriam a concepção da ausência de uma contrapartida por parte das autoridades e o sentimento de injustiça causado pela desigualdade social²⁴⁵.

Os governantes, via de regra, estão presos a algumas obrigações, dentre as quais sobressaem a necessidade de garantir a proteção e manter a ordem social, além de contribuir para a segurança material dos governados²⁴⁶. O último item listado relativo a segurança material e por conseguinte ao desenvolvimento econômico da população, indubitavelmente era o mais negligenciado pelo governo potiguar, sendo desta forma aquele que mais suscitava um sentimento de indignação moral e injustiça.

Esta situação de crítica ao não cumprimento por parte do Estado de suas obrigação encontrava-se em estado de latência, mas era constantemente alimentado em situações de

²⁴⁵ Um importante exemplo de trabalho sobre os sentimentos de injustiça e os motivos que podem conduzir a rebeldia contra situações de opressão social e política encontra-se em MOORE, Barrington. *Injustiças- as base sociais da revolta e da obediência*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.

²⁴⁶ *Ibid.* p. 44.

emergência e carestia, como as frequentes secas que assolavam o Rio Grande do Norte, que davam um peso moral maior a toda forma de protesto decorrente daquela situação²⁴⁷.

Para as populações do interior, o fardo dos anos de abandono e descumprimento pelo Estado de suas obrigações básicas era uma situação que lhes causava extrema indignação, contanto tinham que se conformar dada a ausência de possibilidades concretas de transformação positiva. Neste ponto o discurso dos rebeldes de ruptura da ordem vigente possuía um grande poder de atração, passível de impelir diversas pessoas a aderirem à revolta.

Os rebeldes seriam assim vistos como redentores e promotores de um novo arranjo político e social. É importante assinalarmos que nas cidades ocupadas em diversos momentos os prefeitos indicados pelo governador Rafael Fernandes, foram convocados pelos líderes das colunas rebeldes a prestarem contas de sua administração, algo que se tornava virtualmente impossível num contexto de normalidade política, tornando-se este ato um ponto de ruptura decisivo aos que viam a representação política formal como instrumento incapaz de promover o bem social.

O outro ponto que assinalamos, relativo ao sentimento de injustiça causado pela desigualdade, igualmente pode ser percebido com um fator de aproximação ao discurso rebelde. Ora a desigualdade quando redundava em bem estar para a maioria é de certo modo tolerada²⁴⁸, pois se espera que sempre haja uma lei de distribuição que no mínimo amenize a situação de dificuldade material a qual muitos estariam submetidos. Nas comunidades ocupadas pelos rebeldes, esta distribuição mínima da riqueza dificilmente deveria ocorrer, pois algo que transparece nos processos analisados é um contexto de carência material que era contratada pela presença de poucos oligarcas cujos gastos deveriam ser um motivo silencioso de indignação.

O discurso defendido pelos rebeldes de distribuição da terra e das riquezas provavelmente teve mais ressonância naquelas comunidades do que a pregação pela mudança política feita com bases em uma ideologia complexa e difícil de ser explicada em tão curto espaço de tempo. A distribuição de alimentos, produtos e dinheiro às populações locais, pode ter produzido a percepção de que além de não ser uma mera retórica vazia, a atuação dos

²⁴⁷ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 257.

²⁴⁸ MOORE, Barrington. *Injustiças- as bases sociais da revolta e da obediência*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987, p. 70.

rebeldes poderia produzir frutos concretos, nem que fosse o sacio das necessidades materiais imediatas.

O agricultor Antônio Vicente de Souza afirmou que "a única coisa que fez durante a revolta foi distribuir dinheiro e comida para os pobres, fato que não achava criminoso."²⁴⁹ Entendemos a partir desta alegação é que mais do que ação distributiva, os rebeldes poderiam intentar uma partilha de bens que dificilmente seria produzida naquelas comunidades em condições de normalidade política.

Estabelecia-se deste modo uma conexão, de certo modo frágil, entre o discurso rebelde e os habitantes das cidades do interior do Rio Grande do Norte. Esta ponte foi construída através do conhecimento e sensibilidade perante um contexto social opressor e certamente gerou em algumas pessoas o desejo sincero de ingressar na insurreição. Devemos nos perguntar contudo se este desejo de reordenamento social motivado pelo discurso rebelde foi suficiente para que houvesse uma conjugação ideológica entre os rebeldes e aqueles que vieram a tomar parte da revolta seja pegando em armas como participando dos saques ou ações distributivas.

Por diversos pontos levantados neste capítulo acreditamos que não tenha ocorrido uma conjugação plena da ideologia dos rebeldes com os moradores do interior norte-rio-grandense. Os pontos de aproximação que citamos produziram certamente em muitos o entendimento de que a revolta era um ponto de ruptura para uma realidade momentânea sem que fossem contudo estabelecidos planos maiores para uma ruptura completa, algo ausente inclusive na própria revolta potiguar como um todo²⁵⁰.

Acreditamos que tenha acontecido nas comunidades rurais algo que George Rudé denominou de Ideologia popular, na qual se conjugam o tradicionalismo das populações locais com ideias de direito, soberania e liberdade tomadas de outros grupos ou classes²⁵¹. Havia assim adormecida dentro daquelas pessoas uma ideia de eram vítimas de uma exploração social e política, mas faltava-lhes o discurso que pudesse externar este sentimento.

Neste ponto a fala dos rebeldes mesmo que cortada por ruídos de incompreensão, motivou em diversas pessoas de que a revolta era um movimento justo. Como desconfiar da proposta de homens que destronaram as elites políticas e coronéis locais? Como não se identificar com

²⁴⁹ TSN processo 4 página 232.

²⁵⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 280 e 281.

²⁵¹ RUDE, George. *Ideologia e Protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar. 1990. Esta visão igualmente é defendida por Marly de Almeida Viana. Ver: VIANNA, op.cit., nota 248, p. 215.

aqueles que distribuíram bens aos que necessitavam? Como não se aproximar de um movimento cujo slogan era Pão, Terra e Liberdade?

Ela trazia mesmo que em diferentes tonalidades (soldados, comunistas, membros da ANL, oportunistas etc.) uma possibilidade jamais vislumbrada e por muitos desejada. Contudo quando verificamos a fala do povo percebemos que eles queriam a divisão da terra e das riquezas, mas faltava-lhes o senso de como estas conquistas poderiam ser obtidas e de que outra forma poderia ser organizada a sociedade em que viviam.

A ideologia de protesto fornece assim o mecanismo para diversos atos de rebeldia, tais como greves ou rebeliões por falta de alimentos, mas não é suficiente para levar o povo à revolução²⁵². De acordo com Thompson, a multidão nestes casos, impõe o seu poder, promove atos ousados, mas no fundo tem a consciência de que o sucesso que experimentam é algo efêmero²⁵³.

A participação nos saques pode inclusive ser buscada nesta lógica, pois tão rápido quando perpetraram estas ações, muitos buscaram se desvencilhar dos produtos ao final da revolta. É bem provável que tenha ocorrido uma apropriação momentânea do discurso de expropriação dos rebeldes, e que o saqueador de ontem tenha se sentido extremamente constrangido ao voltar a frequentar o mesmo estabelecimento alvo de suas ações em ocasião do levante.

As propostas dos rebeldes conjugaram-se a determinados pontos de uma realidade social excludente e cristalizada, mas não foram suficientes para que fosse estabelecida uma ligação ideológica completa. Por isso muitos não se sentiram encorajados e prontos para aderir a revolta, assim com acreditamos que vários dentre aqueles que aderiram possuíam motivações intrínsecas distantes das propostas defendidas pelos insurretos.

Buscava-se uma redenção dos males políticos e sociais, mas o que se verificou ao fim da revolta foi o retorno dos mesmos poderosos de sempre, da mesma política elitista e do mesmo descaso estatal, que se tornaram mais forte em razão da revolta, pois as afrontas aos quais foi submetido o poder constituído, assim como os ressentimentos pessoais causados naquele período não seriam facilmente perdoados.

Do mesmo modo que houve sonhos e esperanças passaram a vigorar o rancor e o revanchismo, era necessário que os dias de rebeldia e seus ensinamentos não fossem esquecidos pelos poderosos, mas sim tratados com toda a severidade no momento de sua punição.

²⁵²RUDE, op. cit., nota 249 p. 30.

²⁵³ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 22.

CONCLUSÕES

A Revolta Comunista em Natal como vimos no primeiro capítulo, teve sua eclosão precipitada em razão da situação política conturbada que atravessava o Rio Grande do Norte por ocasião da eleição de Rafael Fernandes para governador. Este fato significou entre outras coisas a perda de poder do ex-interventor e candidato ao governo, Mário Câmara, e o retorno ao cenário político das antigas oligarquias do estado, que haviam perdido espaço durante o período das interventorias.

Em nível militar a notícia do desengajamento de vários militares do 21º BC e a extinção da Guarda Civil também contribuíram para tornar a situação do Estado bastante tensa, aumentando a conspiração, cuja materialização nos eventos de novembro, teve um caráter de “combustão espontânea” que pegou de surpresa as forças governistas e os próprios comunistas dos demais Estados, que aguardavam uma ordem do comando revolucionário, composto por Luís Carlos Prestes, assessores da IC e líderes do PCB, para o início do movimento.

A repressão estabelecida ao fim do movimento significou, entre outros aspectos, um refreamento da ação dos comunistas e liberais no Brasil, visto que os elementos que faziam oposição declarada ao governo foram encarcerados como suspeitos de participação ou colaboração com a Insurreição, ou tiveram de declinar de suas posições mantendo-se inertes ante a vaga repressiva que se estabeleceu no país, por medo de alguma possível punição.

Analisar o contexto em que se estabeleceu esta repressão, é antes de tudo penetrar no imaginário de uma sociedade atemorizada pelo “perigo vermelho”, que se manteve conivente ou omissa ante a violenta caça aos comunistas posta em prática após os fatos de novembro de 35. A revolta comunistas seria utilizada por Vargas como fator de aglutinação social e alijamento político de seus opositores. O anticomunismo viria a ser usado posteriormente como pretexto ideológico para o golpe que instaurou o Estado Novo em 1937, com o subterfúgio de deter um pretenso conluio comunista que então se articulava e que passou a história com o nome de “Plano Cohen”.

Ao analisarmos a vigência das colunas revolucionárias no interior do Rio Grande do Norte, fato como dissemos único na história das Insurreições de 35, tentamos demonstrar que a atuação dos revoltosos naquelas cidades perdidas no interior do Estado, levou à emergência de uma série de interesses pessoais, políticos e econômicos que formaram um grande

caleidoscópio de desejos materializados nos fugazes dias de controle revolucionário sobre as prefeituras daqueles municípios.

Em comum aos que tomaram parte nos acontecimentos no interior do Estado, podemos destacar uma preocupação distributiva em relação aos despojos do movimento, fossem estes produtos dos saques ou dinheiro angariado junto a particulares ou repartições públicas, demonstrando assim certa consciência da condição material precária em que viviam e que contratava com a opulência dos poucos ricos dos municípios, em geral funcionários públicos, grandes comerciantes ou fazendeiros.

A análise da documentação pesquisada, embasada na bibliografia sobre o tema, mostrou-nos uma sociedade marcada por profundas desigualdades, onde o discurso dos rebeldes levou à irrupção de diversos sentimentos e aspirações reprimidas, que se tornaram virtualmente possíveis durante os dias de subversão da ordem estabelecida, ensejada pela revolta no Rio Grande do Norte.

O entendimento destas aspirações parece-nos importante, pois embora como observamos ao longo do terceiro capítulo não pudéssemos enquadrá-las como ideologicamente conscientes, não são todavia descartáveis na possibilidade de estudarmos movimentos políticos dentro da proposta de ideologia de protesto popular defendida por George Rude.

Ademais, acreditamos que as respostas proferidas pelos indiciados, serão úteis para os que buscarem demonstrar o quão diversas são as formas de entendimento do discurso político, sobretudo em localidades onde os canais mais usados para a divulgação de projetos políticos (partidos, sindicatos, livros etc.) são escassos e por vezes ausentes.

Por fim devemos declarar que este trabalho em momento algum teve a pretensão de se constituir num estudo conclusivo sobre a atuação das Colunas revolucionárias no interior do Rio Grande do Norte, nossa preocupação foi unicamente levantar elementos e fatos de um episódio tão singular e interessante e ao mesmo tempo pouco estudado dentro da historiografia da Insurreição Comunista de 35.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo, Alfa- Ômega, 1975. v. 2.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editoria Estampa, 1998.
- CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1989.
- CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *O Tribunal de Segurança Nacional: 1935 – 1945*. Niterói: EdUFF, 1979.
- _____. *Repressão judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Ed. Achime, 1982.
- CANALE, Danilo et al. *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1985.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982. Vol. I.
- _____. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1978.
- _____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.
- CARVALHO, General Fernandino de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achime, 1982.
- COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
- DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *A Revolta Comunistas de 1935: análise da atuação da Coluna Benildes Dantas no interior do Rio Grande do Norte*. 2000. 97 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

DOS SANTOS, Kleber Oliveira. *1935: Rebeldes no interior do Rio Grande do Norte*. 2002. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Brasil) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922 – 1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, JohnW. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil, 1935 – 1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1985.

FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1978. t 3, v. 2.

_____. *A Revolução de 1930: História e historiografia*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro, MAUAD, 2002.

FILHO, Daniel Arão Reis (Org.). *O Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A MICRO-HISTÓRIA e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e a Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record. 1986.

HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KRANTTZ, Frederick (Org.). *A outra História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. 363 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989.

_____. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República*. Natal: CCHLA, 1992.

MAIO, Marcos Chor e CYTRINOWICZ. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

MARIZ, Dinarte. *A vida de um revolucionário*. Brasília: Editora Centro Gráfico do Senado, Brasília, 1975.

MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930 - 1934)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2005.

MEDEIROS FILHO, João. *82 horas de subversão*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980.

MOORE, Barrington. *Injustiças: as base sociais da revolta e da obediência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Moacyr de. *Praxedes: um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

_____. *Camaradas e companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PAMPLONA, Marco Antônio. *Revolutas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Editora Alfa – Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. Niterói: EdUFF, 1989.

_____. *Luiz Carlos Prestes e a ANL: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Círculo do Livro, [19--].
- RUDE, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar. 1990.
- SILVA, Hélio. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. *As constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lido, 1988.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TAKEYA, Denise Monteiro; LIMA, Hermano Machado Ferreira. *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte (1982-1930)*. Natal: Editora Universitária, 1987.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.
- WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- Z Aidan, Michel. O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928 – 1928). In: REIS FILHO, Daniel Arão (Org.). *O Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ANEXO A – Fontes pesquisadas.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro:

- Processo número 2, Apelação 162
- Processo número 4, Apelação 108
- Processo número 12, Apelação 74
- Processo número 18, Apelação 149
- Processo número 32, Apelação 216
- Processo número 36, Apelação 319
- Processo número 76, Apelação 218

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte:

- Fichas do DOPS referentes à Revolta comunista de 1935.
- Relatório dos interventores estaduais, anos de 1932 e 1933.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

- Recenseamento geral do Brasil, ano de 1940.
- Anuário Estatístico, ano de 1936.

Ao Povo

O Rio Grande do Norte, desafrontado dos dias amargos em que viveu tiranizado por um governante forjado na prostituição dos princípios republicanos de outrora, hasteia-se soberbo, como flâmula redentora no setentrião brasileiro, abrindo caminho largo no sólo abençoado da Patria á entrada triunfal do Cavaleiro da Esperança — LUIZ CARLOS PRESTES.

Ao seu lado, erguem-se, até agora, como mais duas esplendidas victorias já conquistadas com sangue, como dois gigantes invenciveis — Pernambuco e Parahyba.

PÃO, TERRA E LIBERDADE é o nosso lema. É a victoria do socialismo sobre a decantada Liberal-Democracia dos politicos profissionaes; é a victoria da Alliança Nacional Libertadora; é a vitoria de Carlos Prestes; é a victoria do direito do mais fraco, que nunca teve direito! Direito ao que é seu, usurpado pelo mais forte; direito ao PÃO com suficiencia; direito ás TERRAS; direito á LIBERDADE.

E com este postulado, com estas trez palavras escritas com fôgo na grandeza do nosso idealismo—PÃO, TERRA E LIBERDADE, com essa bravura comprovada no antemanhã esplendente de hoje, marcharemos confiantes para o abraço fraternal dos irmãos do Sul. Nas nossas pegadas, seguindo o nosso passo e o nosso exemplo, virão a lendaria Amazonia, o valente Grão-Pará, o Maranhão da inteligencia, o Piauby heroico, o Ceará escaldante de sol e de idealismo.

Soldados, cabos e sargentos do 21 B. C., que fostes valentes como as vossas proprias armas no inicio edificante da derrubada de um regime que apodreceu de todo, o Rio Grande do Norte tudo espera da vossa bravura.

Mulheres operarias, trabalhadores, gente simples e boa que experimentastes, hontem e hoje, a vossa resistencia na barricada, continueae como idomitas sentinelas na defesa santadas reivindicações nacionaes.

Povo! conquistastes com sangue um direito; Rio Grande do Norte sois o marco iniciante, a fé, o orgulho de uma geração redimida.

A Alliança Nacional Libertadora assegura garantias plenas a todos os cidadãos, sem distincção de credo politico ou religioso, recebendo de braços abertos a todo aquelle que deseje de boa fé cooperar na grande obra reconstrutiva que se alicerça.

NATAL, 24 de Novembro de 1935.